

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

MARIA CLAUDIA GONÇALVES BARRETO

**DESIGUALDADES REGIONAIS, DISPARIDADES DE
RENDA E CONDIÇÕES SOCIAIS: UMA ANÁLISE DOS
ESTADOS DA REGIÃO SUDESTE**

UBERLÂNDIA – MG

2010

MARIA CLAUDIA GONÇALVES BARRETO

**DESIGUALDADES REGIONAIS, DISPARIDADES DE
RENDA E CONDIÇÕES SOCIAIS: UMA ANÁLISE DOS
ESTADOS DA REGIÃO SUDESTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Economia.

Área de concentração: Economia e Diversidades Regionais

Orientador: Prof. Dr. Humberto Eduardo de Paula Martins

UBERLÂNDIA – MG.

2010

MARIA CLAUDIA GONÇALVES BARRETO

**DESIGUALDADES REGIONAIS, DISPARIDADES DE
RENDA E CONDIÇÕES SOCIAIS: UMA ANÁLISE DOS
ESTADOS DA REGIÃO SUDESTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Economia do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Humberto Eduardo de Paula Martins

Banca Examinadora

Prof. Dr. Humberto Eduardo de Paula Martins – IE/UFU

Orientador

Prof. Dr. José Luis Vianna da Cruz – UFF

Prof. Dr. Henrique Dantas Neder – IE/UFU

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

B273d Barreto, Maria Claudia Gonçalves, 1983-
Desigualdades regionais, disparidades de renda e condições sociais: uma
análise dos estados da região sudeste [manuscrito] / Maria Claudia
Gonçalves Barreto. - 2010.

120 f. : il..

Orientador: Humberto Eduardo de Paula Martins.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Pro-
grama de Pós-Graduação em Economia.
Inclui bibliografia.

1. Brasil - Condições econômicas – Disparidades regionais - Teses. 2.
Brasil, Sudeste – Disparidades regionais - Teses. I. Martins, Humberto
Eduardo de Paula. II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de
Pós-Graduação em Economia. III. Título.

CDU: 338(81)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela minha vida, pelas superações emocionais e pelas vitórias que me concede a cada dia.

Agradeço a minha família na qual amo incondicionalmente, em especial meus pais Almir e Laise e meus irmãos Alessandra e Ademir. Pelo apoio emocional e financeiro, pela compreensão, carinho, amizade e por serem a minha fonte de energia.

Agradeço ao meu orientador Humberto Martins pela paciência e confiança e aos professores do Instituto de Economia da UFU que contribuíram para a minha formação acadêmica: Germano, Flávio, Henrique Neder, Humberto Martins, José Rubens, Marisa Botelho e em especial a professora Vanessa Petrelli por quem tenho profunda admiração.

Agradeço também aos meus colegas de turma que foram essenciais por esta conquista:

Chayene, Francismeire e Izabel – obrigada pela amizade, pelo companheirismo, pelo carinho e pela força. A presença de vocês foi essencial para eu seguir em frente. Muito obrigada por tudo!

Caio - obrigada pela amizade e por me proporcionar momentos divertidíssimos. Sua presença foi essencial para me manter alegre. Valeu Hermano!

Débora, Priscila e Vanessa – obrigada pela amizade e pelo acolhimento. Nunca esquecerei a receptividade de vocês.

Pedro Henrique – obrigada pela amizade e pela companhia no café da tarde.

Winghpal – obrigada pela amizade, pelo carinho e pela força. Você é muito especial para mim.

Agradeço as meninas que moraram comigo: Ana Luiza, Gisele, Rayane e Suzan. A presença de vocês preencheu a falta dos meus amigos e alegravam meu dia. Espero revê-las em breve. Obrigada pela amizade e pelo carinho. Adoro vocês!!! Contem sempre comigo!

Agradeço ao Henrique Barros, pelo carinho, pela amizade, pela alegria, pelas conversas e por sempre ter me recebido muito bem na sua casa.

Agradeço também aos demais colegas que fiz no Instituto de Economia da UFU por estarem sempre solícitos e amáveis nas horas que mais precisei.

Agradeço aos meus amigos da minha amada UFRuralRJ que continuaram, mesmo que distantes, me dando força e me acolhendo sempre quando eu voltava para uma visita rápida.

Agradeço em especial as minhas amigas ruralinas: Adriana, Andréia, Camila, Maríticia e ao Paulo. Não tenho palavras para descrever o que sinto por vocês, mais tenham certeza que sempre estarão no meu coração. Muito obrigada pela amizade e pelo carinho. Copacabana não teria graça sem vocês!

Agradeço por fim a CAPES por ter financiado minha bolsa de estudos, na qual foi fundamental pela minha permanência no curso.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	7
LISTA DE GRÁFICOS	9
LISTA DE FIGURAS	11
SIGLAS	12
RESUMO	14
ABSTRACT	15
INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1	19
DESIGUALDADES REGIONAIS NO BRASIL: HERANÇA CONCENTRADORA E REVERSÃO DA POLARIZAÇÃO	
CAPÍTULO 2	30
O PROCESSO DE DESCONCENTRAÇÃO REGIONAL NO BRASIL A PARTIR DA DÉCADA DE 1970	
2.1 Fatores Explicativos do Processo de Desconcentração Regional.....	30
2.2 Mudanças na Estrutura Produtiva das Regiões.....	33
2.3 O Comércio Exterior nas Regiões	43
CAPÍTULO 3	56
ESGOTAMENTO DO PROCESSO DE DESCONCENTRAÇÃO REGIONAL? A EVOLUÇÃO RECENTE DA PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS NO PIB DO BRASIL	
3.1 Mudanças na Concentração Regional do PIB Brasileiro a partir da Década de 1980	56
3.2 Evolução do PIB por Estados e Regiões na década de 1990.....	61
3.3 Tendências Verificadas nos anos 2000	62
CAPÍTULO 4	69
DISPARIDADES DE RENDA E CONDIÇÕES SOCIAIS EM ESTADOS DA REGIÃO SUDESTE	
4.1 Disparidades de Renda nos Estados da Região Sudeste.....	69
4.2 Condições Sociais nos Estados da Região Sudeste	78
4.3 Participação no PIB do Brasil, Disparidades de Renda e Condições Sociais nos Estados da Região Sudeste	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	93
ANEXO	96

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Brasil, União Européia e Estados Unidos – razão entre o maior e o menor PIB de unidades territoriais selecionadas	28
TABELA 2.1 – Brasil: Participação relativa dos setores no Produto Interno Bruto segundo regiões. 1959-80-85	35
TABELA 2.2 – Brasil: Participação no valor da transformação industrial segundo regiões e grupos industriais. 1970-85	39
TABELA 2.3 – Brasil: Exportações e Importações segundo as regiões. 1970-90	44
TABELA 2.4 – Brasil: Exportações por classes de produto: participação em relação ao total exportado. 1975 – 90	48
TABELA 2.5 – Estado de São Paulo: Participação das exportações e importações no PIB. 1975 – 80 – 85	51
TABELA 2.6 – Brasil: Participação relativa do PIB segundo estados e regiões (%). 1970 – 75 – 80 – 85	54
TABELA 3.1 – Participação do PIB dos Estados e das macrorregiões no PIB do Brasil, 1985/2006 (%)	59
TABELA 3.2 – Brasil: Contas Regionais. 2003 – 2007	66
TABELA 4.1 – Índice de Gini e Índice de Theil dos Estados da Região Sudeste. 1991 – 2000	70
TABELA 4.2 – Índice de Gini dos Estados da Região Sudeste. 2001 – 2006	70
TABELA 4.3 – Índice de Theil dos Estados da Região Sudeste. 2001 – 2006	71
TABELA 4.4 – Taxa de Pobreza dos Estados da Região Sudeste (%). 2001 – 2006	71
TABELA 4.5 – Renda per capita - razão entre a dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres dos Estados da Região Sudeste. 2001 – 2006	72
TABELA 4.6 – Renda per capita - razão entre a dos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres dos Estados da Região Sudeste. 2001 – 2006	72
TABELA 4.7 – Renda per capita - participação do 1% mais rico dos Estados da Região Sudeste (%). 2001 – 2006	72
TABELA 4.8 – Renda per capita - participação dos 50% mais pobres dos Estados da Região Sudeste (%). 2001 – 2006	73
TABELA 4.9 – São Paulo: Porcentagem da Renda Apropriada por Extratos da População. 1991 e 2000	73

TABELA 4.10 – Rio de Janeiro: Porcentagem da Renda Apropriada por Extratos da População. 1991 e 2000	74
TABELA 4.11 – Minas Gerais: Porcentagem da Renda Apropriada por Extratos da População. 1991 e 2000	76
TABELA 4.12 – Espírito Santo: Porcentagem da Renda Apropriada por Extratos da População. 1991 e 2000	77
TABELA 4.13 – IDHM e IDHM – Educação nos Estados da Região Sudeste 1991 e 2000	79
TABELA 4.14 – IDHM – Renda e Taxa de Alfabetização nos Estados da Região Sudeste. 1991e 2000	79
TABELA 4.15 – Analfabetos - pessoas 15 anos e mais - (%). 2001 – 2006	80
TABELA 4.16 – Variação na participação no PIB do Brasil (1990/2000) e Variação nos índices de Gini e de Theil nos Estados da Região Sudeste (1991/2000)	84
TABELA 4.17 – Variação na participação no PIB do Brasil (2000/2006) e Variação nos índices de Gini e de Theil nos Estados da Região Sudeste (2001/2006)	85
TABELA 4.18 – Variação na participação no PIB do Brasil (1990/2000), do IDHM Educação e do IDHM Renda nos Estados da Região Sudeste (1991/2000)	85
TABELA 4.19 – Variação na participação no PIB do Brasil (1990/2000), da Taxa de Alfabetização, da Intensidade de Indigência e de Pobreza nos Estados da Região Sudeste. 1991/2000	86
TABELA 4.20 – Variação na participação do PIB, da Taxa de Pobreza e da Taxa de Analfabetos nos Estados da Região Sudeste. 2001/2006	86
TABELA A.1 – Brasil – Participação relativa do PIB segundo estados e regiões (%). 1996 – 97 – 98 – 99 – 2000	96
TABELA A.2 – Brasil – Participação relativa do PIB segundo estados e regiões (%). 2005 – 06 – 07	97
TABELA A.3 – Brasil: Índice de Gini e Índice de Theil. 1991 – 2000	98
TABELA A.4 – Brasil: Coeficiente de Gini. 2001 – 2006	99
TABELA A.5 – Brasil: Coeficiente de Theil. 2001 – 2006	100
TABELA A.6 – Brasil: IDHM e IDHM – Educação. 1991 – 2000	101
TABELA A.7 – Brasil: IDHM – Renda e Taxa de Alfabetização. 1991 – 2000	102
TABELA A.8 – Brasil: Taxa de Pobreza (%). 2001 – 2006	103
TABELA A.9 – Brasil: Analfabetos - pessoas 15 anos e mais - (%). 2001 – 2006	104

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 2.1 – Região Norte: Participação relativa dos setores no Produto Interno Bruto segundo regiões. 1959-80-85	36
GRÁFICO 2.2 – Região Nordeste: Participação relativa dos setores no Produto Interno Bruto segundo regiões. 1959-80-85	37
GRÁFICO 2.3 – Região Sudeste: Participação relativa dos setores no Produto Interno Bruto segundo regiões. 1959-80-85	37
GRÁFICO 2.4 – Região Sul: Participação relativa dos setores no Produto Interno Bruto segundo regiões. 1959-80-85	38
GRÁFICO 2.5 – Região Centro –Oeste: Participação relativa dos setores no Produto Interno Bruto segundo regiões. 1959-80-85	38
GRÁFICO 2.6 – Região Sudeste: Participação no valor da transformação industrial segundo regiões e grupos industriais. 1970-85	40
GRÁFICO 2.7 – Região Centro –Oeste: Participação no valor da transformação industrial segundo regiões e grupos industriais. 1970-85	41
GRÁFICO 2.8 – Região Sul: Participação no valor da transformação industrial segundo regiões e grupos industriais. 1970-85	41
GRÁFICO 2.9 – Região Nordeste: Participação no valor da transformação industrial segundo regiões e grupos industriais. 1970-85	42
GRÁFICO 2.10 – Região Norte: Participação no valor da transformação industrial segundo regiões e grupos industriais. 1970-85	43
GRÁFICO 2.11 – Brasil: Exportações segundo as regiões. 1970-90	45
GRÁFICO 2.12 – Brasil: Importações segundo as regiões. 1970-90	46
GRÁFICO 2.13 – Brasil: Saldo da balança comercial segundo as regiões. 1970-90	46
GRÁFICO 2.14 – São Paulo: Exportações e Importações. 1970-90	47
GRÁFICO 2.15 – Brasil: Exportações por classes de produto: participação em relação ao total exportado. 1975 – 90	49
GRÁFICO 2.16 – PA, PE, BA, MG, SP, PR, RS: Exportações por classes de produto: participação em relação ao total exportado. 1975 – 90	50
GRÁFICO 2.17 – Estado de São Paulo: Comércio Internacional – Participação das exportações e importações no PIB. 1975 – 80 – 85	52

GRÁFICO 2.18 – Estado de São Paulo: Comércio por Vias Internas – Participação das exportações e importações no PIB. 1975 – 80 – 8552

GRÁFICO 2.19 – Estado de São Paulo: Comércio Internacional x Comércio por Vias Internas – Participação das exportações e importações no PIB. 1975 – 80 – 8553

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Brasil: Índice de Gini 1991	105
FIGURA 2 – Brasil: Índice de Gini 2000	106
FIGURA 3 – Brasil: Índice de Theil 1991	107
FIGURA 4 – Brasil: Índice de Theil 2000	108
FIGURA 5 – Brasil: Intensidade da indigência 1991	109
FIGURA 6 – Brasil: Intensidade da indigência 2000	110
FIGURA 7 – Brasil: Intensidade da pobreza 1991	111
FIGURA 8 – Brasil: Intensidade da pobreza 2000	112
FIGURA 9 – Brasil: IDHM – 1991	113
FIGURA 10 – Brasil: IDHM – 2000	114
FIGURA 11 – Brasil: IDHM – Educação 1991	115
FIGURA 12 – Brasil: IDHM – Educação 2000	116
FIGURA 13 – Brasil: IDHM – Renda 1991	117
FIGURA 14 – Brasil: IDHM – Renda 2000	118
FIGURA 15 – Brasil: Taxa de alfabetização 1991	119
FIGURA 16 – Brasil: Taxa de alfabetização 2000	120

SIGLAS

BASA – Banco da Amazônia

BNB – Banco do Nordeste

CACEX – Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil

CTA – Centro Técnico Aeroespacial

CONDEPE – Conselho Nacional de Desenvolvimento da Pecuária

COSIPA – Companhia Siderúrgica Paulista S/A

FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ITA – Instituto Tecnológico da Aeronáutica

PEA – População Economicamente Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisas Nacional por Amostra de Domicílio

IIPND – II Plano Nacional de Desenvolvimento

POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

POLONOROESTE – Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil

PRODECER – Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para Desenvolvimento dos Cerrados

PRODEGRAN – Programa de Desenvolvimento da Região da Grande Dourados

PRODEPAN – Programa de Desenvolvimento do Pantanal

PROFIR – Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação

PROVÁRZEA – Programa Nacional para Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis

RMSP – Região Metropolitana de São Paulo

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus

RESUMO

As condições históricas e o processo de desconcentração econômica regional levaram a uma forte disparidade nos níveis de renda *per capita* e de condições de vida entre as regiões brasileiras, especialmente entre o Sudeste, o Nordeste e o Sul do Brasil. O objetivo deste trabalho é analisar a desconcentração regional das atividades produtivas e sua relação com as disparidades de renda e condições sociais no Brasil. Para isso será analisada na primeira parte deste trabalho a questão das desigualdades regionais no Brasil passando pela questão da herança concentradora e da polarização da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e pela reversão da sua polarização. Posteriormente serão analisados o processo de desconcentração regional no Brasil assim como os fatores e os impactos da desconcentração regional, passando pela estrutura produtiva e pelo comércio exterior nas regiões brasileiras. Na terceira parte será analisado a concentração inter-regional através da evolução do PIB entre Estados e Regiões disponibilizada pelo site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do IPEADATA, com o objetivo de fazer, posteriormente, uma análise sobre a dinâmica da concentração inter – regional entre os Estados da Região Sudeste com os indicadores sociais. Por fim será mostrada, segundo Estados selecionados, a evolução de alguns índices sociais disponibilizados pelo Atlas do Desenvolvimento Humano (1991 – 2000) e pelo IPEADATA (2001 – 2006). Serão feitas nas considerações finais associações entre o crescimento econômico e as disparidades sociais, procurando avaliar como diferentes ritmos de crescimento afetam os Estados selecionados.

Palavras-chave: Desigualdades Regionais; Disparidades de Renda; Região Sudeste.

ABSTRACT

The historical conditions and economic decentralization process led to a strong regional disparity in levels of per capita income and living conditions among Brazilian regions, especially between Southeast, Northeast and South Brazil. The aim of this study is to analyze the regional decentralization of productive activities and their relation to income disparities and social conditions in Brazil. To do so is considered in the first part of this work the question of regional inequalities in Brazil through the issue of inheritance concentrated and the polarization of the Metropolitan Region of São Paulo (MASP) and the reversal of the polarization. Will later be analyzed the process of regional decentralization in Brazil as well as the factors and impacts of regional devolution, through the production structure and foreign trade in the regions. In the third part will be analyzed through inter-regional concentration of GDP growth between states and regions provided by the site of the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and IPEADATA, aiming to make subsequently, an analysis of the dynamics of concentration inter - among the regional states in the Southeast Region with social indicators. Finally it will be shown, the second selected states, the evolution of some social indicators provided by the Atlas of Human Development (1991 - 2000) and the IPEADATA (2001 – 2006). Will be made in the final associations between economic growth and social disparities, and to evaluate how different growth rates affect the selected states.

INTRODUÇÃO

A forma como o Brasil foi colonizado com base em um regime político monárquico e um sistema de trabalho escravocrata, assim como a posição geográfica e a maior fertilidade de terras de regiões como a do Estado de SP e RJ gerou fortes desigualdades sociais e regionais.

As condições históricas e o processo de concentração econômica regional levaram a uma forte disparidade nos níveis de renda *per capita* e de condições de vida entre as regiões brasileiras, especialmente entre o Sudeste, o Nordeste e o Sul do Brasil. A partir da segunda metade do século XIX a expansão industrial e o desenvolvimento do sistema de transporte constituiu as bases para um processo de concentração econômica e regional e para o estabelecimento de uma divisão inter-regional do trabalho no Brasil (Cano, 1977).

A partir de 1975 houve um processo de recuperação das economias periféricas como decorrência de políticas públicas de desenvolvimento regional (incentivos fiscais, investimento de infra-estrutura econômica e social etc.). Entretanto, apesar dos avanços é evidente a constância de desequilíbrios regionais de desenvolvimento econômico e social no Brasil.

Para se tornarem eficazes, as políticas de desenvolvimento regional devem envolver a reinvenção dos instrumentos econômicos e dos mecanismos institucionais que beneficiem as áreas menos desenvolvidas no país. Essas políticas devem priorizar as áreas da periferia tradicional (Nordeste), uma vez que as áreas da periferia dinâmica (Centro-Oeste, Norte) tendem a crescer acima da média brasileira alavancadas por suas inquestionáveis vantagens comparativas, desde que se equacionem os seus problemas de logística de transporte e de pesquisas tecnológicas e se ampliem suas cadeias de valor. (Haddad, 2007)

A heterogeneidade é, sem dúvida, um dos aspectos mais marcantes da sociedade brasileira. Sua expressão econômica e social e sua dimensão espacial apresentam indicadores que se destacam nas comparações internacionais.

Apesar de inúmeros debates distintos acerca do comportamento e das tendências quanto ao aumento das desigualdades regionais brasileiras nos últimos anos, tal fato ainda continua sendo relevante dado a magnitude de suas informações: de acordo com as Contas Regionais fornecidas pelo IBGE, em 2000, comparando o Estado mais rico

com o mais pobre foi constatado que São Paulo apresentava uma renda *per capita* mais de seis vezes maior que a renda do Estado de Maranhão. Ampliando, no mesmo ano, essa comparação em dimensão geográfica a Região Sudeste apresentava uma renda *per capita* quase três vezes maior que a encontrada na Região Nordeste. É sob esta ótica que o governo federal parece iniciar um projeto no sentido de reconstrução de políticas federais de combate às disparidades regionais no País. (Silveira Neto e Campelo, 2003)

A desigualdade regional é resultado da dinâmica assimétrica do crescimento capitalista, que se concentra em alguns espaços, enquanto condenam outros à estagnação e ao desperdício de fatores produtivos. A essa dinâmica assimétrica dos mercados soma-se a desigualdade de acesso a serviços públicos de qualidade, o que reforça as iniquidades e reduz as perspectivas de desenvolvimento dos territórios com frágil base econômica. (PNDR)

Essa situação estabelece a necessidade do avanço do conhecimento das características e do perfil destas disparidades regionais. Diante dos fatos, este trabalho pretende contribuir para esse debate, analisando a concentração regional brasileira e sua relação com as disparidades de renda no Brasil. A idéia é investigar se nos Estados da Região Sudeste que significativa participação no PIB brasileiro tem havido também melhora na distribuição de renda e nas condições sociais.

Além dessa introdução o trabalho foi dividido em quatro capítulos seguido das considerações finais.

O primeiro capítulo do trabalho apresenta uma revisão da literatura sobre a questão das desigualdades regionais no Brasil. Pretende-se mostrar a herança concentradora dessas atividades produtivas, assim como a polarização da Região metropolitana de São Paulo.

A noção de reversão da polarização ou desconcentração espacial se refere à perda de espaço da economia paulista, ou seja, estaria ocorrendo uma dispersão do desenvolvimento econômico para novas regiões, antes isoladas, ou para regiões pobres e atrasadas como o Nordeste brasileiro. Em termos regionais tal fenômeno estaria ocorrendo com uma tendência de dispersão das atividades dos grandes Centros urbanos como, por exemplo: São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Curitiba.

Vale dizer que uma das formas da desconcentração espacial é a desconcentração inter – regional que é um processo no qual o Estado ou a Região mais industrializada do país apresenta perda em sua posição relativa em favor das regiões economicamente atrasadas (Diniz e Santos, 1993).

O segundo capítulo se propõe a investigar o processo de desconcentração regional no Brasil assim como os fatores e impactos da desconcentração regional, passando pela estrutura produtiva e comércio exterior nas regiões brasileiras.

O terceiro capítulo se propõe a investigar a concentração inter – regional do Brasil através da evolução recente da participação dos Estados no PIB do Brasil a partir da década de 1980 e em seguida será verificada as tendências para os anos 2000.

A partir disso, no quarto capítulo serão apresentados alguns indicadores sócios – econômicos e sua relação com os Estados da Região Sudeste, com o intuito de analisar os impactos sobre as condições de vida da população brasileira.

O trabalho é finalizado com as considerações finais.

CAPÍTULO 1

DESIGUALDADES REGIONAIS NO BRASIL: HERANÇA CONCENTRADORA E REVERSÃO DA POLARIZAÇÃO

O objetivo deste capítulo é apresentar uma revisão da literatura sobre a questão da concentração regional das atividades produtivas do Brasil. Pretende-se mostrar a herança concentradora dessas atividades produtivas, assim como a polarização da Região Metropolitana de São Paulo, analisando sua reversão e os fatores explicativos da desconcentração espacial.

O processo de ocupação do espaço geográfico brasileiro se fez através das possibilidades de cada Região encontrar alternativa econômica que lhe permitisse inserir no mercado internacional, seja para atender à metrópole na fase colonial, seja na primeira etapa do país independente.

Para Celso Furtado (1989), a origem das desigualdades regionais no Brasil encontra-se já na colonização, que ao moldar as características da Região Nordeste do país contribuiu para o atraso da Região frente ao resto do país. O uso de mão-de-obra escrava na produção do açúcar, a existência de uma periferia subordinada e dependente da economia exportadora e o tipo de organização das fazendas, que permitia às famílias apenas uma produção de subsistência, são as características que impediram um processo de modernização da Região Nordeste. (Diniz, 2001) Em função dessas experiências foram formadas economias regionais no Brasil, voltadas para o exterior e com fraca integração nacional, a exemplo do açúcar no Nordeste, do ouro em Minas Gerais, do algodão no Maranhão, da madeira e mate no Paraná, da borracha na Amazônia, do café no Sudeste.

Furtado (1989) ao analisar as características das estruturas produtivas e das relações sociais de produção verifica que é possível encontrar as razões do atraso nordestino, da incapacidade da industrialização mineira do século XVIII, da não diversificação e integração da economia amazônica, da formação da economia do Sul e do vasto interior, do início do processo de industrialização descentralizada no Brasil e seus limites. A partir da segunda metade do século XIX o país começou a industrializar-se e a Região capaz de acolher a indústria era o Centro-Sul e não o Nordeste. A Região Centro-Sul, por conta da economia cafeeira, já tinha desenvolvido um mercado de

trabalho assalariado e, conseqüentemente, um mercado consumidor para os produtos manufaturados. Ocorreu, na produção cafeeira, e principalmente no Estado de São Paulo, as condições para a integração produtiva regional através da transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado por meio da imigração européia onde gerou desenvolvimento da infra-estrutura de transportes e de energia, combinado com o desenvolvimento da agricultura mercantil de alimentos, do setor financeiro e de outros serviços que induziram a geração de efeitos de encadeamento e reprodução, preparando a etapa para a implantação e o crescimento industrial. Com o desenvolvimento do processo de industrialização, ocorrendo principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, o Nordeste tornou-se mercado consumidor e exportador de bens primários para o Centro-Sul. Desta forma, a Região Nordeste transferia renda para o Centro-Sul, por meio da deterioração dos termos de troca, e acabava por financiar o desenvolvimento deste.

A partir da segunda metade do século XIX ocorreu no Estado de São Paulo uma grande expansão econômica, o predomínio da economia paulista promoveu uma concentração agrícola e industrial no qual lançou a divisão inter-regional do trabalho no Brasil. O processo que desencadeou o crescimento da economia paulista teve por base a boa qualidade de terra, a produção de café para exportação, atividades de exportação e importação e serviços urbanos em geral e etc. (Diniz, 1993, p.46)

Cano (1977) descarta a possibilidade de desigualdades regionais no Brasil, até a segunda metade do século XIX, pois as diversas experiências exportadoras [açúcar no Nordeste, ouro em Minas Gerais, algodão no Maranhão etc.] foram concentradas em regiões relativamente isoladas. Segundo este autor as bases das desigualdades regionais no Brasil, ocorreram no início do processo de industrialização brasileira (entre 1880 a 1930) devido à dinâmica diferenciada das regiões brasileiras.

Com relação ao comportamento das desigualdades regionais ao longo do século XX, ele afirmou que no período 1930-1970 ocorreu um aumento significativo das desigualdades, no período 1970-1990 ocorreu uma queda das desigualdades e no período pós 1990, houve uma interrupção da redução das desigualdades.

Para Castro (1971) a industrialização descentralizada iniciou-se na fase de menor integração do mercado nacional, principalmente no Rio Grande do Sul, em Minas Gerais, na Bahia e Pernambuco. Para Cano (1985) tal industrialização começou a competir com a indústria carioca e/ou paulista na medida em que o sistema de transportes se desenvolveu nas primeiras décadas do século XX.

A integração do mercado nacional consolidou o Estado de São Paulo como centro da economia e da indústria nacional após a crise de 1929. Para Cano, o processo de integração gerou três efeitos simultâneos: bloqueio, destruição e complementaridade. Dessa forma, velhas regiões industriais se adaptaram à competição dentro do mercado, atrofiando ou ajustando-se de forma complementar a indústria da Região central, a exemplo das indústrias de bens intermediários de Minas Gerais. Nota-se que a própria indústria carioca perde posição relativa para a indústria paulista que se transforma no grande centro industrial do país, com as mudanças de estrutura produtiva em prol dos setores mais sofisticados tecnologicamente e de maior escala, especialmente dos bens de produção e de consumo durável. (Diniz, 2001)

De acordo com Ribeiro e Porto Jr (2003), a partir da década de 1970 as diferenças inter-regionais diminuíram progressivamente no qual começou a vigorar um processo convergente de desenvolvimento. Tal processo é conhecido na literatura como desconcentração espacial da atividade econômica ou reversão da polarização dos centros industriais dominantes, ou seja, a Região (e o Estado) mais industrializada do país apresenta perda em sua posição relativa em favor das regiões economicamente atrasadas.

Sem alterar substancialmente os níveis de concentração espacial da atividade econômica e da renda na economia brasileira, a partir dos anos 70 ocorreu um processo de desconcentração que tomou várias formas e que interrompeu a tendência secular de concentração espacial (GUIMARÃES NETO, 1995, p. 14).

Em escala regional esse fenômeno estaria ocorrendo em centros urbanos como São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre e Curitiba.

Foi na virada da década de 60 para a dos 70, que teve início o processo de reversão da polarização na área metropolitana de São Paulo. Com a retomada do crescimento econômico e com a concentração econômica e populacional nesta Região, esta começou a apresentar deseconomias de urbanização. Ocorreu aumento do preço da terra e dos aluguéis, dos salários relativos, dos custos de congestão e de infra-estrutura (DINIZ, 1993, p. 47)

Já no final da década de 1980 a economia brasileira teria atingido um patamar onde os frutos do crescimento econômico tenderiam para a diminuição das desigualdades entre as regiões no qual vigoraria no Brasil um processo de desconcentração e de descentralização das atividades econômicas dinâmicas, que daria

novo impulso as economias regionais periféricas em detrimento do Centro-Sul (Ribeiro e Porto Jr, 2003).

Pacheco (1996) ao tratar do desenvolvimento regional brasileiro indica que o dinamismo das regiões era manifestação da estruturação de novas formas de articulação inter – regionais e do país com o exterior. Ele procura responder por que houve continuidade da desconcentração e porque o contexto econômico problematiza sua continuidade, entende que há desafios que se colocam a uma nação continental como o Brasil, frente a um mundo que sofre mudanças tão rápidas, ditadas muitas das vezes pelas estratégias globais das empresas e submetido a um processo de crescente abertura comercial e à reestruturação de seu parque produtivo. Segundo o autor o que mais afeta o comportamento diferenciado dos PIBs regionais – em razão das distintas estruturas produtivas – é a alternância entre períodos de retração e de recuperação. Onde, as regiões com bases industriais mais complexas, com grande peso da produção de duráveis e de capital, refletem de forma mais acentuada qualquer variação da atividade econômica.

Segundo este autor a redução dos graus de concentração pode ser explicada tão somente a partir do que foi a matriz setorial de investimentos da economia brasileira. Tais investimentos (bens duráveis e seus desdobramentos no complexo metal mecânico, bens intermediários e bens de capital, bens intensivos em recursos naturais, processamento de produtos da agropecuária e indústria química) estariam, num primeiro instante, concentrados no entorno da Grande São Paulo, depois apresentariam uma dimensão mais desconcentrada, até mesmo pelas características técnicas dos processos em questão.

Os dados disponíveis do PIB regional permitem formar um quadro geral do sentido da desconcentração produtiva na década de 1980. O exame destes números revela, em primeiro lugar, o conhecido quadro de baixo dinamismo: entre 1980 e 1994, a taxa média de crescimento do PIB nacional foi de apenas 1,7% a.a., muito próxima ao crescimento médio da população. Em segundo lugar, revela também um processo de continuidade da desconcentração produtiva, com redução do peso do Sudeste, ao menos até 1990, em razão do menor crescimento de São Paulo e da taxa negativa do Rio de Janeiro. Este panorama deve ter sofrido uma pequena reversão entre 1990 e 1994, período em que provavelmente a economia do Sudeste apresentou um desempenho melhor que as demais regiões (Pacheco, 1996, p. 118)

Tal autor identifica o crescimento do interior de São Paulo, conhecido como “interiorização da indústria paulista” como um aspecto importante no processo de desconcentração, no qual ele cita um conjunto de fatores que determinou tal fenômeno: incentivos às exportações; Proálcool; investimentos estatais na siderurgia e refino de

petróleo, concentração de vários centros de pesquisas no interior, políticas estaduais de interiorização da indústria e de atração por parte dos municípios; política ambiental e o fortalecimento das atividades sindicais na Grande São Paulo, aliados ao surgimento de “deseconomias de aglomeração”; densidade urbana – industrial prévia do interior da São Paulo.

Andrade e Serra (1999) apontam a existência de um polígono territorial ou industrial no qual deveria se concentrar o desenvolvimento industrial brasileiro e ressalva que a abertura comercial, e em especial o amadurecimento do MERCOSUL, poderiam alargar o “Polígono Industrial” ou ainda criar pontos dinâmicos isolados em seu entorno. Nos vértices deste polígono estariam Belo Horizonte (MG), Uberlândia (MG), Maringá (PR), Porto Alegre (RS), Florianópolis (SC) e São José dos Campos (SP). A participação deste polígono foi expressiva no que tange a questão no total do emprego industrial do país em 1990 (61%), contudo, observou – se que no interior do polígono industrial, que as cidades médias tiveram um desempenho melhor (menor queda) que as regiões metropolitanas, e as cidades menores, tiveram um desempenho melhor ainda. Para estes autores a desconcentração geográfica teve continuidade no interior do polígono industrial.

Segundo Ribeiro e Porto Jr (2003), em comum nesses estudos são a constatação que a partir da década de 1970 começou a ocorrer no Brasil um processo de convergência da renda *per capita*. Regiões como Norte, Nordeste e Centro-Oeste teriam crescido de forma mais intensas do que a região Sudeste e Sul (mais industrializada e rica), o que sugere a ocorrência de convergência absoluta, ou seja, as economias relativamente atrasadas tendem a crescer a taxas maiores do que as economias ricas e que, portanto, alcançariam o mesmo nível de renda *per capita* dessas economias entre as regiões brasileiras. Logo, São Paulo estaria perdendo espaço como centro dinâmico da economia brasileira. A noção de convergência condicional assume que as economias são diferentes e que cada uma crescerá a taxas maiores quanto maior a sua distância em relação ao seu próprio nível de estado estacionário.

Apesar de usarem bases de dados distintas e para períodos diferentes, podem-se generalizar os seguintes resultados para o caso brasileiro: há uma relação negativa entre renda inicial e taxa de crescimento; porém a taxa ou velocidade de convergência é bastante baixa, mesmo quando comparada à velocidade de 2% ao ano apontada pela maioria dos estudos empíricos de convergência entre países. Os períodos de crescimento econômico são períodos que tendem a aumentar a distância relativa entre as regiões do ponto de vista da renda *per capita*, e a distância entre os Estados do Nordeste e os Estados das regiões Sul e Sudeste tem-se mantido inalterada desde a década

de 1970. Os Estados brasileiros apresentam níveis distintos de renda, de estado estacionário, o que indica a possibilidade de convergência condicional; o nível de escolaridade é um fator importante na explicação do crescimento econômico regional (RIBEIRO e PORTO JR. 2003, p. 4).

O debate sobre as tendências recentes acerca da concentração espacial das atividades econômicas vem crescendo no período recente. Normalmente, tais análises baseiam-se na comparação intertemporal da atividade produtiva das diversas regiões e na evolução de sua participação relativa na economia brasileira como um todo, tanto em termos de produção total, como em escala setorial, tomando como base o PIB (Produto Interno Bruto) setorial e agregado de cada Região e dos respectivos Estados que a compõem. Observa-se também o comportamento da renda *per capita* regional e estadual como indicador da diminuição das desigualdades regionais. Concluem nessas análises pela diminuição das desigualdades inter-regionais e pela vigência de um processo convergente de desenvolvimento do tipo sintetizado nas curvas em forma de sino de Williansom (Ribeiro e Porto Jr, 2003)

De acordo com Paulo Haddad (2007, p. 301), o Brasil está atualmente num ponto da curva de Williansom em que o processo de desconcentração espacial do crescimento econômico nacional iniciado nos anos 1970, tende a se estabilizar.

Williamson (1968, p. 111) propõe um indicador que denomina Coeficiente de Variação Ponderado (V_w), definido conforme apresentado a seguir:

$$V_w = \frac{\sqrt{\sum_{i=1}^N \left(\frac{Y_i}{P_i} - \frac{Y}{P} \right)^2 \frac{P_i}{P}}}{\frac{Y}{P}}$$

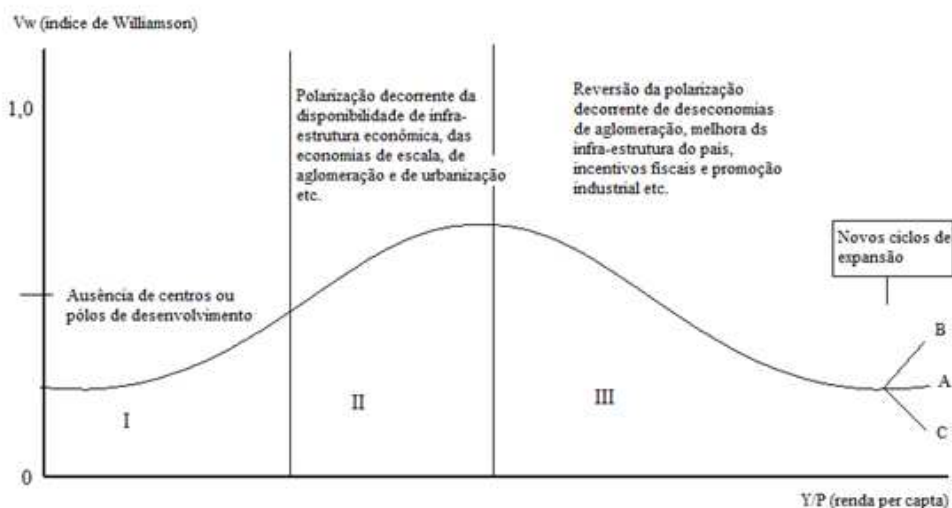
Onde Y_i é a renda do Estado i , P_i é a população do Estado i , Y é a renda nacional, P é a população nacional e N é o número de Estados que compõem o país.

Apoiado na definição de desvio padrão trata-se de um coeficiente que “mede a dispersão dos níveis de renda *per capita* regionais em relação à média nacional, onde os desvios apresentados por cada Região são ponderados pela sua participação na população nacional”. A medida de desconcentração fornecida pelo Coeficiente de Variação Ponderado de Williamson depende também de um componente arbitrário associado à forma como o país em análise foi subdividido em regiões. Desta forma, se num caso limite todo o país corresponder a apenas uma Região ou Estado, Y_i / P_i será

igual a Y / P e V_w tenderá a zero, independentemente das desigualdades que se poderiam efetivamente observar.

Conforme Haddad (2007, p.302) a curva de Williamson identifica o grau de disparidades regionais de desenvolvimento pelo índice de V_w , um coeficiente estatístico de variação que mede as diferenças do PIB *per capita* de cada Estado em relação ao PIB *per capita* de cada país, ponderadas pelas respectivas participações relativas no total da população brasileira. O seu valor varia de 0,0 (perfeita igualdade regional) a 1,0 (perfeita desigualdade inter-regional). A dimensão histórica de cada fase da curva varia de país para país e de Região para Região. No caso brasileiro, a reflexão mais importante em torno da configuração desta curva está na análise prospectiva sobre a sua tendência nos novos ciclos de expansão.

A distribuição espacial das atividades econômicas, nos dois ciclos de expansão da economia brasileira no pós-guerra, permite definir uma periodização que mostra três diferentes momentos. O primeiro, que ocorre de 1950 a 1975 é o período de concentração econômica espacial. O segundo é o período de desconcentração econômica espacial, que vai da segunda metade dos anos 1970 até a primeira metade dos anos 1980 (1976-1986). E finalmente, o período que vai de 1986 até o início do século XXI, de relativo equilíbrio na participação das economias regionais no Produto Interno Bruto, indicando o esgotamento ou a desaceleração do processo de desconcentração (Haddad, 2007). Como pode ser observado na figura abaixo:



Fonte: Haddad (2007).

I – Baixo nível de crescimento econômico; II – Elevado nível de crescimento econômico

III – Reversão da polarização; A – Nem reversão nem despolarização

B – Reconcentração espacial; C – Acentuada despolarização

Para focalizar adequadamente as perspectivas de se atenuarem as desigualdades regionais de desenvolvimento no Brasil, é preciso mapear as suas áreas (municípios e regiões) com maior ou menor potencial de desenvolvimento. Contudo, é possível dispor de uma visão macroscópica do potencial de desenvolvimento dos municípios brasileiros (e de sua agregação espacial) a partir de um Relatório Especial sobre as Áreas Deprimidas do Brasil (ver detalhes em Haddad 2007)

O processo de desenvolvimento de uma Região ou de um município, que lhe permite superar os seus problemas sociais e mobilizar suas potencialidades econômicas, depende de sua capacidade endógena de organização social e política para modelar o seu próprio futuro. (Haddad, 2007, p. 312)

Segundo Haddad (2007), operacionalmente, um processo de desenvolvimento endógeno, é concebido e implementado a partir da capacidade que dispõe determinada comunidade sobre política de recursos humanos, materiais e institucionais, e mobilização social e em uma determinada localidade ou Região. O crescimento circunscrito a uma fração diminuta da população no Brasil tem sido causa de uma sucessão de surtos localizados de evolução econômica e de uma incapacidade de sustentar uma trajetória robusta de desenvolvimento.

A desigualdade entre as regiões é um elemento importante da desigualdade da distribuição de renda no Brasil, onde o Nordeste se destaca como a região com maior desigualdade em relação ao Sul e ao Estado de São Paulo.

Em suma, as políticas de industrialização regional acabaram por apoiar a implantação de moderna indústria comandada por capitais de fora, em maior medida de São Paulo, de onde se originaram cerca de 50% dos investimentos incentivados no NO e no NE, sendo pequena a participação de capitais locais em ambas as regiões. Mais ainda, o tipo de indústria que ali se instalou pouco teve a ver com o mercado de massa populacional de baixa renda que lá predomina, não solucionando o problema de emprego, e muito menos da concentração de renda urbana (CANO, 2001, p. 1)

As desigualdades regionais constituem a expressão de uma anomalia do sistema e tendem a frustrar sistematicamente boas oportunidades de desenvolvimento observadas na diversa realidade regional brasileira. Os níveis de desigualdade são justificados por algumas hipóteses, por exemplo: a escravidão abolida tardiamente, a má distribuição da terra, os padrões insatisfatórios de educação e saúde da população. Estas questões estão sendo enfrentadas com maior decisão no contexto atual da sociedade brasileira. As políticas em parte vêm sendo aperfeiçoadas pela dinâmica das eleições e

pela pressão popular, assim como pelas inovações institucionais e organizacionais (Galvão, 2007).

O problema do desenvolvimento regional, tradicionalmente, passa a ser, assim, o de como instalar dinâmica de desenvolvimento às diversas regiões e o de regular essa evolução em favor de um equilíbrio sensato entre as diversas frações territoriais do país. (Galvão, 2007, p. 337)

Conforme Celso Furtado (apud Haddad 2007), o verdadeiro desenvolvimento, é principalmente, um processo de ativação e canalização de forças sociais, de melhoria da capacidade associativa, de exercício da iniciativa e da criatividade. Portanto, trata-se de um processo social e cultural, e apenas secundariamente econômico. Uma verdadeira política de desenvolvimento terá que ser a expressão das preocupações e das aspirações dos grupos sociais que tomam consciência de seus problemas e se empenham em resolvê-los.

Conforme Galvão (2007) o problema das desigualdades regionais no Brasil, no que tange à série de PIB por habitante, mantém-se praticamente inalterado quando comparado com políticas públicas na área de desenvolvimento regional que presidiu toda a instituição furtadiana. O índice de Theil tem sido aplicado na mensuração de diversos tipos de desigualdades, especialmente as desigualdades regionais: além de ser um indicador das rendas *per capita* entre Estados, ele permite decompor a desigualdade observada em duas dimensões: Intra-regional – desigualdade entre Estados da mesma região e inter-regional – desigualdade entre regiões. É utilizado nas análises das desigualdades de produto e renda do conjunto das Unidades de Federação, apresentando uma trajetória declinante nos planos – regional e estadual nos períodos 1959, 1960 e 1961; 2000, 2001 e 2002, o que significa dizer que a distribuição melhorou, ainda que os extremos tenham sido mantidos. O índice evoluiu de 0,22 para 0,12 entre 1959 e 2002, passando por fases de elevação entre 1965/1970 e 1986/1989 – períodos de instabilidade monetária – e de declínio acentuado entre 1959/1964 e 1971/1985 até 2002. As desigualdades regionais no Brasil são expressivas quando comparadas com as de outros contextos socioeconômicos assemelhados, com forma de governo federativa, como os dos Estados Unidos, ou com a da União Européia.

Por volta de 1959, 1960 e 1961, quando da criação da SUDENE, a diferença entre o PIB por habitante do Estado de São Paulo, o mais “rico”, e do Piauí, o mais “pobre”, era de 8,3 vezes; entre 2000, 2001 e 2002, segundo o IBGE, a distância entre o Distrito Federal e o Estado do Maranhão alcançava 8,1

vezes (...) Essas relações apresentam certa flutuação a cada ano, por isso, sempre que possível, adotam-se médias trienais para comparar dois momentos no tempo, ou seja, operou-se uma estimativa da média dos anos de 1959, 1960 e 1961 do PIB por habitante, a partir das informações para os PIB estaduais, então calculados a custo de fatores – a preços de 2000 – e a população residente (Galvão, 2007, p.331)

Ao fazer a comparação das desigualdades regionais no Brasil com as de outros contextos econômicos verifica-se uma maior expressividade nas condições de desigualdades regionais no Brasil. Os dados da tabela 1 mostram a razão entre o maior e o menor PIB de unidades territoriais selecionadas – Brasil, União Européia e Estados Unidos.

TABELA 1
Brasil, União Européia e Estados Unidos – razão entre o maior e o menor PIB de unidades territoriais selecionadas

Unidades territoriais	USA (a) (2004)		UE 15 (c) 2002		UE 25 (c) 2002		Brasil (b) 2003	
	com DC	sem DC	com Lux	sem Lux	com Lux	sem Lux	com DF	sem DF
Macrorregiões	1,3	2,6	...
Estados/países	5,2	2,5	2,7	1,7	5,4	3,4	7,2	5,3
Sub - Regiões (Nut 2/mesos)	5,4	...	9,9	...	28,9	...

Fonte: (a) USA: Department of Commerce/ Bureau of Economic Analysis – BEA: Produto Estadual Bruto; (b) Brasil: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), PIB estaduais e municipais; (c) União Européia dos 15 e 25: Eurostat – PNB *per capita* PPP. Citado por Galvão (2007) Obs.: DC: District of Columbia; Lux: Luxemburgo; DF: Distrito Federal; Nut: Nomenclatura de Unidades territoriais, a divisão territorial oficial da Eurostat, Órgão de estatísticas da União. No caso, o dado refere-se aos níveis 1 e 2, equivalentes às macro e mesorregiões do IBGE. As macrorregiões Norte - Americanas referem-se às definidas pelo BEA. A Europa dos 25 não inclui a Romênia e a Bulgária.

Através dos dados da Tabela 1 é possível tirar as seguintes conclusões: Nos Estados Unidos, ao se desconsiderar o District of Columbia verifica-se um cenário de relativa homogeneidade, produzido num contexto de riqueza elevada, que atesta os fortes laços de solidariedade federativa e integração territorial alcançados nesse país. Na União Européia, as desigualdades entre países situam-se próximas aos padrões Norte - Americanos para os quinze membros em 2002, porém ampliam-se consideravelmente quando incluídos os dez novos membros do Leste Europeu. Quando considerados os 25

países da UE as desigualdades regionais tornam-se próximas às observadas para o Brasil pois, tanto no Brasil quanto na UE os níveis elevados de desigualdade regional constituem um obstáculo cada vez maior ao desenvolvimento do país.(Galvão 2007).

Em resumo, em um contexto de elevado crescimento econômico, as possibilidades de transformação no quadro das desigualdades sociais e regionais são mais intensas tanto nas regiões brasileiras quanto nas regiões da União Européia e dos Estados Unidos, já em um quadro de recessão econômica ou estagnação, tende a dificultar a redução das desigualdades regionais e o processo de mudança social que podem gerar tensões sociais e políticas.

CAPÍTULO 2

O PROCESSO DE DESCONCENTRAÇÃO REGIONAL NO BRASIL A PARTIR DA DÉCADA DE 1970

2.1 Fatores Explicativos do Processo de Desconcentração Regional:

Segundo Guimarães Neto (1995), o Estado brasileiro não teve uma conotação estratégica bem definida em suas políticas macroeconômicas, setoriais e espaciais. Embora tenham sido freqüentemente, divergentes, contraditórios e sem objetivos coerentes no que se refere à localização espacial, não se pode deixar de enfatizar a sua importância para o processo de desconcentração.

São múltiplos e complexos os fatores que explicam o processo de desconcentração espacial dentre os quais, Guimarães Neto (1995) e Paulo Haddad (2007) consideram:

- A desaceleração da economia após o ciclo expansivo da primeira metade da década 1970 “milagre econômico”, cujos efeitos negativos se concentraram na Região e nos Estados mais industrializados;
- Aumento progressivo dos custos de concentração, associados às deseconomias de aglomeração, especialmente na área metropolitana de SP; com isso houve elevação dos preços relativos das terras, dos aluguéis e dos salários; crescimento dos custos de congestionamento e de infra-estrutura; crescente pressão sindical e da legislação ambiental mais rigorosa;
- Políticas públicas e incentivos fiscais e financeiros das políticas de desenvolvimento regional, nesse caso destaca-se o II Plano Nacional de Desenvolvimento (IIPND) para desconcentração das atividades produtivas, na medida em que as demais regiões, com exceção do Sudeste, passaram a ser o principal destino da maior parte dos novos investimentos, inclusive dos investimentos diretos realizados pelas empresas estatais federais;
- As vantagens locacionais e possibilidades de exploração de recursos naturais, até então não incorporados ao sistema produtivo, surgidas com a criação pelo Estado de infra-estrutura de transporte e comunicação em novas áreas;

- Avanço de infra-estrutura econômica e social em direção a outros Estados e regiões, principalmente por causa dos maciços investimentos em infra-estrutura de transporte inter-regional;
- Presença de deseconomias de aglomeração em alguns espaços nacionais e a possibilidade de ocupação de espaços econômicos fora da Região central, visando garantir posições oligopólicas.
- Ampliação das fronteiras agrícola e mineral, beneficiada pelas condições de acessibilidade às áreas de grandes potencialidades de recursos naturais das macrorregiões Centro-Oeste e Norte;
- Unificação do mercado, que veio ampliar o movimento da concorrência interempresarial para a ocupação do mercado nacional; entre outros.

Nesse sentido, a interrupção do processo de desconcentração espacial, ou ao menos a redução de sua intensidade, pode ser creditada ao aprofundamento da crise e da instabilidade no final da década 1980 e, sobretudo, à intensificação da crise fiscal e financeira do setor público, o qual, através dos seus gastos e de sua capacidade de financiamento e do seu poder de articulação das distintas frações do capital, foi o elemento indutor das grandes transformações ocorridas no Brasil desde o início de sua industrialização. (Guimarães Neto, 1995, p. 37)

Estudos de Martine e Diniz (1991) e Diniz e Santos (1993) apontam um conjunto diversificado de fatores explicativos da desconcentração que parte da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), favorecendo além do interior do próprio Estado, alguns dos Estados próximos a São Paulo, notadamente Minas Gerais, tendo em vista a dotação de infra-estrutura e economias de aglomeração no eixo constituído por Minas Gerais, Centro – Oeste e Estados da Região Sul. Cabe destacar:

- A política de exportação e seu impacto sobre o fortalecimento dos complexos vinculados a soja, café, laranja, carne e outros produtos agrícolas, somada à política industrial de produção de energéticos centrada no álcool, com repercussões significativas sobre a economia do interior do Estado;
- As políticas de investimento do setor produtivo estatal, sobretudo na área de petroquímica, com destaque para as refinarias de Paulínia e São José dos Campos, e na área siderúrgica, com ampliação da Companhia Siderúrgica Paulista S/A – COSIPA;
- A implantação de várias instituições de pesquisa que se associaram a empreendimentos produtivos, cabendo destaque para a Universidade

Estadual de Campinas – UNICAMP, Instituto Tecnológico da Aeronáutica – ITA e Centro Técnico Aeroespacial – CTA;

- As políticas estaduais de interiorização, associadas a iniciativas municipais para a atração das indústrias;
- As políticas ambientais restritivas, aliadas a problemas de deseconomias de aglomeração já bastante presentes na Região Metropolitana; e
- O fortalecimento das atividades sindicais na metrópole, em comparação ao interior, também induz algumas empresas ao deslocamento (Negri, 1992; Diniz e Santos, 1993).

Dentre os fatores que influenciaram a implantação de empreendimentos de maior porte na Amazonas e no Nordeste, destacam-se as políticas de desenvolvimento regional e alguns mecanismos fiscais e financeiros em especial os da SUDAM e do Banco da Amazônia – BASA, SUDENE e Banco do Nordeste – BNB, e os da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA (Guimarães Neto, 1995).

No Nordeste deve-se destacar a importância que os incentivos regionais tiveram na implementação da “nova indústria”; além disso, no caso do Pólo Petroquímico da Camaçari, não se pode negligenciar o peso das políticas setoriais voltadas para a substituição de importações contempladas no II PND, cujas fontes de financiamento não se limitaram àquelas consideradas nas políticas de desenvolvimento regional (Guimarães Neto, 1989).

Segundo Costa (1987) e Lobo (1989), no caso da Região Norte os interesses em torno das políticas regionais partiram de países e de grupos econômicos que se associaram na montagem dos grandes empreendimentos de extração mineral e da metalurgia do alumínio. O Governo brasileiro tinha interesse de gerar divisas para o pagamento dos serviços da dívida externa por isso aliou-se a países como o Japão e a grandes grupos multinacionais que se ajustavam aos choques do petróleo.

O projeto Grande Carajás, a hidrelétrica de Tucuruí e a indústria metalúrgica do alumínio, intensiva em insumos energéticos, não podem ser entendidos sem a compreensão desse conjunto de relações que extrapolaram as pressões e os interesses locais e regionais. Em qualquer situação, a participação do Estado brasileiro foi de fundamental importância através da oferta de infra – estrutura e de incentivos fiscais, do fornecimento de créditos e incentivos financeiros e, sobretudo, da articulação dos capitais envolvidos (Guimarães Neto, 1995).

Quanto ao Sul, a desconcentração espacial ocorrida e a presença de grandes empresas na Região estão associadas a um conjunto de políticas setoriais e à atuação do Estado, principalmente no que se refere à política de modernização da agricultura brasileira, que concentrou seus impactos nos Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul, articuladas a políticas de exportação que beneficiaram não só produtos agrícolas e agroindustriais, mas também a indústria do calçado, cada vez mais voltada para o mercado internacional. O desdobramento da expansão dessas atividades se fez sentir na indústria local de bens de capital, sobretudo nas de máquinas e equipamentos associados a esses segmentos. Some-se a isso a expansão da indústria química e petroquímica, motivada em grande parte por investimentos do setor produtivo estatal, notadamente na economia paranaense e gaúcha (Bandeira, 1994).

Em relação ao Centro – Oeste (Castro e Fonseca, 1992; Galindo e Monteiro, 1994), ao lado da importância das economias do Sudeste e em particular, do Sul, através da expansão de diversos grupos econômicos ligados à atividade agroindustrial e movidos pelo processo de modernização agrícola, não se pode deixar de considerar o papel dos incentivos fiscais e financeiros da SUDAM e do BASA em algumas de suas unidades federativas, sobretudo em Mato Grosso que, ao integrar a chamada Amazônia Legal, se encontra na área de atuação dos referidos órgãos de fomento à economia regional. Além desses incentivos fiscais e financeiros, foram definidos vários programas governamentais específicos como o PÓLOCENTRO, o PRODECER, o PROVÁRZEA, o PROFIR e o POLONOROESTE, e outros que abrangeram sub-regiões específicas, como os programas do POLOAMAZÔNIA, CONDEPE, PRODEPAM e PRODEGRAN.

Em síntese, a ausência de investimentos, o engavetamento de projetos públicos e privados e a paralisia do Estado brasileiro estão na base da interrupção dos processos de transformações que se faziam presente e que começavam a mudar a geografia econômica do País (Furtado, 1992).

2.2 Mudanças na Estrutura Produtiva das Regiões

A tabela 2.1 apresenta informações sobre a participação relativa dos setores no Produto Interno Bruto segundo regiões, mostrando que houve variações significativas na estrutura produtiva de todas as regiões do Brasil. Os períodos de 1970 e 1975

apresentam estatísticas deficientes sobre os agregados macroeconômicos e por isso as estimativas do produto industrial se restringem à indústria de transformação.

A partir dos dados da tabela 2.1 é possível verificar que houve uma significativa redução do setor agrícola em favor dos setores urbanos, principalmente dos setores industriais na qual suas transformações são destacadas no período que antecede a década de 1980. Porém, percebe-se que entre 1980 e 1985 houve uma redução dessas transformações, na qual a atividade agrícola, em algumas regiões, volta a crescer em detrimento da atividade industrial.

O setor agrícola apresentou transformações importantes entre as décadas de 1960 e 1980, principalmente na Região Sudeste e Sul. A Região Nordeste também apresentou transformações em sua estrutura produtiva, tendo seus cultivos voltados para a exportação e para o processamento industrial (sua participação na produção agrícola nordestina foi 46,7% em 1970 e 35,5% em 1989, enquanto o valor desses produtos a nível nacional foi de 52,7% para 62,1%), em detrimento dos cultivos voltados para o fornecimento alimentar. Onde se considera que o aumento do cultivo de cana-de-açúcar associado à produção de álcool fortaleceu a economia nordestina. (FUNDAJ 1992)

A atividade agropecuária do Centro – Oeste expandiu-se em várias regiões nos anos 70 e 80 apresentando uma considerável modernização dos processos produtivos. Nesse período houve um crescimento das áreas de estabelecimentos agropecuários em 44,9% e de 513,1% do número de tratores, havendo significativas alterações nas bases técnicas e econômica da agropecuária regional (Mesquita, 1989).

Ao longo dessa evolução da agricultura regional, assumiu especial destaque a expansão das áreas de pastos plantados e em lavouras temporárias, cujo ritmo foi tão intenso a ponto de o aumento absoluto das superfícies, com esses usos da terra, terem constituído respectivamente, 30,9% e 50,5% do crescimento ocorrido em escala nacional. Outra medida da magnitude da difusão dos pastos formados e dos cultivos temporários é representada pelo fato de o crescimento das áreas ocupadas, com esses dois usos produtivos do solo, ter correspondido a 61,4% da superfície incorporada aos estabelecimentos rurais, na década de 70 no Centro – Oeste. (Mesquita, 1989, p. 149)

Segundo Castro e Fonseca (1992); e Galindo e Monteiro (1994) o efetivo bovino passou de 9,7 milhões de cabeças em 1970 para 36,1 milhões em 1985, o que representa aumento anual de 9,2%. A produção de grãos como soja, milho e trigo cresceu vertiginosamente de 1970 a 1990. Sendo que a produção da soja passou de 24 mil para 6,4 milhões de toneladas; a do milho passou de 768 mil para 3,1 milhões de toneladas; e do trigo que passou de 1,7 mil para 205,2 mil toneladas. A produção de cana-de-açúcar

é outra vertente dessa expansão, sendo que sua produção passou de 297,1 mil para 14,1 milhões de toneladas.

TABELA 2.1

Brasil

Participação relativa dos setores no Produto Interno Bruto segundo regiões (%)

1959-80-85

Regiões e Setores Produtivos	1959	1980	1985
NORTE			
Agropecuária	24,6	17,3	16,7
Indústria	17	39,8	39,8
Serviços	58,4	42,9	43,5
TOTAL	100	100	100
NORDESTE			
Agropecuária	40,2	16,7	15,9
Indústria	14,4	32,1	35,4
Serviços	45,4	51,2	48,7
TOTAL	100	100	100
SUDESTE			
Agropecuária	12,2	5,7	6,8
Indústria	33,3	45,7	44,6
Serviços	54,5	48,6	48,6
TOTAL	100	100	100
SUL			
Agropecuária	34,4	17,8	16,6
Indústria	20,9	39,4	36,7
Serviços	44,7	42,8	46,7
TOTAL	100	100	100
CENTRO-OESTE			
Agropecuária	41,4	20,2	13,2
Indústria	9,9	16,7	16,1
Serviços	48,7	63,1	70,7
TOTAL	100	100	100

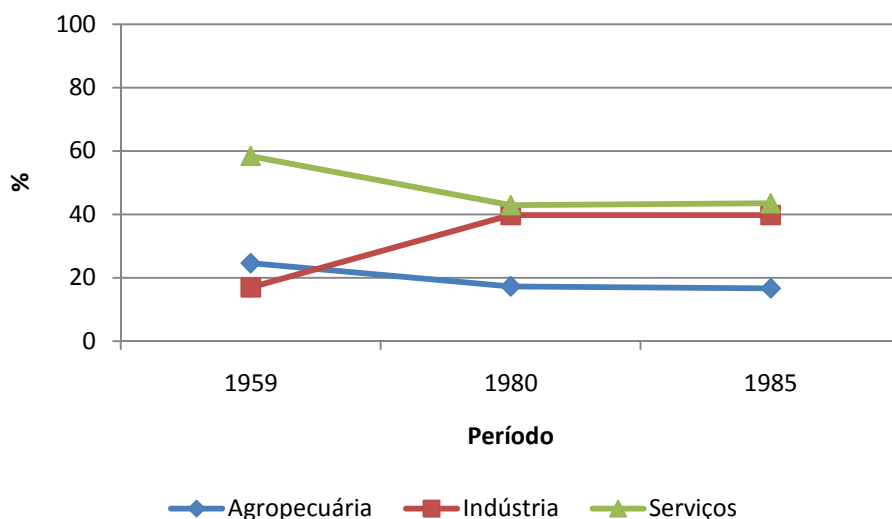
Fonte: FGV (1959) e IBGE (1980 e 1985). Citado por Guimarães Neto, 1995

Em resumo, a base da agricultura brasileira continuou centrada na Região Sudeste e Sul a partir da ampliação e da modernização dos complexos agroindustriais atrelados à soja, ao trigo, à laranja e à produção de carnes. Essas transformações tiveram papel relevante em sua articulação com o mercado internacional (Diniz e Santos, 1993; Bandeira, 1994).

GRÁFICO 2.1

Região Norte

Participação relativa dos setores no Produto Interno Bruto segundo regiões. 1959-80-85

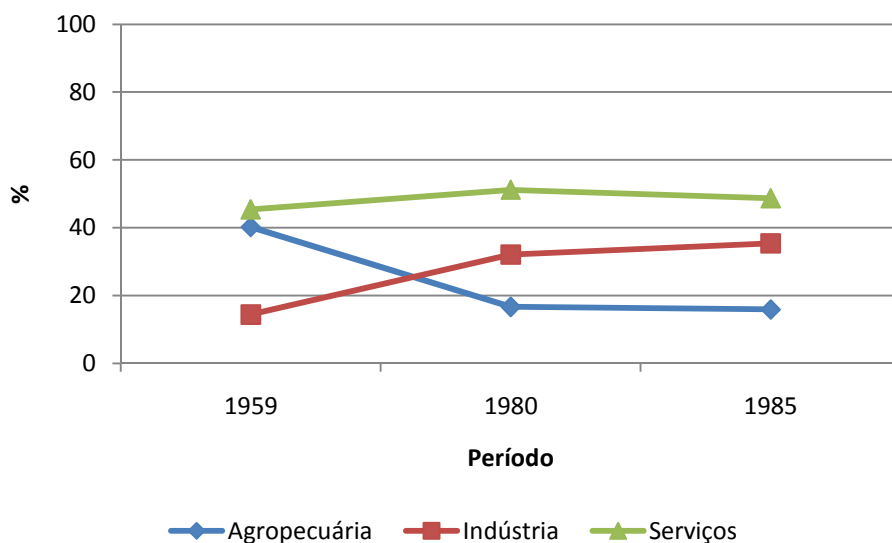


Fonte: Guimarães Neto, 1995 (elaboração própria)

GRÁFICO 2.2

Região Nordeste

Participação relativa dos setores no Produto Interno Bruto segundo regiões. 1959-80-85

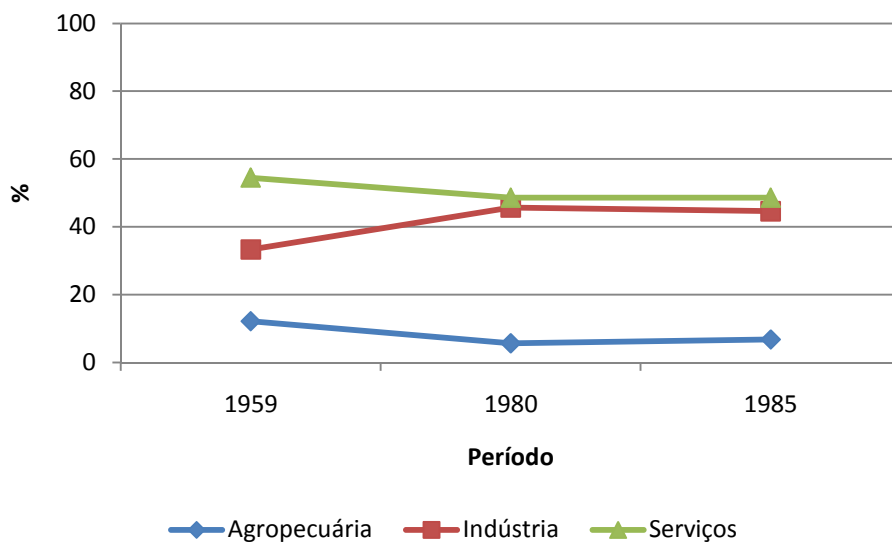


Fonte: Guimarães Neto, 1995 (elaboração própria)

GRÁFICO 2.3

Região Sudeste

Participação relativa dos setores no Produto Interno Bruto segundo regiões. 1959-80-85

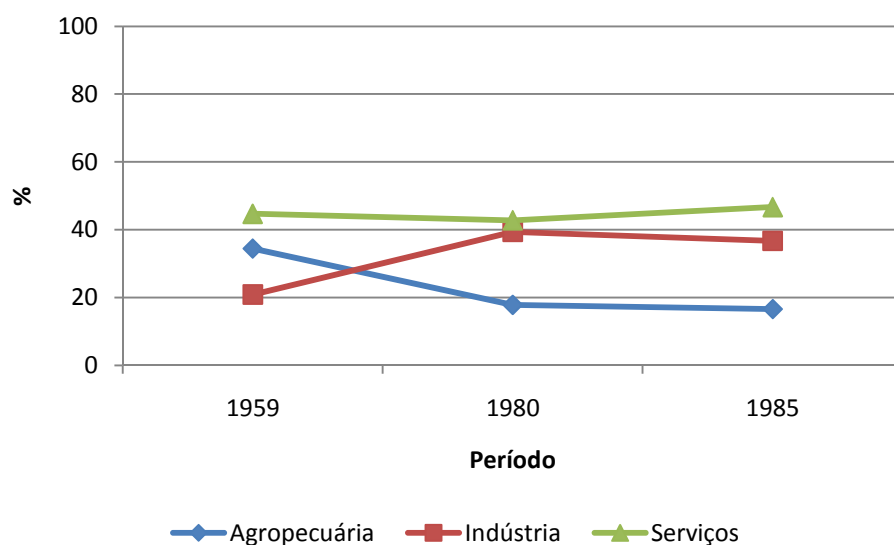


Fonte: Guimarães Neto, 1995 (elaboração própria)

GRÁFICO 2.4

Região Sul

Participação relativa dos setores no Produto Interno Bruto segundo regiões. 1959-80-85

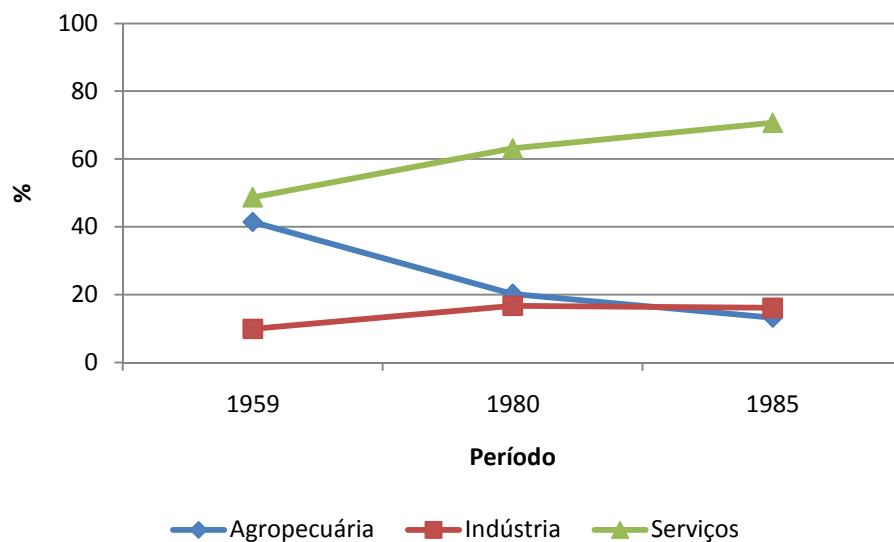


Fonte: Guimarães Neto, 1995 (elaboração própria)

GRÁFICO 2.5

Região Centro – Oeste

Participação relativa dos setores no Produto Interno Bruto segundo regiões. 1959-80-85



Fonte: Guimarães Neto, 1995 (elaboração própria)

O setor industrial será analisado através dos dados da tabela 2.2, na qual mostra a participação no valor da transformação industrial segundo regiões e grupos industriais no período de 1970, 80 e 85. Guimarães Neto (1995), constatando – se:

Na Região Sudeste, concretizou-se nos anos analisados e, sobretudo na década de 1970, a indústria de bens de consumo duráveis e de bens de capital.

Já na Região Centro – Oeste o setor que se destacou foi a dos bens intermediários em detrimento dos não duráveis.

Na Região Sul, houve um aumento da participação relativa da indústria de bens de capital e de bens de consumo, passando de 12% o valor da transformação industrial em 1970 para 18% em 1985. Tal crescimento deve-se, sobretudo, à produção de máquinas, equipamentos e implementos agrícolas voltada para a agropecuária da Região. A manutenção da participação da indústria de bens de consumo não-duráveis expressa de alguma maneira a formação e consolidação dos complexos agroindustriais ligados à soja, ao trigo e a carne.

TABELA 2.2

Brasil

Participação no valor da transformação industrial segundo regiões e grupos industriais (%). 1970 – 1985

Grupos de industriais	BRASIL			NORTE			NORDESTE		
	1970	1980	1985	1970	1980	1985	1970	1980	1985
Não-duráveis	39	30	28	39	20	18	57	39	41
Bens Intermediários	36	42	40	36	27	26	34	47	48
Duráveis e de Capital	22	6	23	5	44	48	6	8	9
Extrativa Mineral	3	2	9	20	9	8	3	6	2
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100

CONTINUAÇÃO

Grupos de industriais	SUDESTE			SUL			CENTRO-OESTE		
	1970	1980	1985	1970	1980	1985	1970	1980	1985
Não-duráveis	38	27	36	45	39	44	62	42	46
Bens Intermediários	36	41	33	41	44	37	28	40	41
Duráveis e de Capital	25	30	30	12	16	18	4	7	7
Extrativa Mineral	1	2	1	2	1	1	6	11	6
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100

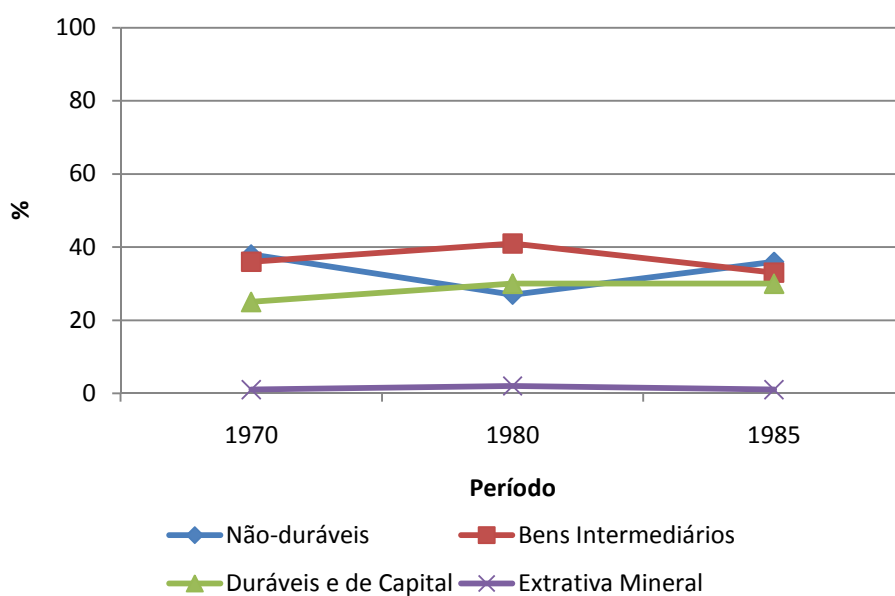
Fonte: IBGE – Censos Industriais – 1970, 1980 e 1985. Citado por Guimarães Neto, 1995

GRÁFICO 2.6

Região Sudeste

Participação no valor da transformação industrial segundo regiões e grupos industriais.

1970-85

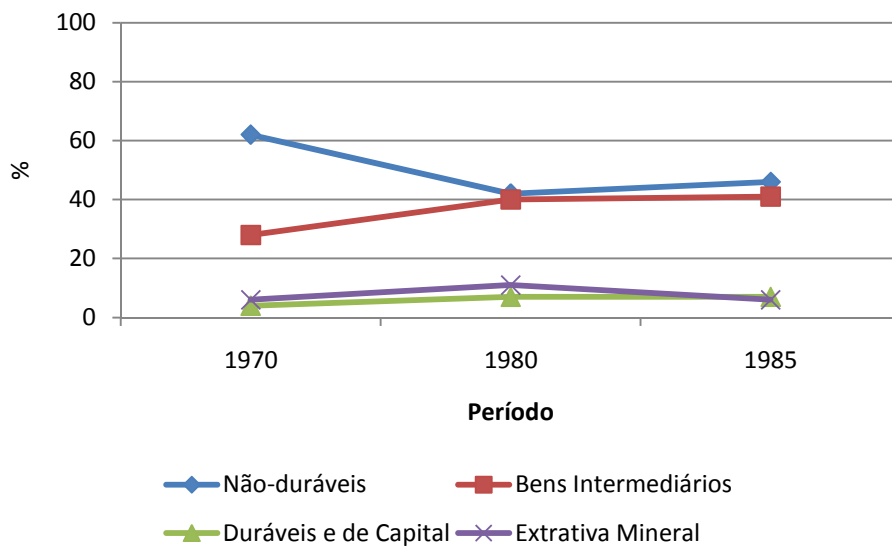


Fonte: Guimarães Neto, 1995 (elaboração própria)

GRÁFICO 2.7

Região Centro – Oeste

Participação no valor da transformação industrial segundo regiões e grupos industriais.
1970-85

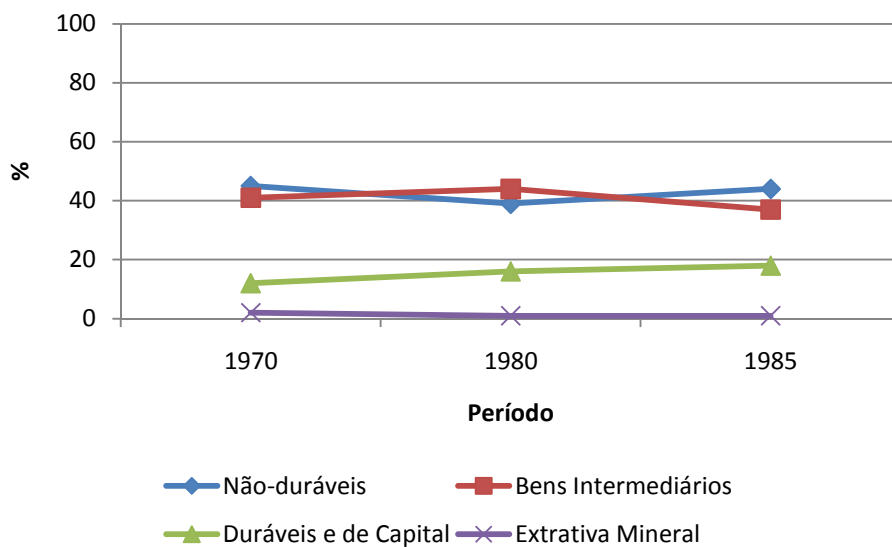


Fonte: Guimarães Neto, 1995 (elaboração própria)

GRÁFICO 2.8

Região Sul

Participação no valor da transformação industrial segundo regiões e grupos industriais.
1970-85



Fonte: Guimarães Neto, 1995 (elaboração própria)

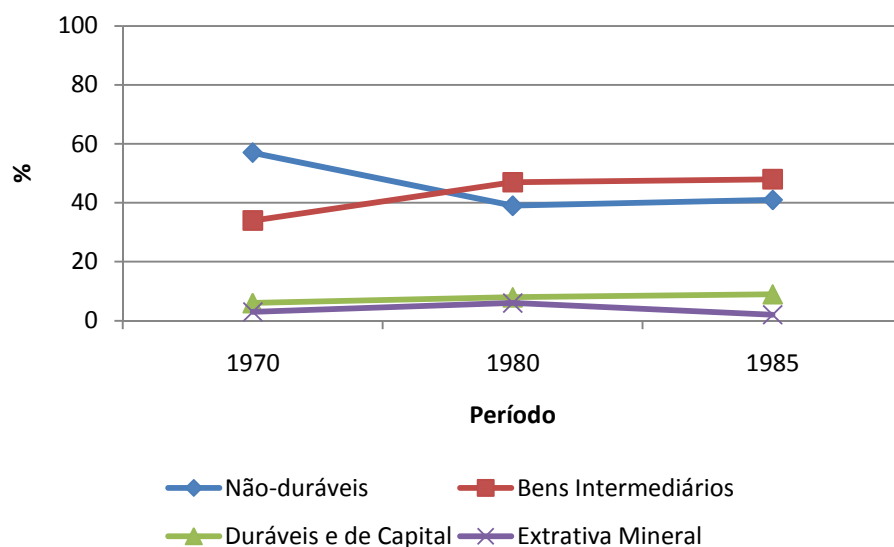
Na Região Nordeste ocorreu um avanço da indústria de bens intermediários em detrimento do setor de bens de consumo não duráveis. Essa maior participação dos intermediários se deve a instalação do complexo petroquímico de Camaçari, na Bahia, associado às políticas de industrialização regional e de substituição de importação de petroquímicos do II PND.

Na Região Norte, houve um significativo aumento na participação dos bens de consumo duráveis e de bens de capital no valor da transformação industrial da Região de 5% em 1970 para 48% em 1985. O aumento da participação deste setor está relacionado à instalação de grande número de empresas voltadas para a produção de eletroeletrônicos e eletrodomésticos na Zona Franca de Manaus.

GRÁFICO 2.9

Região Nordeste

Participação no valor da transformação industrial segundo regiões e grupos industriais.
1970-85

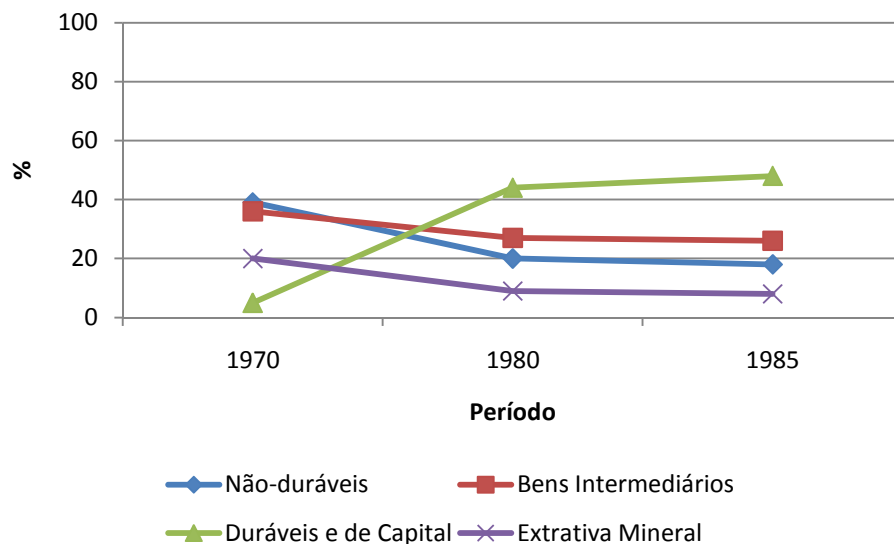


Fonte: Guimarães Neto, 1995 (elaboração própria)

GRÁFICO 2.10

Região Norte

Participação no valor da transformação industrial segundo regiões e grupos industriais.
1970-85



Fonte: Guimarães Neto, 1995 (elaboração própria)

2.3 O Comércio Exterior nas Regiões

A análise que tange às relações com o comércio exterior será feita através de dados fornecidos pelas tabelas 2.3, 2.4 e 2.5, na qual tratam respectivamente das Exportações e Importações segundo as regiões em 1970 – 90; nas exportações por classes de produto: participação em relação ao total exportado em 1975 – 90 e; na participação das exportações e importações no PIB do Estado de São Paulo em 1975 – 80 – 85.

Ao analisar os dados da tabela 2.3 verifica-se que todas as regiões brasileiras aumentaram o seu comércio com outros países, porém o saldo positivo/negativo da balança comercial oscilou durante todo o período analisado. Nos anos da década de 1970 tais desempenhos estiveram associados à forte atuação do Estado na economia através de estímulos fiscais e financeiros. Já nos anos da década de 1980, devido a crise a economia brasileira passava instabilidade e retração do mercado interno.

TABELA 2.3
Brasil
Exportações e Importações segundo as regiões
1970-90

		Em milhões de dólares correntes				
		1970	1975	1980	1985	1990
BRASIL	Exportação	2.783	7.611	17.315	22.961	31.083
	Importação	3.037	13.581	24.960	14.331	20.648
	Saldo	-254	-5.970	-7.645	8.630	10.435
NORDESTE	Exportação	407	1.476	2.297	2.526	3.030
	Importação	178	680	1.590	834	1.492
	Saldo	229	796	707	1.692	1.538
NORTE	Exportação	87	198	596	539	1.794
	Importação	114	371	908	594	1.393
	Saldo	-27	-173	-312	-55	401
SUDESTE	Exportação	1.587	3.802	10.169	14.284	18.929
	Importação	2.449	11.378	18.438	11.473	15.396
	Saldo	-862	-7.576	-8.269	2.811	3.533
SÃO PAULO	Exportação	983	2.408	6.634	8.603	11.460
	Importação	1.440	7.455	11.143	5.844	9.130
	Saldo	-457	-5.047	-4.509	2.759	2.330
SUL	Exportação	692	2.095	4.200	5.496	6.767
	Importação	292	1.125	3.874	1.396	2.196
	Saldo	400	970	326	4.100	4.571
CENTRO-OESTE	Exportação	10	40	53	116	563
	Importação	4	27	150	34	171
	Saldo	6	13	-97	82	392

Fonte: CACEX/IBGE. Citado por Guimarães Neto, 1995.

No início da década de 1970 a participação da Região Norte nas exportações era muito pequena, na década dos 80 houve um significativo aumento e em 1990 ocorreu um aumento das exportações através da venda de minérios e produtos metalúrgicos, impulsionados, sobretudo, por projetos criados nos anos 70 e 80.

A Região Sudeste se destaca por apresentar valores da exportação muito superior as demais regiões, o destaque vai para o Estado de São Paulo no qual contribui com mais de 50% do valor das exportações desta Região.

A Região Sul também apresentou um aumento das suas exportações ao longo do período analisado, tendo exportado US\$ 692 milhões em 1970 e US\$ 6,8 bilhões em 1990. Segundo Bandeira (1994) merecem destaques os Estados do Rio Grande do Sul – que exportou em 1970 US\$ 226 milhões e em 1990 exportou US\$ 3,4 bilhões – e o de Santa Catarina que exportou US\$ 41 milhões em 1970 e US\$ 1,5 bilhão em 1990.

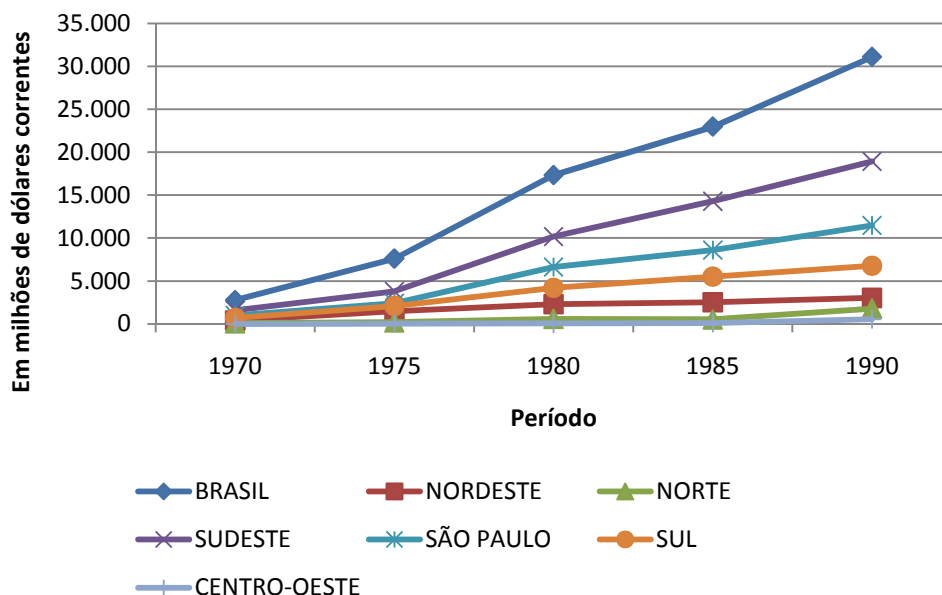
A Região Nordeste assim como a Região Sul apresentou saldo positivo durante todo o período analisado, porém apresentou intensidade de crescimento menor que as demais regiões. Centro – Oeste também apresentou aumento das suas exportações, porém de forma praticamente despercebida.

GRÁFICO 2.11

Brasil

Exportações segundo as regiões

1970-90



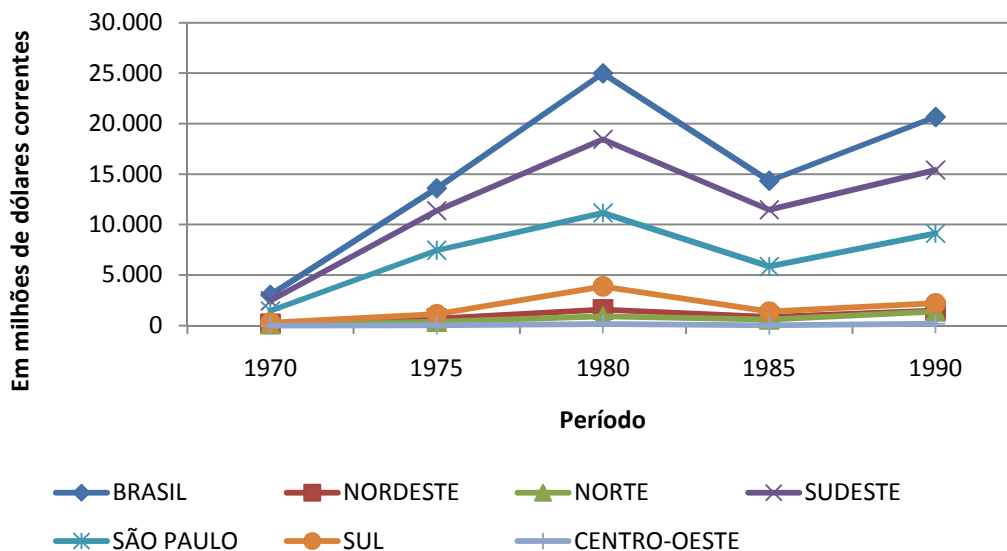
Fonte: Guimarães Neto, 1995 (elaboração própria)

GRÁFICO 2.12

Brasil

Importações segundo as regiões

1970-90



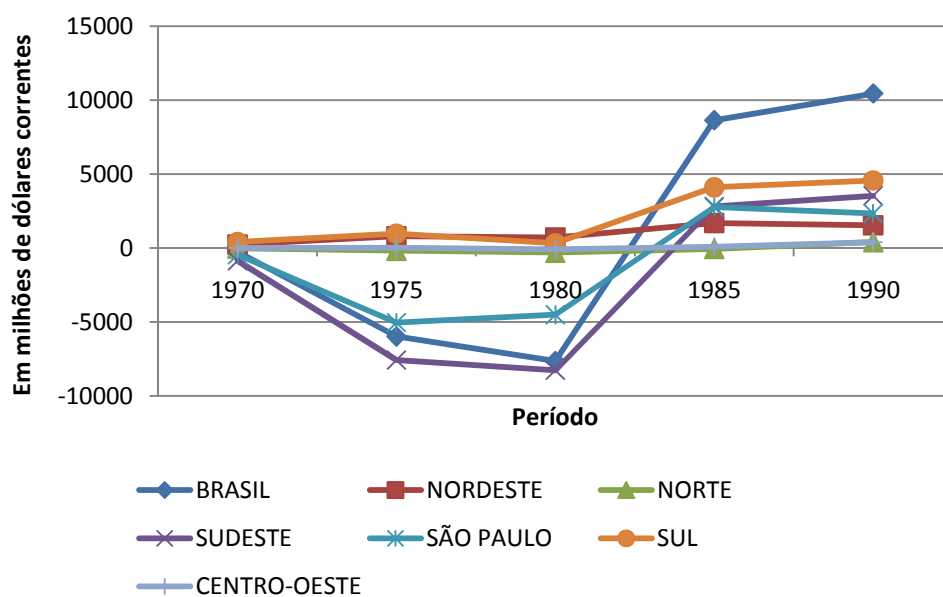
Fonte: Guimarães Neto, 1995 (elaboração própria)

GRÁFICO 2.13

Brasil

Saldo da balança comercial segundo as regiões

1970-90



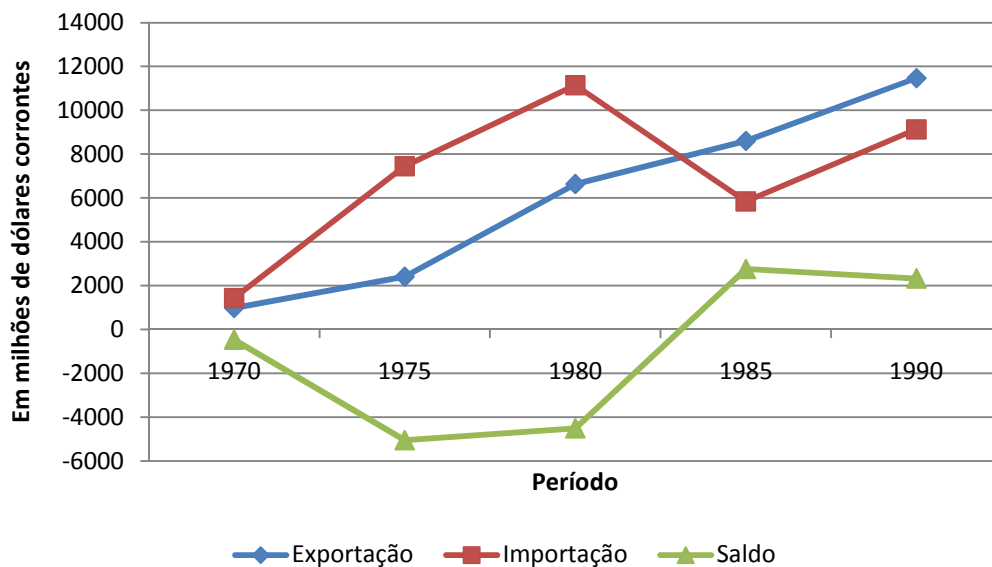
Fonte: Guimarães Neto, 1995 (elaboração própria)

GRÁFICO 2.14

São Paulo

Exportações e Importações segundo as regiões.

1970-90



Fonte: Guimarães Neto, 1995 (elaboração própria)

É indispensável analisar a transformação referente à composição da pauta das exportações. A crescente inserção da economia brasileira na economia internacional ocorreu através das exportações de produtos manufaturados em detrimento dos produtos básicos, que em décadas passadas caracterizavam o perfil exportador do país (Guimarães Neto, 1995).

Para fazer tal análise serão utilizados os dados da tabela 2.4 onde se verifica que apenas a Região Centro – Oeste não segue essa tendência. A partir dos dados é possível visualizar as transformações ocorridas em todas as regiões nas últimas décadas, tendo destaque os Estados do Pará, Pernambuco, Bahia, Mina Gerais, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Essas grandes transformações ocorreram até 1985, pois a partir desta data até 1990 ocorreu uma redução da sua intensidade em praticamente todas as regiões.

TABELA 2.4

Brasil

Exportações por classes de produto: participação em relação ao total exportado
1975 – 90

Região	Básico		Semimanufaturado		Em percentagem Manufaturado	
	1975	1990	1975	1990	1975	1990
NORTE	75,6	53,9	7,7	35,7	15,9	10,3
(Pará)	67,4	58,7	16	34,3	16,4	7
NORDESTE	70,6	24,7	16,1	30,1	12,9	44,9
(Pernambuco)	61	25,7	22,5	3,9	16,4	70,2
(Bahia)	64,6	17,8	21,2	28,2	13,5	53,8
SUDESTE	40,8	19,9	9,2	15	47,8	64,3
(Minas Gerais)	85	35,9	8,2	28,5	6,8	35,6
(São Paulo)	23,8	12,3	8,8	4,6	65,5	82,6
SUL	66,4	42,6	11,6	9,7	21	47,4
(Paraná)	78,5	55,4	9,8	10,9	11,4	33,1
(Rio Grande do Sul)	66,2	37,2	11,5	11,9	20,9	50,6
Centro - Oeste	62,4	82,1	2,8	11,2	34,5	6,6

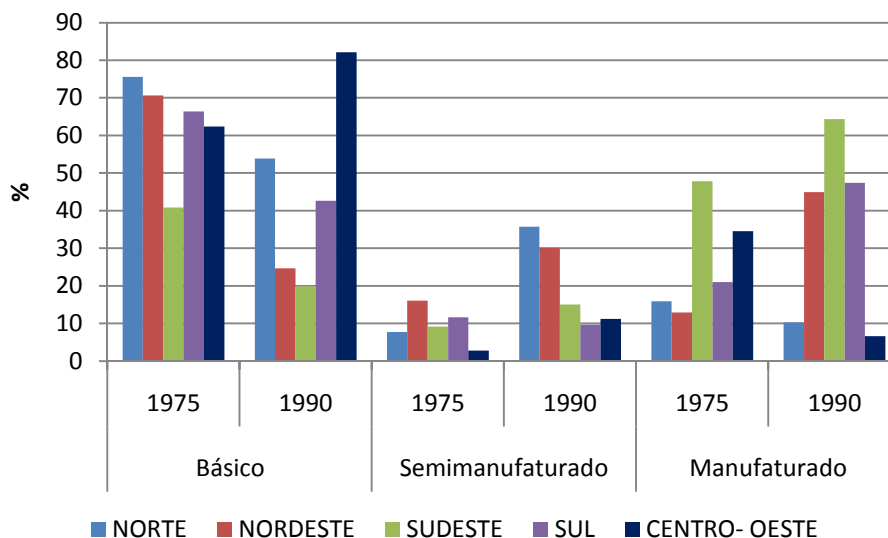
Fonte: CACEX/IBGE citado por Guimarães Neto, 1995

GRÁFICO 2.15

Brasil

Exportações por classes de produto: participação em relação ao total exportado.

1975 – 90



Fonte: Guimarães Neto, 1995 (elaboração própria)

Na Região Norte o destaque vai para os produtos semimanufaturados, no qual apresentou aumentos significativos sendo impulsionado pelo Estado do Pará.

No Sudeste, a exportação de produtos manufaturados aumentou em detrimento dos produtos básicos. O destaque são os Estados de São Paulo e Minas Gerais.

O Nordeste e o Sul também aumentaram a exportação de seus produtos industrializados em relação ao total exportado, assim como ocorreu uma queda em relação aos produtos básicos.

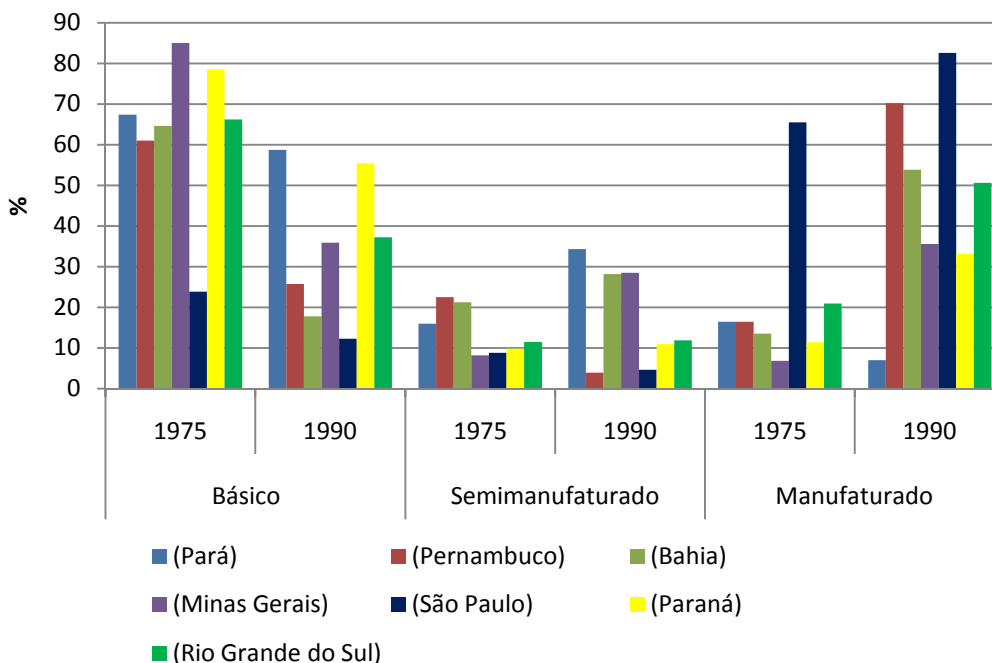
Estados como Bahia e Pernambuco, na Região Nordeste, assim como o Estado do Rio Grande do Sul, na Região Sul, destacam-se pela intensidade da mudança verificada.

GRÁFICO 2.16

PA, PE, BA, MG, SP, PR, RS

Exportações por classes de produto: participação em relação ao total exportado. 1975 –

90



Fonte: Guimarães Neto, 1995 (elaboração própria)

Pode-se concluir que é possível que o saldo positivo na Região Sudeste, sobretudo alavancado pelo Estado de São Paulo em relação às regiões e aos Estados menos industrializados, tenha perdido sua posição relativa nos últimos anos devido ao aumento da diversificação das economias dessas regiões aliado a presença do pólo eletroeletrônico da Zona Franca de Manaus, assim como pelo pólo petroquímico da Bahia e de um parque industrial localizados nos demais Estados nordestinos (Guimarães Neto, 1995).

Ao concentrar atenção na economia do Estado de São Paulo, era de se esperar que o saldo negativo que as demais regiões tinham com o Sudeste, principalmente com São Paulo, registrasse uma redução relativa.

Através da tabela 2.5, observa-se pelos dados apresentados referentes à participação das exportações e importações no PIB (internacionais e por vias internas) que o Estado de São Paulo vem abrindo-se mais para as exportações, no que se refere comércio internacional, e mais para as importações pelo comércio de vias internas.

TABELA 2.5

Estado de São Paulo – Participação das exportações e importações no PIB (%)

1975 – 80 – 85

SÃO PAULO	1975	1980	1985
Comércio Internacional			
Exportação	5,3	7,5	9,7
Importação	16,1	12,3	6,8
Saldo	-10,8	-4,8	2,9
Comércio por vias internas			
Exportação	28,1	42,6	27,8
Importação	16,0	23,3	21,9
Saldo	12,1	19,3	5,9
Total			
Exportação	33,4	50,1	37,5
Importação	32,1	35,6	28,7
Saldo	1,3	14,5	8,8

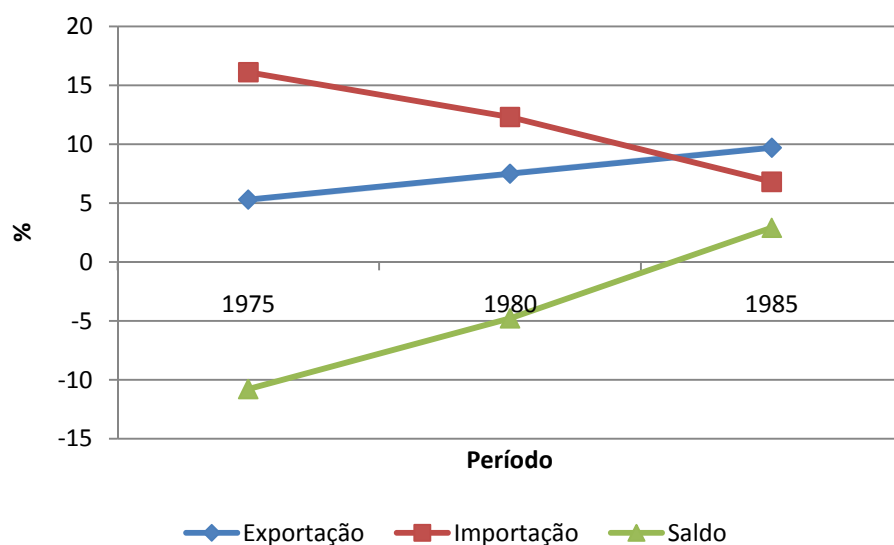
Fonte: CACEX e IBGE (para exportação e importação no comércio internacional e para as estimativas do PIB) e Secretaria da Receita Federal (segundo Diniz e Santos, 1993), para o comércio por vias internas. Citado por Guimarães Neto, 1995.

Essa maior “abertura” para o comércio internacional ocorreu com a redução das importações internacionais, onde no final do período analisado contribuiu para o saldo positivo no comércio internacional.

Em relação ao comércio por vias internas ocorreu um “fechamento” a partir de 1980 com uma redução significativa das exportações seguida de uma pequena redução das importações inter – regionais, contribuindo assim para a redução do saldo comercial. É provável que essa mudança das exportações no comércio interno do Estado de São Paulo foi influenciada pela redução do mercado interno, pela procura por mercados externos mais dinâmicos por parte dos produtores paulistas, assim como pelo processo de diversificação e de desconcentração espacial a qual favoreceu as demais regiões e Estados em detrimento de São Paulo.

GRÁFICO 2.17

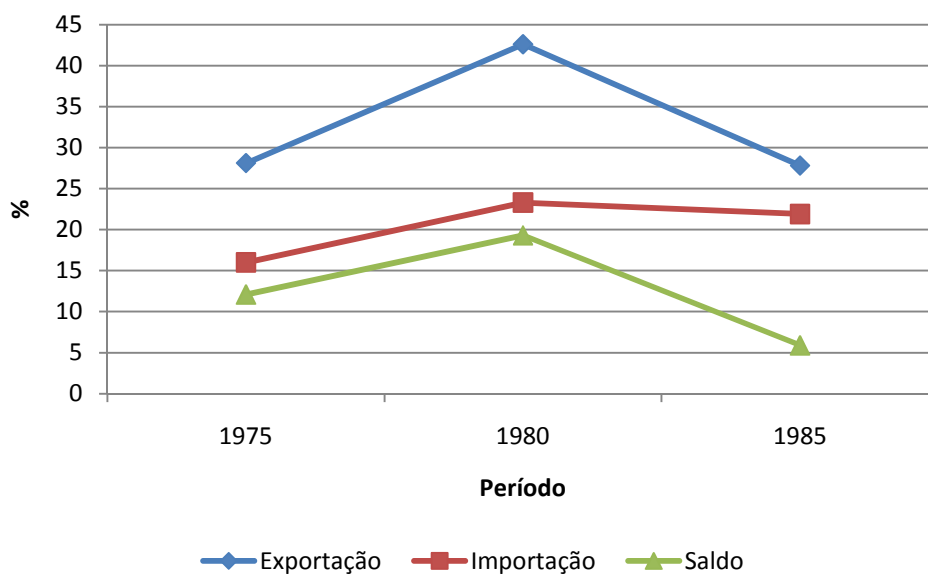
Estado de São Paulo - Comércio Internacional e Participação das exportações e importações no PIB. 1975 – 80 – 85



Fonte: Guimarães Neto, 1995 (elaboração própria)

GRÁFICO 2.18

Estado de São Paulo - Comércio por Vias Internas e Participação das exportações e importações no PIB. 1975 – 80 – 85



Fonte: Guimarães Neto, 1995 (elaboração própria)

Em resumo, o Estado de São Paulo, o qual é a economia mais dinâmica do país apresentou tendência de abertura de sua economia ao mercado internacional, reduzindo sua participação comercial, onde tradicionalmente era o comércio por vias internas. Essa tendência da abertura externa pode estar relacionada com a redução da tarifas, inclusive da perspectiva das importações ocorridas no início da década de 1990.

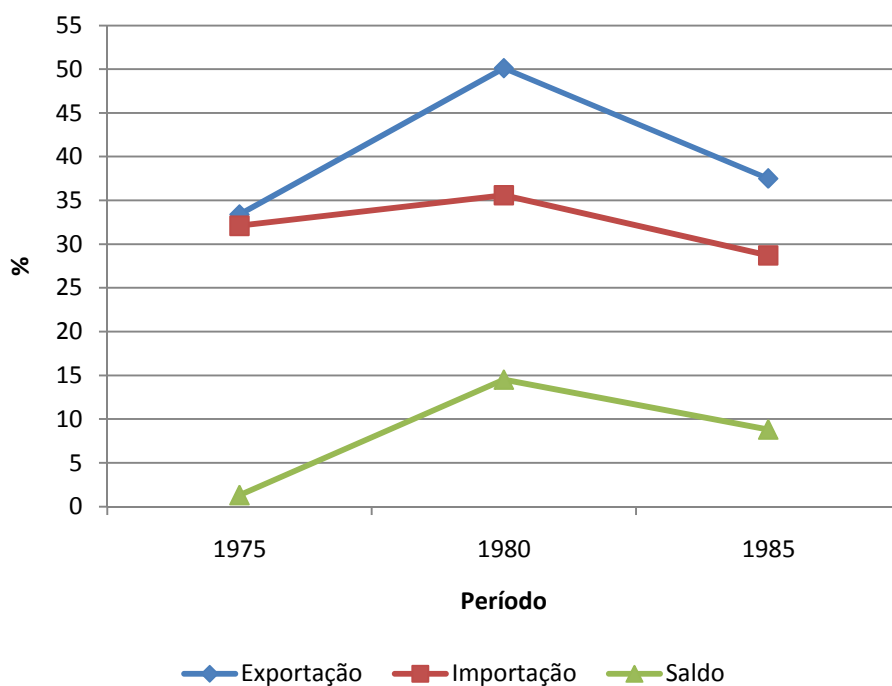
GRÁFICO 2.19

Estado de São Paulo

Comércio Internacional x Comércio por Vias Internas

Participação das exportações e importações no PIB.

1975 – 80 – 85



Fonte: Guimarães Neto, 1995 (elaboração própria)

TABELA 2.6

Brasil

Participação relativa do PIB segundo estados e regiões (%)

1970 – 75 – 80 – 85

	1970	1975	1980	1985
NORTE	2,2	7,6	7,6	3,8
AC	0,1	0,1	0,1	0,1
AM	0,7	0,7	1,1	1,5
AP	0,1	0,1	0,1	0,1
PA	1,1	6,6	5,8	1,5
RO	0,1	0,1	0,3	0,5
RR	0,0	0,0	0,0	0,1
TO	0,0	0,0	0,2	0,0
CENTRO-OESTE	3,9	4,1	5,4	4,8
DF	1,3	1,4	2,0	1,4
GO	1,5	1,5	1,7	1,8
MS	0,0	0,8	1,1	1,0
MT	1,1	0,4	0,6	0,7
NORDESTE	11,7	11,1	12,0	14,1
AL	0,7	0,6	0,7	0,9
BA	3,8	3,7	4,3	5,4
CE	1,4	1,3	1,5	1,7
MA	0,8	0,7	0,8	0,7
PB	0,7	0,7	0,7	0,7
PE	2,9	2,7	2,5	2,6
PI	0,4	0,4	0,4	0,4
RN	0,5	0,6	0,6	0,8
SE	0,4	0,4	0,4	0,9
SUDESTE	65,6	64,9	62,3	60,1
ES	1,2	1,0	1,5	1,7
MG	8,3	8,4	9,4	9,6
RJ	16,7	15,3	13,7	12,7
SP	39,4	40,1	37,7	36,1
SUL	16,7	17,9	17,0	17,1
PR	5,4	6,6	5,8	5,9
RS	8,6	8,5	7,9	7,9
SC	2,7	2,8	3,3	3,3

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (www.ipeadata.gov.br)

PIB Estadual a preços constantes - R\$ de 2000(mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional (elaboração própria)

A análise dos dados sugere novas formas de articulação da economia, que foram provocadas, no período analisado, pela constatada desconcentração espacial, diversificação industrial de algumas regiões periféricas, maior abertura para o comércio internacional e pelas dificuldades econômicas do Brasil.

Foi possível verificar que houve uma significativa redução do setor agrícola em favor dos setores urbanos, principalmente dos setores industriais na qual suas transformações são destacadas no período que antecede a década de 1980. Porém, percebeu-se que entre 1980 e 1985 houve uma redução dessas transformações, na qual a atividade agrícola, principalmente na Região Sudeste, voltou a crescer em detrimento da atividade industrial, contudo o setor de serviços e industrial continuaram sendo os principais setores das regiões brasileiras. A atividade agropecuária na Região Centro – Oeste no período de 1980 e 1985 sofreu uma queda muito acentuada em detrimento do setor de serviços, que correspondia a quase 71% das atividades desta Região.

Em relação ao comércio exterior o saldo da balança comercial oscilou durante todo o período (1970/1990). Na década de 1970 esteve associado com atuação do Governo através de políticas de estímulos fiscais e financeiros. A crise na década de 1980 também impactou o saldo da balança comercial, pois vivia – se um período de instabilidade econômica e retração do mercado financeiro.

A partir de 1985, entretanto, há sinais de mudanças nessa tendência: mesmo não significando sua inflexão ou total interrupção, evidencia-se uma atenuação desse movimento de desconcentração regional. É o que se busca analisar no próximo capítulo, com base, essencialmente, na evolução da participação dos Estados no PIB do Brasil.

CAPÍTULO 3

ESGOTAMENTO DO PROCESSO DE DESCONCENTRAÇÃO REGIONAL? A EVOLUÇÃO RECENTE DA PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS NO PIB DO BRASIL

O crescimento econômico do Brasil ocorreu, até meados da década de 1950, com profundas desigualdades regionais, na qual concentrou suas atividades econômicas nas regiões Sudeste e Sul, principalmente no Estado de São Paulo. A participação de São Paulo no PIB industrial brasileiro no período 1939 – 1980 passou de 36,4% para 47,2%, com desaceleração antes dos anos de 1970. O ponto culminante dessa desigualdade ocorreu em 1968, quando atingiu 56,8%. A partir de então sua participação passou a decrescer. (Souza, 2009)

A partir de 1985, entretanto, esse processo de redução das desigualdades desacelera-se, dando lugar a uma tendência de estabilização com algumas oscilações.

O objetivo deste capítulo é discutir essa tendência recente, com base em análise de dados. Em primeiro lugar, discute-se o período 1985/2006 como um todo, com atenção na evolução dos PIBs em nível estadual, verificada inicialmente a partir da década de 1980, com base em Souza (2009) e Monteiro Neto (2006).

Em seguida a análise focaliza separadamente a década de 1990 e os anos 2000, em que são verificadas algumas tendências para os anos 2000 incorporando-se também a série de contas regionais no período 2003 – 2007 disponibilizada pelo site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3.1 Mudanças na concentração regional do PIB brasileiro a partir da década de 1980

Segundo Souza (2009) após 1969 a desconcentração industrial do Estado de São Paulo, em benefício das regiões periféricas, ocorreu na época do milagre brasileiro, onde as políticas econômicas do Governo Federal procuraram regionalizar os investimentos fora da Região Sudeste.

Do ponto de vista da aceleração das taxas de crescimento econômico, o período entre 1960 até 1989 mostrou-se mais favorável à expansão econômica do que o período

de 1990 a 2002. Os patamares médios de crescimento dos PIBs *per capita* regionais e nacionais são quase o dobro do desempenho pós-1990. Nesses 42 anos o panorama das taxas de crescimento econômico do Brasil e de suas economias regionais aponta para uma exaustão da tendência de longo prazo de expansão do PIB total e *per capita*. No período entre 1960 e 1989 (fase desenvolvimentista), o ímpeto expansionista atingiu taxas médias do PIB total de 6,23% ao ano para o Brasil e as regiões periféricas (Norte, Nordeste e Centro-Oeste) também apresentaram desempenho vigoroso crescendo, respectivamente, a taxas anuais de 9,31%, 5,73% e 8,33%. Inicia-se na década de 1980, o período de desaceleração econômica de forma generalizada no Brasil atingindo as regiões diferenciadamente. Entre 1980 e 1989 as taxas de expansão do PIB eram mais baixas que as dos períodos anteriores em todas as regiões, mas no Norte (8,8% ao ano), no Nordeste (3,5% ao ano) e no Centro-Oeste (5,4% ao ano) ainda estavam em nível mais alto que nas regiões mais desenvolvidas do Sudeste e do Sul. (Monteiro Neto, 2006, p.15).

Os dados correspondentes ao período de 1970 a 1985 para todos os Estados e Regiões brasileiras corroboram a análise de Monteiro Neto e podem ser verificados através da tabela 2.6, anteriormente citada, através dos dados disponibilizados pelo IBGE/IPEADATA. Constata – se que a Região Sudeste e Sul perdem ímpeto expansionista ao longo da série estudada, porém continuam sendo as principais Regiões com maior participação do PIB brasileiro

Pós-1990, o ajustamento da economia brasileira a um ambiente de maior concorrência com o exterior e maior volatilidade de capitais impactou severamente sobre a economia mais industrializada (a do Sudeste) e reduziu sua performance econômica em ritmo superior ao das demais [...] A partir dos anos 1990, a trajetória de crescimento para as economias do país e as regionais não conseguem reverter a tendência recessiva. As taxas observadas para o conjunto dos anos 1990-2002 são sempre menores que as da fase desenvolvimentista; são inferiores até mesmo que as da “década perdida” dos anos 1980-1989. (Monteiro Neto, 2006, p.16 e 17)

A adoção generalizada de reformas pós 1990 viria a permitir a estabilidade de preços, ao conter o processo inflacionário, para colocar o Brasil em uma rota de retomada da atividade produtiva. Entretanto obteve resultados pouco positivos sobre a trajetória de crescimento do país no que tange suas economias regionais e com o passar dos anos foi observado perda de ímpeto expansionista: no período inicial de 1990-1994 (Governo Collor/Itamar Franco), as regiões tiveram mais crescimento que no período dos mandatos FHC (1995-1998 e 1999-2002). (Monteiro Neto, 2006, p.16)

Entre 1990 e 2003, ou seja, entre 14 anos, a variação real acumulada do PIB por habitante foi de tão somente 10,0% no conjunto do país. Já em 1997, porém, mais que isso havia sido alcançado (taxa acumulada de 10,2%), demonstrando o quanto se “patinou” no Brasil, nos últimos anos, em termos de crescimento econômico. (Galvão, 2007, p.334).

Para Monteiro Neto (2006) a crise geral da economia brasileira tem seu epicentro na Região Sudeste, pois esta Região é a mais desenvolvida do Brasil, contendo uma forte estrutura setorial e um forte potencial de crescimento em relação as demais economias regionais, sofrendo de forma direta os impactos das mudanças que processam no ambiente macroeconômico, permitindo de um lado, que as desigualdades regionais não se elevassem de forma excessiva, uma vez que o setor produtivo das regiões periféricas continuaram a se expandir em ritmo superior ao da Região Sudeste, e perdendo de outro lado capacidade de direção sobre o comando da periferia econômica nacional, que se dá, em geral, pela compra de insumos, matérias-primas e maquinários, provocando efeitos de retardo sobre estas últimas, as quais desaceleraram suas taxas médias de crescimento.

As taxas de crescimento do PIB *per capita* para a Região Sudeste entre 1990-2002 foram de 1,0% ao ano; para 1990-1994 foi de 0,4% ao ano e, no período 1995-2002 o produto por habitante estagnou. Nos mesmos períodos temporais, todas as demais regiões brasileiras tiveram desempenho mais elevado na expansão do PIB *per capita*. Em resumo, em uma trajetória de desenvolvimento onde se verifica a convergência de renda *per capita* entre Regiões e Estados produz resultados qualitativamente superiores quando associada ao crescimento econômico positivo, firme e generalizado nas Regiões (ou Estados) do país. Porém, em um quadro recessão econômica, pode – se significar apenas redução momentânea e não permanente das disparidades, em vez de configurar fenômeno robusto e durável (Monteiro Neto, 2006).

A tabela 3.1 mostra a participação do PIB dos Estados e das regiões no PIB do Brasil no período de 1985/2006. Verifica-se que alguns Estados além de SP (passou de 36,1% em 1985 para 33,9% em 2006) perderam participação relativa no PIB do Brasil, como por exemplo, Alagoas, Bahia, Pernambuco, Sergipe, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul.

TABELA 3.1

Participação do PIB dos Estados e das macrorregiões no PIB do Brasil, 1985/2006 (%)

ESTADOS E REGIÕES	1985	1990	1995	2000	2003	2006
NORTE	3,8	4,9	4,8	4,6	4,9	5,2
Acre	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2
Amazonas	1,5	1,8	1,7	1,7	1,5	1,7
Amapá	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Pará	1,5	2,1	1,9	1,7	1,8	1,9
Rondônia	0,5	0,5	0,5	0,5	0,6	0,6
Roraima	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2
Tocantins	0,0	0,2	0,2	0,2	0,4	0,4
CENTRO-OESTE	4,8	5,2	5,9	7,0	8,9	8,7
Distrito Federal	1,4	1,6	2,0	2,7	3,7	3,8
Goiás	1,8	1,8	1,8	2,0	2,5	2,4
Mato Grosso do Sul	0,9	1,0	1,1	1,1	1,1	1,0
Mato Grosso	0,7	0,8	1,0	1,2	1,6	1,5
NORDESTE	14,1	12,8	12,6	12,9	12,7	13,1
Alagoas	0,9	0,7	0,6	0,6	0,7	0,7
Bahia	5,4	4,5	4,1	4,4	4,0	4,1
Ceará	1,7	1,6	1,9	1,9	1,9	2,0
Maranhão	0,7	0,8	0,8	0,8	1,1	1,2
Paraíba	0,7	0,8	0,8	0,8	0,8	0,8
Pernambuco	2,6	2,7	2,7	2,6	2,3	2,3
Piauí	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5	0,5
Rio Grande do Norte	0,8	0,7	0,7	0,8	0,8	0,9
Sergipe	0,9	0,6	0,5	0,5	0,6	0,6
SUDESTE	60,1	58,9	58,7	57,8	55,8	56,8
Espírito Santo	1,7	1,7	2,0	2,0	1,8	2,2
Minas Gerais	9,6	9,3	9,7	9,6	8,8	9,1
Rio de Janeiro	12,7	10,9	11,5	12,5	11,1	11,6
São Paulo	36,1	37,0	35,5	33,7	34,1	33,9
SUL	17,1	18,1	17,8	17,6	17,6	16,3
Paraná	5,9	6,3	5,9	6,0	6,4	5,8
Rio Grande do Sul	7,9	8,1	8,3	7,7	7,3	6,6
Santa Catarina	3,3	3,7	3,6	3,9	3,9	3,9

Fonte: IBGE/IPEADATA, citado por Souza (2009)*

Obs. (*): PIB a preços de 2000, deflacionado pelo deflator implícito do PIB.

A Região Centro-Oeste apresentou maior aumento da participação do PIB, passando de 4,8% em 1985 para 8,7% em 2006. Esse maior aumento foi impulsionado

pelo Distrito Federal e pelo Estado de Mato Grosso. Em seguida vem à Região Norte que aumentou de 3,8% para 5,1%, respectivamente.

A Região Sudeste apresentou decréscimo em sua participação, que foi de 60,1% em 1985 para 56,8% em 2006. Nas Regiões Nordeste e Sul, houve pequeno decréscimo em relação à participação no PIB brasileiro nesse período. No Nordeste a maior participação coube ao Maranhão e a maior perda foi da Bahia. Na Região Sul, a oscilação no PIB nacional verificada no RS e no PR pode ser explicada pelo fato da indústria continuar atrelada ao agronegócio.

Em todos os países, o crescimento da agricultura tem sido fundamental tanto para ampliar o mercado interno para produtos industriais, como também para moldar o caráter da industrialização. Porém, os Estados agrícolas precisam diversificar sua indústria, para torná-la menos dependente das flutuações climáticas. Contudo, é normal que, no processo inicial de desenvolvimento, as regiões dependam de um ou dois produtos primários de exportação e que o mercado interno, incipiente, fundamente-se nessa base exportadora, como foi o caso de SP, conseguiram um desenvolvimento posterior mais importante (Souza, 2009, p. 166)

A unificação dos “pólos” regionais surge com a hegemonia da Região principal, seguida de regiões com desenvolvimento significativo de suas áreas de influência e com crescimento mais acelerado, como é o caso do RS, MG, PR e SC. Em médio prazo o Centro – Oeste deverá ter crescimento mais acelerado, devido à ocupação dos espaços pela agricultura e com o desenvolvimento industrial, tendo em vista a presença do Distrito Federal e a expansão do espaço econômico do Sul e do Sudeste, em particular de SP. No interior de Estados mais desenvolvidos, como SP e RS, começaram a surgir pólos microrregionais de desenvolvimento importantes, baseados na exportação tanto de produtos agrícolas, como industriais, principalmente de tecnologia de ponta (Souza, 2009).

Segundo Azonni (1997), em períodos de rápido crescimento econômico, como aqueles motivados por aumento geral da demanda interna, tendem a ser diferenciados setorial e regionalmente. Os setores mais beneficiados normalmente estão localizados nas regiões mais ricas, voltadas para a produção de bens de consumo. Em período de recessão, regiões como o Sudeste, que são concentradoras de atividades econômicas, são as primeiras a serem atingidas o que contribui para a redução das desigualdades.

3.2 Evolução do PIB por Estados e Regiões na década de 1990

A Região Norte apresentou durante o período de 1990 – 2000 uma certa estabilidade na participação do PIB brasileiro tendo média de 4,7%. Os Estados que mais contribuíram para esse índice foram o Estado do Amazonas e do Pará, com média de 1,73% e 1,9% respectivamente.

A Região Centro – Oeste apresentou em tal período aumento significativo da participação do PIB nacional, passando de 5,2 em 1990, para 5,9% em 1995 e finalizando com 7% em 2000. Os destaques vão para os Estados de Goiás e Distrito Federal onde juntos representam, em média, 2% da participação do PIB ao longo do período analisado.

Nos Estados de Região Nordeste, o Estado da Bahia é o destaque participando em média com 4% do PIB nacional, seguido de Pernambuco (2,7%) e Ceará (1,7%). Esta Região no período 1990 – 2000 apresentou média estável em torno de 12% do PIB nacional.

Nos Estados da Região Sul, Santa Catarina destaca-se por apresentar a menor participação do PIB, em torno de 3,5%. Paraná segue em segundo com uma participação de 6%. Porém o Estado do Rio Grande do Sul apresentou a melhor participação, contribuindo, em média, com 8% no PIB brasileiro. Ao longo do tempo este Estado vai perdendo participação relativa

Segundo Souza (2009) o PIB de SP apresentou durante o período de 1990 – 2000 quedas sucessivas na participação do PIB nacional, passando de 37,0% em 1990, para 35,5% em 1995 e finalizando com 33,7% em 2000. O PIB do RJ apresentou no período de 1990 – 2000 aumentos sucessivos na participação do PIB nacional, passando de 10,9% em 1990, para 11,5% em 1995 e finalizando com 12,5% em 2000. A participação do PIB de MG apresentou durante o período de 1990 – 2000 um ligeiro aumento no primeiro período e posteriormente uma ligeira queda, quase retornando a sua participação inicial. Em 1990 tinha uma participação no PIB brasileiro de 9,3%, passando para 9,7% em 1995 e 9,6% em 2000. O Estado do ES apresentou um leve aumento na participação do seu PIB no PIB do Brasil entre 1990 e 1995 mantendo-se constante no período de 1985 – 2000. Em 1990 participou com 1,7%, em 1995 e 2000 com 2,0%. Os dados fornecidos pelo IBGE são os mesmos fornecidos por Souza (2009) tal evolução do PIB e estão disponibilizados no anexo através da tabela A.1.

3.3 Tendências verificadas nos anos 2000

Verifica – se a partir dos dados do IBGE/IPEADATA e de Souza (2009) que ao longo dos anos 2000 todas as Regiões apresentaram a mesma tendência de estagnação dos anos anteriores, ou seja, a Região que participou com a maior participação no PIB nacional foi a Região Sudeste, em média 56%, seguida da Região Sul (16%), Região Nordeste (13%), Centro – Oeste (8,7%) e por último Norte (5%).

Ao fazer a análise a nível estadual percebe-se que o Estado de São Paulo apresentou quedas na participação do PIB nacional ao longo do período que começa desde a década de 1980 até o período recente (em 1980 foi de 36%, em 1990 foi 37% e em 2007 foi 34%). Espírito Santo (2%), Minas Gerais (9,6%) e Rio de Janeiro (11%) apresentaram baixo crescimento ao longo dos anos 2000.

O Estado de Santa Catarina destacou – se por ter tido a menor participação no PIB brasileiro (em média 3,8%), porém manteve sua participação praticamente estável ao longo de todo o período. Em contrapartida o Estado do Paraná e do Rio Grande do Sul oscilaram bastante ao longo do período, tendo quedas ao longo dos anos 2000.

Na Região Nordeste os Estados da Bahia e de Pernambuco são os principais Estados a contribuírem com o PIB nacional, porém assim como aconteceu com os principais Estados com maior participação no PIB nacional das Regiões Sudeste e Sul, os Estados da Bahia e de Pernambuco apresentaram quedas na participação do PIB brasileiro.

No Estado de Goiás e do Distrito Federal essa tendência de queda verificada pelos principais Estados que contribuem com maior participação no PIB nacional não aconteceu, pelo contrário, nos últimos anos dos anos 2000 a participação no PIB nacional foi mais expressiva.

Em relação aos Estados da Região Norte o destaque vai para o Estado do Amazonas e do Pará, onde apresentaram pequenas quedas ao longo dos anos 2000. Os demais Estados dessa Região mantiveram participação inexpressiva desde os anos da década de 1980.

A relativa estabilidade da participação de Estados e Regiões no PIB do Brasil nos anos 2000 ocorreu simultaneamente a significativas mudanças nas estruturas produtivas dos Estados e Regiões. A síntese das tendências dos PIBs estaduais para os anos 2000 pode ser verificada a partir dos dados da tabela 3.2 segundo o relatório apresentado pelo IBGE na série (2003 – 2007) sobre as contas regionais.

Com exceção do Estado de Roraima (15^o lugar) os demais Estados da Região Norte ficaram entre os 10 maiores Estados no ranking nacional por apresentarem maior crescimento em volume na série 2003 – 2007. O Estado do Amazonas destaca-se por apresentar o melhor PIB *per capita* da Região, ocupando o 9^o lugar.

- Amazonas, todas as atividades agropecuárias, exceto a criação de aves, apresentaram queda em volume, sua retração é explicada pela redução na produção de seu principal produto (mandioca), pela queda de cultivo de cereais para grãos (arroz e milho) e pela queda da pesca e criação de bovinos; a indústria de transformação apresentou crescimento na produção de equipamentos de transportes (motocicletas), na fabricação de alimentos e bebidas e na construção civil; serviços participou com 52,7% da economia amazonense em 2001, sendo impulsionada pelo crescimento do comércio, serviços prestados às empresas, serviços financeiros e os prestados às famílias. (IBGE, 2003 – 2007, p.02)

Dos Estados da Região Nordeste o destaque vai para o Maranhão apresentando o maior crescimento em volume. Com exceção do Estado do Piauí que perdeu posição relativa em relação ao PIB *per capita*, os demais Estados mantiveram-se o ranking de 2006 para 2007.

- Maranhão, a agropecuária participou com 18,6% no total do valor adicionado, impulsionado por 0,8% da agricultura, 36,1% da silvicultura e 32,5% da soja; as atividades da indústria extrativa contribuíram com 54,3%; no setor de serviços a contribuição foi dada principalmente pela intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados (22,3%).(IBGE, 2003 – 2007, p.05)

A Região Sudeste apresenta os três maiores Estados em relação ao PIB brasileiro de 2007, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, respectivamente, enquanto o Espírito Santo ocupou a 11^a posição. Porém, em relação ao crescimento de volume a situação é inversa. São Paulo ocupou a 20^a posição, Rio de Janeiro ficou em último lugar, Minas Gerais ficou em 19^o lugar e o Espírito Santo foi o melhor ficando com a 9^a posição. Apesar da pouca expressividade no volume de crescimento do PIB no Estado do RJ, os Estados de SP, RJ e ES apresentaram melhor PIB *per capita* nacional, perdendo apenas para o DF. Minas Gerais ficou em 10^o lugar.

- São Paulo, o cultivo de cana de açúcar e de frutas cítricas, que tem a laranja como principal produto, representavam juntas 48,6% da agropecuária, o setor industrial apresentou aumentos em todas as atividades industriais; o setor de serviços apresentou crescimento superior a média nacional, sendo refletido pelo comportamento do setor financeiro e de serviços prestados às empresas; (IBGE, 2003 – 2007, p.11 e 12)
- Rio de Janeiro, no setor agropecuário as atividades de produção vegetal e animal apresentaram quedas no volume de – 28,4% e – 2,9% respectivamente; a indústria extrativa apresentou taxa de variação em volume negativa em função de paradas de suas plataformas para manutenção e à desvalorização cambial, já a indústria de transformação obteve crescimento em virtude da evolução positiva das indústrias de produção de aço, automobilística, produção de máquinas e equipamentos, jornais, revistas e discos e produção de metal; o crescimento no setor de serviços foi destacado pelas atividades de intermediação financeira, puxada pelo aumento do volume de oferta de crédito; (IBGE, 2003 – 2007, p.11)
- Espírito Santo, a atividade de cultivo de cereais e café foram as únicas atividades com variação positivas na produção vegetal e aves na produção animal; o setor industrial apresentou crescimento influenciado pela atividade de extração mineral decorrente do aumento de 64,9% na produção de petróleo e gás natural em relação ao ano de 2006; o setor de serviços apresentou crescimento tendo contribuído o comércio e serviços de manutenção e reparação, os transportes e a administração pública que juntos representavam 59,5% do setor de serviços em 2007; (IBGE, 2003 – 2007, p.10 e 11)
- Minas Gerais apresentou desempenho negativo na agropecuária influenciado pela redução na produção cafeeira, do complexo da soja. Atividades de cultivo de cereais, cana de açúcar, pecuária e pesca apresentaram crescimento; o setor industrial registrou crescimento real de 7,4% correspondendo por 31,6% do valor adicionado estadual em 2007, impulsionado pela indústria extrativa mineral, construção civil e

indústria de transformação; o setor de serviços participou em 2007 com 60,4% do valor adicionado total do Estado, seu dinamismo pode ser atribuído à oferta de crédito pessoal, com financiamento facilitado e melhorias nos indicadores de emprego e renda. (IBGE, 2003 – 2007, p.9 e 10)

Os Estados da Região Sul também apresentaram uma ótima participação no PIB nacional, estando entre os 7 maiores no ranking nacional. Também estão entre os 7 maiores Estados no ranking do PIB *per capita* de 2007. O Estado de Santa Catarina destaca-se por perder posição relativa em relação ao PIB per capita, porém ocupa o 5^o lugar no ranking nacional.

- Santa Catarina, o setor agropecuário apresentou aumentos na agricultura, silvicultura, exploração florestal, pecuária e pesca; a indústria de transformação participou com 68% do setor industrial seguida pela indústria extrativa com 30,3%; o setor de serviços correspondia 57,1% da economia em 2007, o comércio participava com 14,8% do valor adicionado estadual e a administração pública representava 11,1% da economia em 2007. (IBGE, 2003 – 2007, p.13)

A Região Centro – Oeste apresentou estabilidade e uma ótima posição relativa no ranking do PIB *per capita* durante os anos da série. Destaca-se também no ranking do PIB nacional, do crescimento de volume e da posição no ranking nacional.

- Distrito Federal, a agropecuária é uma atividade inexpressiva na economia brasileira, sendo responsável por apenas 0,2% de seu valor adicionado em 2007; no setor industrial os segmentos de fabricação de alimentos e bebidas, fabricação de cimento, jornais, discos e revistas representavam juntos 68,3% do valor adicionado da transformação; o setor de serviços corresponde a 93,2% da economia do DF em 2007 tendo destaque as atividades de administração, saúde e educação públicas, intermediação financeira, comércio e serviços de manutenção e reparação que somadas respondiam por 71,4% do DF. (IBGE, 2003 – 2007, p.15 e 16)

TABELA 3.2
Brasil
Contas Regionais
2003 – 2007

ESTADOS E REGIÕES	Ranking do PIB nacional em (2006)	Ranking por Crescimento em Volume em (2003 – 2007)	Crescimento em Volume (%) (2003 - 2007)	Ranking do PIB per capita (2007)	PIB per capita. Posição de 2007 em relação a 2006
NORTE					
Acre	26	6	34,7	17	AUMENTOU
Amazonas	15	4	36,6	9	IGUAL
Amapá	25	3	37,7	15	DIMINUIU
Pará	13	8	30,2	22	IGUAL
Rondônia	16	7	31,6	14	AUMENTOU
Roraima	27	15	24,2	13	IGUAL
Tocantins	24	2	38,6	16	AUMENTOU
NORDESTE					
Alagoas	20	24	18,3	25	IGUAL
Bahia	6	11	26,9	19	IGUAL
Ceará	12	18	22,5	23	IGUAL
Maranhão	16	1	39,8	26	IGUAL
Paraíba	19	17	22,7	24	IGUAL
Pernambuco	10	23	19,4	21	IGUAL
Piauí	23	12	26,7	27	IGUAL
Rio Grande do Norte	18	25	17,4	20	IGUAL
Sergipe	21	10	27,9	18	DIMINUIU
SUDESTE					
Espírito Santo	11	9	29,7	4	AUMENTOU
Minas Gerais	3	19	22,4	10	IGUAL
Rio de Janeiro	2	27	13,2	3	IGUAL
São Paulo	1	20	22,2	2	IGUAL
SUL					
Paraná	5	22	19,5	7	IGUAL
Rio Grande do Sul	4	26	21	6	IGUAL
Santa Catarina	7	21	20	5	DIMINUIU
CENTRO-OESTE					
Distrito Federal	8	13	25,1	1	IGUAL
Goiás	9	14	24,3	12	IGUAL
Mato Grosso	14	5	35,3	8	IGUAL
Mato Grosso do Sul	17	16	23,5	11	IGUAL

Fonte: IBGE (elaboração própria)

Em resumo, os Estados que se destacaram na participação do PIB e do PIB *per capita* na série estudada tem o setor de serviços como o principal setor de sua economia, seguida do setor industrial e agropecuário.

Vale lembrar que tanto na série de 1991 – 2000 disponibilizada pelo Atlas do Desenvolvimento Humano quanto na série 2003 – 2007 do IBGE o Estado de São Paulo continua no topo do ranking dos Estados brasileiros que mais contribuem com o PIB do Brasil e em 2007 perdeu apenas para o Distrito Federal no ranking dos Estados com maior PIB *per capita*.

Vale lembrar também que tanto na série de 1991 – 2000 disponibilizada pelo Atlas do Desenvolvimento Humano quanto na série 2003 – 2007 do IBGE o Estado do Rio de Janeiro permanece na segunda posição no ranking dos Estados brasileiros que mais contribuem com o PIB do Brasil e em 2007 obteve em relação ao seu PIB *per capita* o terceiro lugar.

Em comparação com a série de 2003 – 2007 do IBGE Minas Gerais também se manteve na posição da série anterior, permanecendo em terceiro no ranking de Estados que mais contribuem para o PIB do Brasil e em 2007 ficou em décimo lugar em relação ao seu PIB *per capita*.

Comparando com a série 2003 – 2007 do IBGE o Espírito Santo ocupou a décima primeira posição no ranking dos Estados que mais contribuem com o seu PIB ao PIB brasileiro, ficando em quarto lugar em 2007 em relação ao seu PIB *per capita*.

Dessa maneira, os dados analisados mostram que, embora não tenha se interrompido completamente, a tendência de desconcentração regional que marcou o Brasil desde a década de 1970, declinou a partir de meados da década de 1980. Entre 1985 e 2006, a Região Sudeste passou de 60,1% do PIB brasileiro para 56,8%, enquanto para o Estado de São Paulo, o percentual foi de 36,1% para 33,9% no período.

Durante a década de 1990, diferentemente da Região Centro – Oeste, as Regiões Norte, Nordeste, Sudeste e Sul apresentaram pequenas quedas na participação do PIB nacional. No período 1990 – 1995, a Região Norte perdeu 0,1 pontos percentuais em relação à participação do PIB nacional, o Estado do Pará destaca –se por ter perdido 0,2 pontos percentuais, os demais Estados permaneceram com a mesma taxa de participação, a Região Nordeste perdeu 0,2 pontos percentuais, Bahia perdeu 0,4 pontos percentuais, Ceará contribuiu positivamente com 0,3 pontos percentuais e os demais Estados mantiveram sua participação, a Região Sudeste perdeu 0,1 pontos percentuais e São Paulo perdeu 1,5 pontos percentuais, os demais Estados contribuíram, em média,

com aumento de 0,4 pontos percentuais, e Sul perdeu 0,3 pontos percentuais, Paraná perdeu 0,4 pontos percentuais, os demais Estados perderam, em média, com 0,2 pontos percentuais. Na Região Centro – Oeste o destaque vai para o Distrito Federal que ganhou 0,4 pontos percentuais na participação do PIB, seguido por Mato Grosso (+0,2 pontos percentuais), Mato Grosso do Sul (+0,1 pontos percentuais) e Goiás permaneceu constante.

Assim como aconteceu na década de 1990, nos anos 2000 percebe – se uma tendência na redução na desconcentração em termos de participação do PIB nacional para todas as Regiões Brasileiras. Os Estados que perderam participação no PIB nacional durante a década de 1990 continuaram apresentando quedas nos anos 2000. São Paulo e Rio Grande do Sul foram os Estados que perderam a maior participação no PIB. Entre 1990 e 2006, São Paulo perdeu 3,1 pontos percentuais e o Rio Grande do Sul perdeu 1,5 pontos percentuais. Depois do aumento na participação do PIB nos anos de 1990, Minas Gerais destaca – se por ter perdido participação no PIB nacional nos anos 2000 em 0,4 pontos percentuais. Na Região Centro – Oeste, com exceção do Estado de Mato Grosso do Sul que permaneceu com o mesmo percentual na participação do PIB, no período de 1990 a 2006 o Distrito Federal teve variação positiva na participação do PIB em 2,2 pontos percentuais, seguido por Mato Grosso, 0,7 pontos percentuais e Goiás, 0,6 pontos percentuais.

Assim, embora no período recente o processo de desconcentração, medido pela participação dos Estados no PIB nacional, tenha diminuído sua intensidade em termos interregionais, no caso da Região Sudeste, pode-se apontar que houve um processo de desconcentração interno: entre 1985 e 2006, o Estado de São Paulo passou de 36,1% para 33,9%, do PIB brasileiro, enquanto nos demais Estados da Região, as quedas na participação foram menores (para o caso de Rio de Janeiro e Minas Gerais) ou houve ligeiro aumento (caso do Espírito Santo).

Quando se observa apenas a década de 1990, verifica-se que essas variações foram ainda menores entre as regiões e maiores internamente à Região Sudeste. Já entre 2000 e 2006, há uma tendência de estabilidade tanto entre as Regiões quanto nos Estados da Região Sudeste, em que o percentual referente a São Paulo fica praticamente no mesmo patamar, em torno dos 34%.

No próximo capítulo são focalizados os Estados da Região Sudeste quanto à disparidade de renda e as condições sociais.

CAPÍTULO 4

DISPARIDADES DE RENDA E CONDIÇÕES SOCIAIS EM ESTADOS DA REGIÃO SUDESTE

Neste capítulo será mostrada a evolução de alguns indicadores sociais e de concentração de renda.

Devido à falta de compatibilidade das séries e dos métodos de cálculo de tais indicadores a análise será restrita a base de dados fornecida pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (1991 – 2000) para que possa ser possível fazer nas considerações finais algumas análises sobre o crescimento econômico e as disparidades sociais, procurando avaliar como diferentes ritmos de crescimento afetam os Estados da Região Sudeste.

Quando se observam os indicadores sociais e o comportamento da renda *per capita*, é possível notar um quadro de grave concentração de rendas no Sul-Sudeste. Tal situação agravou – se durante a década de 1990 com a mudança na distribuição espacial das atividades no Brasil. Isso indicaria, por outro lado, que as políticas regionais de desenvolvimento de caráter intervencionista aplicadas pela SUDENE, obtiveram resultados bastante restringidos do ponto de vista do dinamismo da economia do Nordeste (Ribeiro e Porto Jr, 2003)

Os Estados da Região Sudeste, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, serão aqui estudados separadamente. A Região Sudeste constitui a principal macrorregião em relação à concentração regional das atividades produtivas do Brasil. Portanto, esses Estados serão aqui caracterizados mediante os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (1991 – 2000), Souza (2009) e IBGE (2003 – 2007) para que posteriormente sejam feitas a evolução dos indicadores selecionados.

4.1 Disparidades de Renda nos Estados da Região Sudeste

A desigualdade, em particular a desigualdade de renda, é tão parte da história brasileira que adquire fórum de coisa natural, onde, o extremo grau de desigualdade distributiva representa o principal determinante da pobreza (Barros, Henriques e Mendonça, 2000)

Neste item será verificada a evolução da desigualdade de renda nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo através do coeficiente de Gini e do Índice de Theil, pois são dois indicadores consagrados e de uso difundido na literatura que revelam o grau da desigualdade de renda de uma realidade específica.

O coeficiente de Gini é a medida de dispersão estatística usado para calcular a desigualdade da distribuição de renda onde seus valores estão compreendidos entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1 for o coeficiente maior será o grau de concentração da renda e quanto mais próximo de zero maior será a distribuição de renda. O Índice de Theil será aplicado na mensuração das desigualdades regionais, variando de 0 a 1, quanto maior este valor, pior a distribuição. A tabela A.3 no anexo mostrará os índices de Gini e de Theil de todos os Estados brasileiros para os anos de 1991 e 2000.

TABELA 4.1
Índice de Gini e Índice de Theil dos Estados da Região Sudeste
1991 – 2000

Estados	Índice de Gini 1991	Índice de Gini 2000	Índice L de Theil 1991	Índice L de Theil 2000
São Paulo	0,56	0,59	0,54	0,61
Rio de Janeiro	0,61	0,61	0,67	0,66
Minas Gerais	0,61	0,62	0,7	0,67
Espírito Santo	0,60	0,61	0,66	0,65
Brasil	0,63	0,65	0,77	0,76

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (elaboração própria)

TABELA 4.2
Índice de Gini dos Estados da Região Sudeste
2001 – 2006

ESTADOS	2001	2002	2003	2004	2005	2006
São Paulo	0,55	0,56	0,55	0,53	0,53	0,52
Rio de Janeiro	0,57	0,55	0,56	0,55	0,56	0,56
Minas Gerais	0,56	0,56	0,55	0,54	0,53	0,53
Espírito Santo	0,59	0,58	0,56	0,55	0,56	0,54
Região Sudeste	0,57	0,56	0,56	0,54	0,54	0,54
BRASIL	0,60	0,59	0,58	0,57	0,57	0,56

Fonte: IPEADATA (elaboração própria)

TABELA 4.3
Índice de Theil dos Estados da Região Sudeste
2001 – 2006

ESTADOS	2001	2002	2003	2004	2005	2006
São Paulo	0,61	0,64	0,59	0,55	0,57	0,54
Rio de Janeiro	0,67	0,59	0,62	0,60	0,62	0,63
Minas Gerais	0,63	0,64	0,63	0,61	0,57	0,56
Espírito Santo	0,73	0,66	0,59	0,57	0,62	0,59
Região Sudeste	0,65	0,65	0,62	0,59	0,59	0,58
BRASIL	0,73	0,71	0,69	0,67	0,66	0,64

Fonte: IPEADATA (elaboração própria)

Além de indicadores de desigualdade de renda, são examinados indicadores relativos à pobreza. Há pobreza apenas na medida em que existem famílias vivendo com renda familiar *per capita* inferior ao nível mínimo necessário para que possam satisfazer suas necessidades mais básicas. A magnitude da pobreza está diretamente relacionada ao número de pessoas vivendo em famílias com renda *per capita* abaixo da linha de pobreza e à distância entre a renda *per capita* de cada família pobre e a linha de pobreza. (Barros, Henriques e Mendonça, 2000, 124)

Define-se Linha de Indigência pelo valor mínimo necessário para adquirir uma cesta alimentar nutricionalmente adequada em determinado momento e lugar. A Linha de Pobreza inclui, além do valor desta cesta alimentar, o valor mínimo para satisfazer o conjunto das demais necessidades básicas, isto é, considerando também as de habitação, vestuário, higiene, saúde, educação, transporte, lazer, etc. Os valores referem-se ao custo associado à satisfação das necessidades de uma pessoa durante um mês.

TABELA 4.4
Taxa de Pobreza dos Estados da Região Sudeste (%)
2001 – 2006

ESTADOS	2001	2002	2003	2004	2005	2006
São Paulo	19,53	20,31	21,60	20,58	17,77	14,39
Rio de Janeiro	23,88	20,90	24,87	22,54	21,49	17,50
Minas Gerais	26,66	25,92	26,24	23,52	19,80	16,27
Espírito Santo	29,10	25,43	26,12	22,62	19,50	15,45
Região Sudeste	22,58	22,05	23,60	21,79	19,08	15,51
BRASIL	35,17	34,40	35,79	33,70	30,82	26,75

Fonte: IPEADATA (elaboração própria)

TABELA 4.5

Renda per capita

Razão entre a dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres dos Estados da Região Sudeste.

2001 – 2006

	2001	2002	2003	2004	2005	2006
São Paulo	17,40	17,58	16,80	15,06	15,43	14,70
Rio de Janeiro	19,46	16,81	18,17	17,10	17,52	17,40
Minas Gerais	18,38	18,25	17,11	16,29	15,05	15,00
Espírito Santo	22,63	20,49	18,22	17,07	17,89	15,70

Fonte: IPEADATA (elaboração própria)

TABELA 4.6

Renda per capita

Razão entre a dos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres dos Estados da Região Sudeste.

2001 – 2006

	2001	2002	2003	2004	2005	2006
São Paulo	19,90	19,38	18,86	16,46	16,62	15,64
Rio de Janeiro	21,17	17,79	19,52	18,65	18,13	18,03
Minas Gerais	20,98	19,89	18,69	17,16	15,78	15,70
Espírito Santo	24,93	22,08	20,44	18,77	19,65	16,64

Fonte: IPEADATA (elaboração própria)

TABELA 4.7

Renda per capita

Participação do 1% mais rico dos Estados da Região Sudeste (%).

2001 – 2006

	2001	2002	2003	2004	2005	2006
São Paulo	11,98	12,49	11,45	11,13	11,73	10,94
Rio de Janeiro	13,04	11,02	11,87	11,59	11,72	12,24
Minas Gerais	12,57	12,78	13,34	12,86	11,95	11,48
Espírito Santo	13,95	11,79	9,96	10,16	12,09	12,50

Fonte: IPEADATA (elaboração própria)

TABELA 4.8
Renda per capita
Participação dos 50% mais pobres dos Estados da Região Sudeste (%).
2001 – 2006

	2001	2002	2003	2004	2005	2006
São Paulo	14,90	14,91	15,25	16,21	16,24	16,61
Rio de Janeiro	14,13	15,39	14,64	15,24	15,20	15,28
Minas Gerais	14,63	14,76	15,45	15,95	16,74	16,67
Espírito Santo	12,76	13,52	14,26	14,92	14,93	16,15

Fonte: IPEADATA (elaboração própria)

SÃO PAULO

Embora São Paulo tenha apresentado o menor percentual de crescimento da sua renda *per capita* média, dentre os Estados selecionados, ele continua tendo a maior renda média. A renda *per capita* média do Estado de São Paulo cresceu 15,60 pontos percentuais, passando de R\$ 382,93 em 1991 para R\$ 442,67 em 2000. A desigualdade de renda cresceu: o Índice de Gini passou de 0,56 em 1991 para 0,59 em 2000 e o Índice de Theil passou de 0,54 e, 1991 para 0,61 em 2000.

A tabela a seguir mostra o verdadeiro grau de desigualdade neste Estado onde a fatia da renda apropriada pelos 20% mais ricos da população de São Paulo aumentou em detrimento dos outros extratos da população

TABELA 4.9
São Paulo
Porcentagem da Renda Apropriada por Extratos da População
1991 e 2000

	1991	2000
20% mais pobres	3,2	2,5
40% mais pobres	10,2	8,7
60% mais pobres	21,3	18,9
80% mais pobres	39,8	36,5
20% mais ricos	60,2	63,5

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (elaboração própria)

A intensidade da indigência e da pobreza se intensificaram no período analisado. A indigência em São Paulo em 1991 foi de 51,125% passando para 66,997% em 2000 e a pobreza teve um aumento de 39,29 % para 46,183%, respectivamente.

Já entre 2001 e 2006, a desigualdade diminuiu ao longo dos anos e a partir do ano de 2002 foram verificadas leves quedas sucessivas dos índices de Gini e de Theil.

Neste mesmo período, indicadores como pobreza e renda apropriada pelos extratos mais pobres da população sofreram importantes alterações. A taxa de pobreza em 2006 foi a menor no período 2001 – 2006, entre 2001 e 2002 houve um pequeno aumento nesse indicador, passou de 19,53% em 2001 para 20,31% em 2002. A partir de 2002 ocorreram quedas sucessivas nesse indicador, terminando em 2006 com 14,39%.

A renda apropriada pela população mais pobre aumentou em detrimento da parcela mais rica em todos os casos analisados no período 2001 – 2006. Ao analisar a razão entre os extratos mais ricos com os extratos mais pobres a queda é ainda mais visível.

RIO DE JANEIRO

A renda *per capita* média do Estado cresceu 32,66 pontos percentuais, passando de R\$ 312,03 em 1991 para R\$ 413,94 em 2000. A desigualdade ficou estável: o Índice de Gini passou de 0,61 em 1991 para 0,61 em 2000 e o Índice de Theil passou de 0,67 em 1991 para 0,66 em 2000.

A tabela a seguir mostra esse quadro estável ao longo do período analisado. Dado o crescimento da renda *per capita* deste Estado pode – se dizer, apesar da estabilidade apresentada, que os ricos ficaram mais ricos e pobres ficaram mais pobres.

TABELA 4.10
Rio de Janeiro
Porcentagem da Renda Apropriada por Extratos da População
1991 e 2000

	1991	2000
20% mais pobres	2,4	2,1
40% mais pobres	8,1	7,7
60% mais pobres	17,6	17,3

	1991	2000
80% mais pobres	34,7	34,4
20% mais ricos	65,3	65,6

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (elaboração própria)

A intensidade da indigência e da pobreza se intensificaram no período analisado. A indigência no Rio de Janeiro em 1991 foi de 40,074% passando para 59,404% em 2000 e a pobreza teve um aumento de 41,105% para 44,673%, respectivamente.

Já entre 2001 e 2006, os indicadores variaram ao longo da série. A desigualdade teve uma leve queda ao longo dos anos como pode ser observada através dos índices de Gini e de Theil.

Neste mesmo período, indicadores como pobreza e renda apropriada pelos extratos mais pobres da população sofreram importantes alterações. A taxa de pobreza em 2006 foi a menor no período 2001 – 2006, entre 2001 e 2002 ocorreu uma queda de quase 3 pontos percentuais nesse indicador, passando de 23,88% em 2001 para 20,90% em 2002. Entre 2002 e 2003 a taxa de pobreza aumentou quase 4 pontos percentuais. A partir de 2003 ocorreram quedas neste indicador, terminando com 17,50% em 2006.

A renda apropriada pela população mais pobre aumentou em detrimento da parcela mais rica. No período 2001 – 2006 o ano de 2002 destaca – se por apresentar a melhor distribuição de renda. Ao analisar a razão entre os extratos mais ricos com os extratos mais pobres a evolução da distribuição de renda é ainda mais visível.

MINAS GERAIS

Dentre os Estados selecionados foi o Estado que apresentou o segundo maior crescimento percentual da renda *per capita* média crescendo 42,87 pontos percentuais, passando de R\$ 193,57 em 1991 para R\$ 276,56 em 2000. Em termos comparativos é o Estado que possui a menor renda *per capita*. A desigualdade cresceu: o Índice de Gini passou de 0,61 em 1991 para 0,62 em 2000 e o Índice de Theil passou de 0,70 em 1991 para 0,67 em 2000.

É possível notar através da tabela a seguir que embora o Estado de Minas Gerais tenha aumentado o percentual médio da sua renda *per capita* ele continuava em 2000 concentrando sua renda com os extratos mais ricos da população.

TABELA 4.11
 Minas Gerais
 Porcentagem da Renda Apropriada por Extratos da População
 1991 e 2000

	1991	2000
20% mais pobres	2,5	2,2
40% mais pobres	8	8
60% mais pobres	17,4	17,7
80% mais pobres	34,1	34,3
20% mais ricos	65,8	65,7

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (elaboração própria)

Ao contrário do Estado de São Paulo e do Rio de Janeiro a intensidade da pobreza diminuiu no período analisado em compensação a intensidade de indigência aumentou. A indigência em Minas Gerais em 1991 foi de 37,504% passando para 48,543% em 2000 e a pobreza teve uma queda passando de 45,829% para 43,782%, respectivamente.

Assim como o Estado de São Paulo entre 2001 e 2006, os indicadores variaram ao longo da série. A desigualdade diminuiu ao longo dos anos e a partir do ano de 2002 foram verificadas pequenas quedas sucessivas dos índices de Gini e de Theil.

Neste mesmo período, indicadores como pobreza e renda apropriada pelos extratos mais pobres da população também sofreram importantes alterações. A taxa de pobreza em 2006 foi a menor no período 2001 – 2006, entre 2001 e 2002 houve um pequeno aumento nesse indicador, passou de 26,66% em 2001 para 25,92% em 2002. A partir de 2002 ocorreram quedas sucessivas nesse indicador, terminando em 2006 com 16,27%.

Assim como ocorreu no Estado de São Paulo a renda apropriada pela população mais pobre aumentou em detrimento da parcela mais rica em todos os casos analisados no período 2001 – 2006.

ESPÍRITO SANTO

Foi o maior Estado, dentre os selecionados, a apresentar crescimento da renda

per capita média crescendo 48,68 pontos percentuais, passando de R\$194,78 em 1991 para R\$ 289,59 em 2000. A desigualdade cresceu: o Índice de Gini passou de 0,60 em 1991 para 0,61 em 2000 e o índice de Theil passou de 0,66 em 1991 para 0,65 em 2000.

Assim como o Estado de Minas Gerais a intensidade da pobreza diminuiu no período analisado e em compensação a intensidade de indigência aumentou. A indigência no ES em 1991 foi de 37,002% passando para 47,051% em 2000 e a pobreza teve uma queda passando de 44,964% para 41,671%, respectivamente.

TABELA 4.12
Espírito Santo
Porcentagem da Renda Apropriada por Extratos da População
1991 e 2000

	1991	2000
20% mais pobres	2,6	2,4
40% mais pobres	8,3	8,2
60% mais pobres	18,1	17,8
80% mais pobres	35,7	34,8
20% mais ricos	64,3	65,2

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (elaboração própria)

Assim como os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais entre 2001 e 2006, os indicadores variaram ao longo da série. A desigualdade diminuiu ao longo dos anos e a partir do ano de 2002 foram verificadas pequenas quedas sucessivas dos índices de Gini e de Theil.

Neste mesmo período, indicadores como pobreza e renda apropriada pelos extratos mais pobres da população também sofreram importantes modificações. A taxa de pobreza em 2006 foi a menor no período 2001 – 2006, entre 2001 e 2002 houve queda significativa de quase 4 pontos percentuais nesse indicador, passando de 29,10% em 2001 para 25,43% em 2002. Entre 2002 e 2003 a taxa de pobreza teve um leve aumento, passando de 25,43% em 2002 para 26,12% em 2003. A partir de 2003 ocorreram quedas sucessivas nesse indicador, terminando em 2006 com 15,45%.

A renda apropriada pela população mais pobre aumentou em detrimento da

parcela mais rica em todos os casos analisados no período 2001 – 2006.

Em resumo, os Estados da Região Sudeste, Região que apresenta a maior participação no PIB brasileiro durante as décadas de 1990 e 2000, em que diminuiu a intensidade do processo de desconcentração característico da década de 1970, apresentam tendências diferentes ao longo do período recente.

Na década de 1990, todos os Estados dessa Região permaneceram com níveis elevados da desigualdade, caracterizando em concentração de renda para os extratos mais ricos da população em detrimento dos extratos mais pobres, intensificando em aumento da indigência e da pobreza. A intensidade da indigência e da pobreza se intensificaram em São Paulo e no Rio de Janeiro, já em Minas Gerais e Espírito Santo a intensidade da pobreza diminuiu e a intensidade de indigência aumentou. Pode – se concluir que a riqueza econômica desses Estados não foram socializadas para a população como um todo.

Entretanto, no período 2001 – 2006 houve diminuição da desigualdade, expressa nos dois tipos de coeficientes analisados e na apropriação de renda estratificada.

4.2 Condições Sociais nos Estados da Região Sudeste

Neste item serão verificadas as condições sociais nos Estados de SP, RJ, MG e ES tendo como fonte de dados os disponibilizados pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (1991 – 2000) tais como o IDHM, IDHM – Educação, IDHM – Renda, taxa de alfabetização.

A seguir tais indicadores serão definidos para melhor facilitar a análise de sua evolução nos Estados e períodos já definidos.

Para a avaliação da dimensão “educação”, o cálculo do IDH-M considera dois indicadores, com pesos diferentes: taxa de alfabetização de pessoas acima dos 15 anos de idade (com peso dois) e a taxa bruta de frequência à escola (com peso um). Para a avaliação da dimensão “renda”, o critério usado é a renda municipal per capita, ou seja, a renda média de cada residente no município.

O IDH-M de cada município é resultado da média aritmética simples do IDHM-E, para educação; IDHM-L, para saúde (ou longevidade); IDHM-R, para renda. Para tanto, são determinados os valores de referência mínimo e máximo de cada categoria, que serão equivalentes a 0 e 1, respectivamente, no cálculo do índice. Os sub-índices de

cada município serão valores proporcionais dentro dessa escala: quanto melhor o desempenho municipal naquela dimensão, mais próximo o seu índice estará de um.

Taxa de alfabetização é o percentual de pessoas de 15 anos ou mais de idade que sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples no idioma que conhecem, na população total da mesma faixa etária, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

TABELA 4.13
IDHM e IDHM – Educação nos Estados da Região Sudeste
1991 e 2000

Estados	IDHM 1991	IDHM 2000	IDHM – Educação 1991	IDHM – Educação 2000
São Paulo	0,78	0,82	0,84	0,9
Rio de Janeiro	0,75	0,81	0,84	0,9
Minas Gerais	0,7	0,77	0,75	0,85
Espírito Santo	0,69	0,77	0,76	0,86
Região Sudeste	0,73	0,79	0,8	0,87
Brasil	0,7	0,77	0,75	0,85

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (elaboração própria)

TABELA 4.14
IDHM – Renda e Taxa de Alfabetização nos Estados da Região Sudeste
1991 e 2000

Estados	IDHM - Renda 1991	IDHM - Renda 2000	Taxa de Alfabetização 1991	Taxa de Alfabetização 2000
São Paulo	0,77	0,79	89,84	93,37
Rio de Janeiro	0,73	0,78	90,28	93,36
Minas Gerais	0,65	0,71	81,81	88,04
Espírito Santo	0,65	0,72	82,02	88,33
Região Sudeste	0,7	0,75	87,7	91,9
Brasil	0,68	0,72	79,9	87,1

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (elaboração própria)

TABELA 4.15

Analfabetos - pessoas 15 anos e mais - (%)

2001 – 2006

ESTADOS	2001	2002	2003	2004	2005	2006
São Paulo	5,97	5,85	5,4	5,52	5,42	4,97
Rio de Janeiro	5,57	5,12	4,61	4,82	4,82	4,19
Minas Gerais	11,7	11,06	11,05	9,91	10,07	9,05
Espírito Santo	11,48	10,74	10,24	9,48	8,67	9,5
Região Sudeste	7,49	7,16	6,8	6,6	6,56	5,98
Brasil	12,37	11,86	11,56	11,41	11,07	10,4

Fonte: IPEADATA (elaboração própria)

SÃO PAULO

Na série 1991 – 2000 apresentadas pelo Atlas do Desenvolvimento Humano a caracterização do território do Estado de São Paulo correspondia a uma área de 248.176,7 km²; densidade demográfica: 149,0 hab./km² e altitude da Sede: 760 m

No período 1991-2000, a população de São Paulo teve uma taxa média de crescimento anual de 1,85%, passando de 31.588.925 em 1991 para 37.032.403 em 2000. A taxa de urbanização cresceu 0,66%, passando de 92,80% em 1991 para 93,41% em 2000. Em 2000, a população do Estado representava 21,81% da população do País.

No período 1991-2000, a taxa de mortalidade infantil do Estado diminuiu 36,00%, passando de 27,31 (por mil nascidos vivos) em 1991 para 17,48 (por mil nascidos vivos) em 2000, e a esperança de vida ao nascer cresceu 2,38 anos, passando de 68,82 anos em 1991 para 71,20 anos em 2000.

No período 1991-2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de São Paulo cresceu 5,40%, passando de 0,778 em 1991 para 0,820 em 2000.

O IDHM – educação passou de 0,837 em 1991 para 0,901 e o IDHM – renda em 1991 foi de 0,766 para 0,79 em 2000. A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação, com 50,0%, seguida pela Longevidade, com 31,3% e pela Renda, com 18,8%.

Neste período, o hiato de desenvolvimento humano (a distância entre o IDH do Estado e o limite máximo do IDH, ou seja, 1 - IDH) foi reduzido em 18,9%. Se mantivesse esta taxa de crescimento do IDH-M, o Estado levaria 4,8 anos para alcançar Distrito Federal, o Estado com o melhor IDH-M do Brasil (0,844).

Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de São Paulo foi de 0,820. Segundo a classificação do PNUD, o Estado está entre as regiões consideradas de alto desenvolvimento humano (IDH maior que 0,8)

Em relação aos outros Estados do Brasil, São Paulo apresentou uma situação boa: ocupou a 3ª posição, sendo que 2 Estados (7,4%) estão em situação melhor e 24 Estados (92,6%) estão em situação pior ou igual.

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (1991 – 2000) o Estado de São Paulo apresentou um aumento na sua taxa de alfabetização tendo em 1991, 89,84% e em 2000, 93,365%.

RIO DE JANEIRO

O território do Estado do Rio de Janeiro no período 1991 – 2000 correspondia a uma área de 43.797,4 km², densidade demográfica: 328,0 hab./km² e altitude da sede: 2 m

No período 1991-2000, a população de Rio de Janeiro teve uma taxa média de crescimento anual de 1,35%, passando de 12.807.706 em 1991 para 14.391.282 em 2000. A taxa de urbanização cresceu 0,83%, passando de 95,25% em 1991 para 96,04% em 2000. Em 2000, a população do Estado representava 8,48% da população do País.

No período 1991-2000, a taxa de mortalidade infantil do Estado diminuiu 29,16%, passando de 29,94 (por mil nascidos vivos) em 1991 para 21,21 (por mil nascidos vivos) em 2000, e a esperança de vida ao nascer cresceu 3,00 anos, passando de 66,42 anos em 1991 para 69,42 anos em 2000.

No período 1991-2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Rio de Janeiro cresceu 7,17%, passando de 0,753 em 1991 para 0,807 em 2000.

O IDHM – educação passou de 0,837 em 1991 para 0,902 e o IDHM – renda em 1991 foi de 0,731 para 0,779 em 2000. A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação, com 39,9%, seguida pela Longevidade, com 30,7% e pela Renda, com 29,4%.

Neste período, o hiato de desenvolvimento humano (a distância entre o IDH do Estado e o limite máximo do IDH, ou seja, 1 - IDH) foi reduzido em 21,9%. Se mantivesse esta taxa de crescimento do IDH-M, o Estado levaria 5,6 anos para alcançar Distrito Federal, o Estado com o melhor IDH-M do Brasil (0,844).

Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Rio de Janeiro

foi 0,807. Segundo a classificação do PNUD, o Estado estava entre as regiões consideradas de alto desenvolvimento humano (IDH maior que 0,8)

Em relação aos outros Estados do Brasil, Rio de Janeiro apresentou uma situação boa: ocupa a 5ª posição, sendo que 4 Estados (14,8%) estão em situação melhor e 22 Estados (85,2%) estão em situação pior ou igual.

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (1991 – 2000) o Estado do Rio de Janeiro apresentou aumento na sua taxa de alfabetização tendo em 1991, 90,278% e em 2000, 93,362%.

MINAS GERAIS

O Estado de Minas Gerais apresentou no período 1991 – 2000 uma área de 586.552,4 km², densidade demográfica igual a 30,5 hab./km² e altitude da Sede: 858 m

No período 1991-2000, a população de Minas Gerais teve uma taxa média de crescimento anual de 1,49%, passando de 15.743.152 em 1991 para 17.891.494 em 2000. A taxa de urbanização cresceu 9,53%, passando de 74,87% em 1991 para 82,00% em 2000. Em 2000, a população do Estado representava 10,54% da população do País.

No período 1991-2000, a taxa de mortalidade infantil do Estado diminuiu 21,58%, passando de 35,39 (por mil nascidos vivos) em 1991 para 27,75 (por mil nascidos vivos) em 2000, e a esperança de vida ao nascer cresceu 4,19 anos, passando de 66,36 anos em 1991 para 70,55 anos em 2000.

No período 1991-2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Minas Gerais cresceu 10,90%, passando de 0,697 em 1991 para 0,773 em 2000.

O IDHM – educação passou de 0,751 em 1991 para 0,85 e o IDHM – renda em 1991 foi de 0,652 para 0,711 em 2000. A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação, com 43,4%, seguida pela Longevidade, com 30,7% e pela Renda, com 25,9%.

Neste período, o hiato de desenvolvimento humano (a distância entre o IDH do Estado e o limite máximo do IDH, ou seja, 1 - IDH) foi reduzido em 25,1%. Se mantivesse esta taxa de crescimento do IDH-M, o Estado levaria 7,4 anos para alcançar Distrito Federal, o Estado com o melhor IDH-M do Brasil (0,844).

Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Minas Gerais foi 0,773. Segundo a classificação do PNUD, o Estado está entre as regiões consideradas de

médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8)

Em relação aos outros Estados do Brasil, Minas Gerais apresentou uma situação boa: ocupou a 9ª posição, sendo que 8 Estados (29,6%) estão em situação melhor e 18 Estados (70,4%) estão em situação pior ou igual.

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (1991 – 2000) o Estado de Minas Gerais apresentou aumento na sua taxa de alfabetização tendo em 1991, 81,814% e em 2000, 88,036%.

ESPÍRITO SANTO

O território do Estado do Espírito Santo correspondia no período 1991 – 2000 a uma área de 46.047,3 km²; densidade demográfica: 67,2 hab./km² e altitude da sede: 3 m

No período 1991-2000, a população de Espírito Santo teve uma taxa média de crescimento anual de 2,04%, passando de 2.600.618 em 1991 para 3.097.232 em 2000. A taxa de urbanização cresceu 7,46%, passando de 74,01% em 1991 para 79,52% em 2000. Em 2000, a população do Estado representava 1,82% da população do País.

No período 1991-2000, a taxa de mortalidade infantil do Estado diminuiu 30,66%, passando de 42,06 (por mil nascidos vivos) em 1991 para 29,17 (por mil nascidos vivos) em 2000, e a esperança de vida ao nascer cresceu 4,07 anos, passando de 64,17 anos em 1991 para 68,24 anos em 2000.

No período 1991-2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) do Espírito Santo cresceu 10,87%, passando de 0,690 em 1991 para 0,765 em 2000.

O IDHM – educação passou de 0,763 em 1991 para 0,855 e o IDHM – renda em 1991 foi de 0,653 para 0,719 em 2000. A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a Educação, com 40,7%, seguida pela Longevidade, com 30,1% e pela Renda, com 29,2%.

Neste período, o hiato de desenvolvimento humano (a distância entre o IDH do Estado e o limite máximo do IDH, ou seja, 1 - IDH) foi reduzido em 24,2%. Se mantivesse esta taxa de crescimento do IDH-M, o Estado levaria 8,3 anos para alcançar Distrito Federal, o Estado com o melhor IDH-M do Brasil (0,844).

Em 2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal do Espírito Santo foi 0,765. Segundo a classificação do PNUD, o Estado estava entre as regiões consideradas de médio desenvolvimento humano (IDH entre 0,5 e 0,8)

Em relação aos outros Estados do Brasil, Espírito Santo apresenta uma situação

intermediária: ocupa a 11ª posição, sendo que 10 Estados (37,0%) estão em situação melhor e 16 Estados (63,0%) estão em situação pior ou igual.

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (1991 – 2000) o Estado do Espírito Santo apresentou um aumento na sua taxa de alfabetização tendo em 1991, 82,022% e em 2000, 88,334%.

Em resumo, no período de 1991 – 2000 todos os Estados estudados apresentaram crescimento do IDH-M impulsionado sobretudo pela educação, onde foi possível observar um aumento na taxa de alfabetização. Em 2000 os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro foram considerados de alto desenvolvimento humano e Minas Gerais e Espírito Santo foram considerados de médio desenvolvimento humano.

Entre 2001 e 2006, têm continuado os avanços na educação e na taxa de alfabetização.

4.3 Participação no PIB do Brasil, Disparidades de Renda e Condições Sociais nos Estados da Região Sudeste

Este último item sintetiza as análises abordadas sobre a participação dos Estados da Região Sudeste no PIB nacional, assim como as disparidades de renda e condições sociais. A análise conjunta desses indicadores poderá ser vista através das tabelas abaixo na qual mostram a variação de cada indicador para a série de 1991/2000 disponibilizada pelo Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, por Souza (2009) e pelo IPEADATA.

TABELA 4.16

Variação na participação no PIB do Brasil (1990/2000) e Variação nos índices de Gini e de Theil nos Estados da Região Sudeste (1991/2000)

ESTADOS	Varição na participação do PIB do Brasil (1990/2000)(a)	Varição no Índice de Gini (1991/2000)(b)	Varição no Índice de Theil (1991/2000)(b)
São Paulo	-3,3	0,03	0,07
Rio de Janeiro	1,6	0	-0,01
Minas Gerais	0,3	0,01	-0,03
Espírito Santo	0,3	0,01	-0,01
Região Sudeste	-1,1	0,05	0,02
Brasil	0	-0,018	-0,008

Fonte: (a) IPEADATA citado por Souza (2009) e (b) Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (elaboração própria).

TABELA 4.17

Variação na participação no PIB do Brasil (2000/2006) e Variação nos índices de Gini e de Theil nos Estados da Região Sudeste (2001/2006)

ESTADOS	Variação na participação do PIB do Brasil (2000/2006)(a)	Variação no Índice de Gini (2001/2006)(b)	Variação no Índice de Theil (2001/2006)(b)
São Paulo	0,2	-0,028	-0,06930
Rio de Janeiro	-0,9	-0,016	-0,03766
Minas Gerais	-0,5	-0,032	-0,06997
Espírito Santo	0,2	-0,057	-0,13833
Região Sudeste	-1	-0,030	-0,07229
Brasil	0	-0,033	-0,08308

Fonte: (a) IPEADATA citado por Souza (2009) e (b) IPEADATA (elaboração própria)

TABELA 4.18

Variação na participação no PIB do Brasil (1990/2000), do IDHM Educação e do IDHM Renda nos Estados da Região Sudeste (1991/2000)

ESTADOS	Variação na participação do PIB do Brasil (1990/2000)(a)	Variação no IDHM Educação (1991/2000)(b)	Variação no IDHM Renda (1991/2000)(b)
São Paulo	-3,3	0,064	0,024
Rio de Janeiro	1,6	0,065	0,048
Minas Gerais	0,3	0,99	0,059
Espírito Santo	0,3	0,092	0,066
Região Sudeste	-1,1	0,328	0,197
Brasil	0	0,104	0,042

Fonte: (a) IPEADATA citado por Souza (2009) e (b) Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (elaboração própria)

TABELA 4.19

Variação na participação no PIB do Brasil (1990/2000), da Taxa de Alfabetização, da Intensidade de Indigência e de Pobreza nos Estados da Região Sudeste
1991/2000

ESTADOS	Variação na participação do PIB do Brasil (1990/2000)(a)	Variação na Taxa de Alfabetização (1991/2000)(b)	Variação na Intensidade de Indigência (1991/2000)(b)	Variação na Intensidade de Pobreza (1991/2000)(b)
São Paulo	-3,3	3,525	15,872	6,893
Rio de Janeiro	1,6	3,084	19,33	3,568
Minas Gerais	0,3	6,222	11,039	-2,047
Espírito Santo	0,3	6,312	10,049	-3,293
Região Sudeste	-1,1	19,143	56,29	5,121
Brasil	0	7,7738	11,825	0,500

Fonte: (a) IPEADATA citado por Souza (2009) e (b) Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (elaboração própria)

TABELA 4.20

Variação na participação do PIB, da Taxa de Pobreza e da Taxa de Analfabetos nos Estados da Região Sudeste
2001/2006

ESTADOS	Variação na participação do PIB do Brasil (2000/2006)(a)	Variação na Taxa de Pobreza (2001/2006)(b)	Variação na Taxa de Analfabetos (2001/2006)(b)
São Paulo	0,2	-5,14465	-1,00746
Rio de Janeiro	-0,9	-6,37582	-1,37954
Minas Gerais	-0,5	-10,3946	-2,64464
Espírito Santo	0,2	-13,6452	-1,97922
Região Sudeste	-1	-7,07134	-1,51413
Brasil	0	-8,41516	-1,96796

Fonte: (a) IPEADATA citado por Souza (2009) e (b) IPEADATA (elaboração própria)

É possível verificar através das tabelas acima que o Estado de São Paulo perdeu participação no PIB nacional durante a década de 1990, ocorrendo assim, embora com menor intensidade que na década de 1970, um movimento de desconcentração das atividades produtivas internamente à Região Sudeste, sobretudo, da Região

Metropolitana de São Paulo (RMSP) em relação às demais regiões. Em contrapartida, no período 2001/2006, São Paulo aumenta ligeiramente sua participação no PIB do Brasil, enquanto outros Estados (como Minas Gerais e Rio de Janeiro) e Regiões perderam participação relativa no PIB, podendo significar um sinal de reconcentração da RMSP, ou de interrupção da desconcentração.

Em análises anteriores sobre a Região Sudeste verificou – se que esta Região apresentou a maior participação no PIB do Brasil em relação às demais regiões. Contudo, quando se analisam as condições sociais em período de elevado crescimento econômico é possível que haja maior transformações no quadro das desigualdades sociais e regionais, entretanto, em um período de recessão econômica dificulta o processo de mudança social, dificultando assim a redução das desigualdades regionais.

Ao analisar os Estados da Região Sudeste verificou – se que apesar da elevada participação no PIB do Brasil e conseqüentemente do aumento da sua renda per capita, tais Estados permaneceram com níveis elevados de desigualdade, o que caracteriza em concentração de renda para os extratos mais ricos da população, ou seja, a renda elevada não se traduz em melhores condições de vida.

Durante a década de 1990, o Estado de São Paulo, que apresentou a maior queda na participação no PIB nacional, foi também o que mostrou maior aumento na concentração de renda, nos dois índices analisados, além da piora nos indicadores sociais em relação aos outros Estados da Região, tanto em para o IDH Educação e Renda, quanto em relação à Taxa de Alfabetização e Intensidade de Pobreza. Por outro lado, seu melhor desempenho no período 2001 – 2006 não garantiram ao Estado às melhores taxas de redução na concentração de renda nem de analfabetos e de pobreza, posicionando-se abaixo de outros Estados da Região Sudeste.

Como pode-se perceber nas tabelas acima, essa má distribuição da riqueza impacta diretamente nos indicadores sociais estudados, ou seja, a falta de políticas públicas ou o mau emprego dos recursos do governo interferem nas condições sociais da população. Nota – se então um aumento expressivo da pobreza, principalmente nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, com uma relativa tendência de queda para os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Em relação à intensidade de indigência todos esses Estados aumentaram de forma expressiva essa péssima condição social.

Em relação à taxa de alfabetização tais Estados apresentaram aumentos significativos, pode – se inferir que o aumento do PIB nesses Estados com ações de

políticas públicas voltadas para a educação acarretou em melhorias na educação e conseqüentemente em aumento no número de pessoas alfabetizadas

Nos anos mais recentes, observa-se uma tendência de redução generalizada na concentração de renda e na pobreza no Brasil. Na Região Sudeste os Estados que mais avançaram nessas tendências foram os que apresentam os piores indicadores, e não os que tiveram melhoria na sua participação no PIB nacional. Assim, a análise dos dados mostra que houve, na década de 1990, certa associação entre redução na participação no PIB e piora dos níveis de concentração de renda, pobreza e indicadores sociais, exemplificado pelo caso de São Paulo. Entretanto, a melhora desses indicadores no período 2001 – 2006 não parece estar associada à evolução da participação de cada Estado no PIB nacional, e sim, ao nível mais baixo em relação aos indicadores sociais, pois Espírito Santo e Minas Gerais têm apresentado melhores performances.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde a década de 1970 diversos autores, oportunamente citados, discutiram a questão da concentração regional no Brasil. Essa temática voltou a ser debatida na década de 1990 com o intuito de mostrar se houve um processo de desconcentração espacial da atividade econômica ou reversão da polarização dos Centros industriais dominantes.

Neste trabalho o debate baseou – se na comparação intertemporal da atividade produtiva dos Estados da Região Sudeste passando pela evolução da participação relativa na economia brasileira, tomando como base o PIB (Produto Interno Bruto) e alguns indicadores sociais. Observou – se também o comportamento da renda per capita para tais Estados como indicador da diminuição das desigualdades regionais.

Este trabalho mostrou no capítulo 1 a revisão da literatura sobre as desigualdades regionais no Brasil. Desde a herança concentradora até a polarização da Região Metropolitana de São Paulo as características nas estruturas produtivas e nas relações sociais de produção serviram como base para encontrar as razões dos atrasos entre as Regiões, que vão desde a incapacidade da industrialização mineira e da formação da economia do Sul no século XVIII passando pelo início do processo de industrialização a partir da metade do século XIX, na qual consolidou o Estado de São Paulo como Centro da economia brasileira, até o comportamento das desigualdades regionais ao longo do século XX.

Verificou – se neste capítulo que a partir da década de 1970 até a primeira metade da década de 1980 foi constatada a diminuição das diferenças inter-regionais vigorando um processo convergente de desenvolvimento conhecido como reversão da polarização, ou seja, um processo de desconcentração e de descentralização das atividades econômicas dinâmicas.

No capítulo 2 foi estudado o processo de desconcentração regional no Brasil a partir da década de 1970, passando pelos os fatores explicativos desse processo assim como pelas mudanças na estrutura produtiva e do comércio exterior.

As Regiões Sudeste e Sul destacaram – se por apresentarem transformações importantes na estrutura produtiva, principalmente no setor agrícola, ou seja, a base da agricultura brasileira continuou centrada nessas duas Regiões a partir da ampliação e da modernização dos complexos agroindustriais atrelados à soja, ao trigo, à laranja e à

produção de carnes. A Região Sudeste destacou – se por apresentar valores da exportação muito superior às demais Regiões, o destaque vai para o Estado de São Paulo no qual contribui com mais de 50% do valor das exportações desta Região.

A bibliografia apontou um processo de desconcentração regional no Brasil a partir da década de 1970, revertendo uma histórica tendência de concentração acentuada após a industrialização. Esse processo de desconcentração regional envolveu mudanças na estrutura produtiva e no comércio exterior das Regiões brasileiras.

Entretanto, a partir de 1985 houve sinais de mudanças nessa tendência: mesmo não significando sua inflexão ou total interrupção, evidenciou-se uma atenuação desse movimento de desconcentração regional. É o que se buscou analisar no próximo capítulo, com base, essencialmente, na evolução da participação dos Estados no PIB do Brasil.

O capítulo 3 trata da evolução da concentração inter – regional no Brasil com o foco nos PIBs estaduais a partir da década de 1980. Foi utilizado como fonte dados os fornecidos por Souza (2009), Monteiro Neto (2006) e pela série de contas regionais do IBGE no período 2003 – 2007. Constatou – se que o que mais afetou o comportamento diferenciado dos PIBs regionais – em razão das distintas estruturas produtivas – foi a alternância entre períodos de retração e de recuperação da economia: as Regiões com bases industriais mais complexas (destaque para a Região Sudeste), com grande peso da produção de duráveis e de capital, refletiu de forma mais acentuada qualquer variação da atividade econômica. Do ponto de vista da aceleração das taxas de crescimento econômico, o período entre 1960 até 1989 mostrou-se mais favorável à expansão econômica do que o período de 1990 a 2002 e o período de 2003 a 2007 foi mais favorável que o período anterior.

Ocorreu no período recente um processo de desconcentração interna, medido pela participação dos Estados no PIB do Brasil. No caso da Região Sudeste entre 1985 e 2006, o Estado de São Paulo teve queda de 2,2 pontos percentuais na participação do PIB brasileiro, enquanto nos demais Estados desta Região, as quedas na participação foram menores (para o caso de Rio de Janeiro e Minas Gerais) ou houve ligeiro aumento (caso do Espírito Santo).

Quando observou – se apenas a década de 1990, verificou-se que essas variações foram ainda menores entre as regiões e maiores internamente à Região Sudeste. Já entre 2000 e 2006, há uma tendência de estabilidade tanto entre as Regiões quanto nos

Estados da Região Sudeste, em que o percentual referente a São Paulo fica praticamente no mesmo patamar, em torno dos 34%.

O capítulo 4 teve como objetivo analisar, no contexto da desconcentração regional, apresentado nos capítulos 1 e 2; e da evolução recente da participação dos Estados no PIB do Brasil, apresentado no capítulo 3, as disparidades de renda e alguns indicadores sociais na Região Sudeste.

No que tange às desigualdades regionais, no período 1970 – 1990 ocorreu uma queda das desigualdades e no período pós 1990, houve uma interrupção da redução das desigualdades (Cano, 1977). Ao menos até 1990 vigoraria no Brasil um processo de desconcentração e de descentralização das atividades econômicas dinâmicas, dando um novo impulso as economias regionais periféricas em detrimento das economias ricas. Essa continuidade da desconcentração produtiva deve – se pela redução do peso do Sudeste em razão do menor crescimento, sobretudo de São Paulo (Pacheco, 1996). Para Diniz (1993, p.54) não iria ocorrer uma tendência de reversão em sentido amplo, até o final do século XX. Para ele, ao contrário, a grande ênfase em indústrias de alta tecnologia e o relativo declínio e fracasso das políticas regionais e do investimento estatal fariam com que o processo de desconcentração fosse enfraquecido e o crescimento tenderia a se circunscrever ao Estado de São Paulo e ao grande polígono em torno dele.

Apesar das diversas transformações e flutuações macroeconômicas ocorridas no período ao analisar todos Estados brasileiros verificou – se que os Estados da Região Sudeste apresentaram maior participação no PIB brasileiro durante as décadas de 1990 e 2000 refletindo em um aumento da sua renda per capita. Entretanto, apesar desse crescimento todos os Estados dessa Região permaneceram com níveis elevados da desigualdade, caracterizando em concentração de renda para os extratos mais ricos da população em detrimento dos extratos mais pobres, ou seja, a renda elevada mas desigualmente distribuída não se traduz em melhores condições de vida.

No período de 1991 – 2000, os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro apresentaram aumento na intensidade da indigência e da pobreza. Ao contrário do Estado de São Paulo e do Rio de Janeiro a intensidade de pobreza em Minas Gerais e no Espírito Santo diminuiu no período analisado em compensação a intensidade de indigência aumentou.

Em geral, os Estados com maior proporção de pobres e indigentes, a maioria no Nordeste, melhoraram suas condições, enquanto os Estados que estavam melhor no

começo da década de 1990 pioraram. A distância entre o pior e o melhor IDH-Renda (Índice de Desenvolvimento Humano relativo a Renda) também encolheu um pouco: de 0,296 para 0,284, numa escala que varia de 0 a 1. (PNUD)

Por fim, no período de 1991 – 2000 todos os Estados da Região Sudeste apresentaram crescimento do IDHM impulsionado, sobretudo pela educação, onde foi possível observar um aumento na taxa de alfabetização. Em 2000 os Estados de São Paulo e Rio de Janeiro foram considerados de alto desenvolvimento humano e Minas Gerais e Espírito Santo foram considerados de médio desenvolvimento humano.

Em resumo, os Estados da Região Sudeste, Região que apresenta a maior participação no PIB brasileiro durante as décadas de 1990 e 2000, e que diminuiu a intensidade do processo de desconcentração característico da década de 1970, apresentaram tendências diferentes ao longo do período recente.

Na década de 1990, esses Estados apresentaram aumento da desigualdade, dos índices de pobreza e piora das condições sociais, sendo essas tendências mais agudas no Estado de São Paulo, que teve o maior decréscimo na participação do PIB brasileiro dentre os Estados do Sudeste.

Por outro lado, no período 2001 – 2006, houve diminuição da desigualdade, expressa nos dois tipos de coeficientes analisados (Gini e Theil) e na apropriação de renda estratificada. Nos anos mais recentes, observa-se uma tendência de redução generalizada na concentração de renda e na pobreza no Brasil. Entre 2001 e 2006, têm continuado os avanços na educação e na taxa de alfabetização.

No caso do Sudeste, essas tendências têm ocorrido nos quatro Estados, mais acentuadamente em Minas Gerais e Espírito Santo que não são aqueles com maiores variações na participação no PIB brasileiro no período, mas são os que apresentavam, em 2001, os piores indicadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Thompson; SERRA, Rodrigo. Distribuição Espacial da Indústria: Possibilidades atuais para sua investigação. **Estudos Econômicos**, v.30, n 2, Abril-junho, 1999.

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (1991 – 2000)

AZZONI, Carlos R. Os vários Brasis e suas desigualdades. **Rumos do desenvolvimento**. mar./abr., 1995.

AZZONI, Carlos R. Concentração regional e dispersão das rendas estaduais per capita: análise a partir de séries históricas estaduais de PIB, 1939 – 1995. **Est. Econ.**, São Paulo, V.27, N.3, P.341-393, set- dez 1997.

BANDEIRA, Pedro Silveira. A evolução recente da economia da Região Sul. São Paulo: IESP/FUNDAP, 1994.

BARROS, Ricardo Paes; HENRIQUES, Ricardo e MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e Pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **Revista Brasileira de Ciências Sociais - RBCS**. vol. 15 no 42. Fev. 2000

CANO, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. São Paulo. Difel. 1977

_____. (1985). Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil, Global, São Paulo.

_____. (2001). Furtado: a questão regional e a agricultura itinerante no Brasil. Disponível em <<http://www.redcelsofurtado.edu.mx/archivosPDF/cano2.pdf>> Acesso em: 30 de maio de 2010

CASTRO, A. B. (1971), 7 Ensaio sobre a economia brasileira, Rio, Forense.

CASTRO, Ana Célia; FONSECA, Maria da Graça D. O potencial do agrobusiness na fronteira. In: **Encontro Nacional de Economia**, 20. Campos do Jordão, 1990. Anais do XX Encontro Nacional de Economia – ANPEC. Brasília, 1992.

COSTA, José Marcelino Monteiro da. Os grandes projetos da Amazônia: impactos e perspectivas. Belém. UFPA. (Cadernos NAEA), 1987.

DINIZ, Clélio Campolina. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. **Nova Economia**. Belo Horizonte, v.3, n 1, Setembro, p.35-64, 1993.

DINIZ, C. Campolina; SANTOS, Fabiana Borges Teixeira de. Região Sudeste: desempenho econômico, heterogeneidade estrutural e perspectivas. São Paulo: FUNDAP/IESP. 1993

DINIZ, C. Campolina. A Questão Regional e as Políticas Governamentais no Brasil. Texto para discussão n° 159. CEDEPLAR/FACE/UFMG. Belo Horizonte. 2001

DINIZ, C. Campolina. Repensando a Questão Regional Brasileira: tendências, desafios e caminhos. In: **Distribuição de Renda – Redução das Disparidades Regionais**. Série de Painéis sobre o Desenvolvimento Brasileiro. BNDES. Rio de Janeiro. 23/09/2002.

FURTADO, Celso. *A fantasia desfeita*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.

FURTADO, Celso. Brasil – a construção interrompida. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FUNDAJ. Desenvolvimento desigual da economia brasileira. Recife. 1992

GALINDO, Osmil; MONTEIRO, Valdeci. Centro –Oeste: evolução recente da economia regional. Recife: FUNDAJ, 1994.

GALVÃO, Antônio Carlos Figueira. A Política brasileira de desenvolvimento regional e o ordenamento territorial. In **Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Européia e do Brasil**/ Clélio Campolina Diniz, org. _ Brasília: Editora: UnB, 2007.

GUIMARAES NETO, Leonardo. Economia da Amazônia: dinâmica e transformações recentes. Recife: SUDAM/ Cláudio Porto & Consultores Associados, 1989.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. Desigualdades regionais e federalismo. In: _____. Desigualdades regionais e desenvolvimento (federalismo no Brasil). (vários). São Paulo: FUNDAP - Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.

HADDAD, Paulo R. Ciclos de expansão e desequilíbrios regionais de desenvolvimento no Brasil. In **Políticas de desenvolvimento regional: desafios e perspectivas à luz das experiências da União Européia e do Brasil**/ Clélio Campolina Diniz, org. _ Brasília: Editora: UnB, 2007.

IBGE. Instituto Brasileiro de geografia e estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>>. Acesso em 30 de maio de 2010.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?498967218>>

LOBO, Marco Aurélio Arbage. Estado e capital transnacional na Amazônia: o caso da Albrás – Alunorte. Belém: UFPA, 1989.

MARTINE, George; DINIZ, Clélio Campolina. Concentração econômica e demográfica no Brasil: recente inversão do padrão histórico, 1991. In: **Revista de Economia Política**. São Paulo, v. 11, n.3, p.121 – 134, jul/set.

MARTINE, George. Evolução espacial da população brasileira e suas implicações regionais. São Paulo: IESP/FUNDAP. 1994.

MESQUITA, Olinda Viana. Agricultura. In: **Geografia do Brasil**, vol. 01 – Região Centro –Oeste, Rio de Janeiro: IBGE, 1989, p. 149 – 170

Monteiro Neto, Aristides. Intervenção Estatal e Desigualdades Regionais No Brasil: Contribuições Ao Debate Contemporâneo. Texto para discussão n.1229. IPEA. Brasília, novembro de 2006.

NEGRI, Barjas. A desconcentração da indústria paulista nos últimos vinte anos (1970 – 1990). In: **Encontro Nacional de Economia**, 20, Campos do Jordão, 1992. Anais do XX Encontro Nacional de Economia: ANPEC, v.2

PACHECO, Carlos Américo. Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional. In: **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, n 6, Junho, 1996.

PNDR. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. Ministério da Integração Nacional: Brasília, 2007.

PNUD. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. <http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=1099&lay=pde> Acesso em 20 de agosto de 2010.

RIBEIRO, Eduardo Pontual; PORTO JR, Sabino da Silva. Dinâmica espacial da renda per capita e crescimento entre os Municípios da Região Nordeste do Brasil – uma análise Markoviana. Anais do XXXI **Encontro Nacional de Economia**, ANPEC. 2003.

Souza, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento regional**. São Paulo: Atlas, 2009.

WILLIAMSON, J. G. Regional Inequality and the Process of National Development: In: NEEDLEMAN, L. (ed.) *Regional Analysis: Selected Readings*. Penguin Books, 1968, p.99-158. Publicado originalmente em *Economic Development and Cultural Change*, vol. 13, 1965, p. 3-45. Apud: Luiz Ricardo Cavalcante. *Desigualdades Regionais no Brasil: uma análise do período 85-99*.

ANEXO

TABELA A.1

Brasil

Participação relativa do PIB segundo estados e regiões (%)

1996 – 97 – 98 – 99 – 2000

ESTADOS/REGIÕES	1996	1997	1998	1999	2000
NORTE	4,64	4,42	4,48	4,45	4,59
AC	0,15	0,15	0,16	0,16	0,15
AM	1,81	1,66	1,65	1,60	1,71
AP	0,17	0,18	0,16	0,16	0,18
PA	1,78	1,69	1,70	1,71	1,72
RO	0,47	0,48	0,50	0,52	0,51
RR	0,07	0,07	0,08	0,08	0,10
TO	0,20	0,20	0,21	0,22	0,22
CENTRO-OESTE	6,08	6,25	6,84	6,45	6,96
DF	2,12	2,29	2,75	2,29	2,69
GO	1,87	1,84	1,91	1,84	1,97
MS	1,07	1,07	1,10	1,12	1,08
MT	1,02	1,05	1,08	1,20	1,22
NORDESTE	13,17	13,08	13,05	13,11	13,09
AL	0,65	0,66	0,67	0,66	0,64
BA	4,24	4,25	4,24	4,32	4,38
CE	2,01	2,02	2,06	2,00	1,89
MA	0,88	0,85	0,79	0,81	0,84
PB	0,84	0,80	0,79	0,82	0,84
PE	2,75	2,69	2,71	2,67	2,65
PI	0,50	0,49	0,48	0,49	0,48
RN	0,75	0,77	0,75	0,79	0,84
SE	0,55	0,55	0,55	0,56	0,54
SUDESTE	58,07	58,57	58,16	58,25	57,79
ES	1,91	1,86	1,90	1,93	1,96
MG	10,09	10,01	9,79	9,63	9,64
RJ	11,14	11,22	11,01	11,75	12,52
SP	34,93	35,48	35,46	34,94	33,67
SUL	18,03	19,56	17,48	17,75	17,57
PR	6,13	7,95	6,21	6,34	5,99
RS	8,12	7,95	7,72	7,75	7,73
SC	3,78	3,66	3,55	3,66	3,85

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (www.ipeadata.gov.br)

PIB Estadual a preços constantes - R\$ de 2000(mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional (elaboração própria)

TABELA A.2

Brasil

Participação relativa do PIB segundo estados e regiões (%)

2005 – 06 – 07

ESTADOS/REGIÕES	2005	2006	2007
NORTE	4,96	5,06	5,02
AC	0,21	0,20	0,22
AM	1,55	1,65	1,58
AP	0,20	0,22	0,23
PA	1,82	1,87	1,86
RO	0,60	0,55	0,56
RR	0,15	0,15	0,16
TO	0,42	0,41	0,42
CENTRO-OESTE	8,86	8,71	8,87
DF	3,75	3,78	3,76
GO	2,35	2,41	2,45
MS	1,01	1,03	1,06
MT	1,75	1,49	1,60
NORDESTE	13,07	13,13	13,07
AL	0,66	0,67	0,67
BA	4,23	4,07	4,12
CE	1,91	1,95	1,89
MA	1,18	1,21	1,19
PB	0,79	0,84	0,83
PE	2,33	2,34	2,34
PI	0,52	0,54	0,53
RN	0,83	0,87	0,86
SE	0,63	0,64	0,64
SUDESTE	56,53	56,79	56,41
ES	2,20	2,23	2,27
MG	8,97	9,06	9,07
RJ	11,50	11,62	11,15
SP	33,86	33,88	33,92
SUL	16,59	16,32	16,64
PR	5,90	5,77	6,07
RS	6,72	6,62	6,64
SC	3,97	3,93	3,93

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (www.ipeadata.gov.br)

PIB Estadual a preços constantes - R\$ de 2000(mil) - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional (elaboração própria)

TABELA A.3
Brasil
Índice de Gini e Índice de Theil
1991 – 2000

Estados/Regiões	Índice de Gini 1991	Índice de Gini 2000	Índice L de Theil 1991	Índice L de Theil 2000
NORTE				
Acre	0,62	0,65	0,71	0,72
Amapá	0,58	0,64	0,6	0,71
Amazonas	0,62	0,68	0,7	0,79
Rondônia	0,61	0,61	0,69	0,64
Roraima	0,65	0,62	0,74	0,64
Tocantins	0,63	0,66	0,71	0,74
Pará	0,62	0,66	0,69	0,74
CENTRO-OESTE				
Distrito Federal	0,61	0,64	0,71	0,78
Goiás	0,59	0,61	0,61	0,65
Mato Grosso	0,6	0,63	0,64	0,69
Mato Grosso do Sul	0,6	0,63	0,65	0,69
NORDESTE				
Alagoas	0,63	0,69	0,7	0,82
Bahia	0,66	0,67	0,81	0,78
Ceará	0,65	0,68	0,8	0,82
Maranhão	0,6	0,66	0,64	0,76
Paraíba	0,63	0,65	0,74	0,73
Pernambuco	0,65	0,67	0,79	0,8
Piauí	0,64	0,66	0,75	0,8
Rio Grande do Norte	0,63	0,66	0,73	0,73
Sergipe	0,63	0,66	0,7	0,76
SUDESTE				
Espírito Santo	0,6	0,61	0,66	0,65
Minas Gerais	0,61	0,62	0,7	0,67
Rio de Janeiro	0,61	0,61	0,67	0,66
São Paulo	0,56	0,59	0,54	0,61
SUL				
Paraná	0,6	0,61	0,65	0,65
Rio Grande do Sul	0,59	0,59	0,64	0,62
Santa Catarina	0,55	0,56	0,54	0,55
BRASIL	0,61	0,59	0,77	0,76

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

TABELA A.4
Brasil
Coeficiente de Gini
2001 – 2006

ESTADOS/REGIÕES	2001	2002	2003	2004	2005	2006
NORTE	0,57	0,56	0,54	0,54	0,53	0,52
Acre	0,62	0,62	0,58	0,59	0,58	0,59
Amazonas	0,58	0,56	0,56	0,54	0,51	0,51
Amapá	0,48	0,55	0,59	0,54	0,53	0,47
Pará	0,55	0,56	0,52	0,53	0,51	0,51
Rondônia	0,55	0,54	0,51	0,52	0,57	0,54
Roraima	0,54	0,56	0,52	0,58	0,54	0,57
Tocantins	0,60	0,56	0,57	0,55	0,54	0,52
CENTRO-OESTE	0,60	0,60	0,58	0,57	0,58	0,56
Distrito Federal	0,62	0,63	0,63	0,63	0,61	0,61
Goiás	0,57	0,55	0,53	0,54	0,56	0,51
Mato Grosso do Sul	0,57	0,56	0,55	0,54	0,53	0,53
Mato Grosso	0,57	0,57	0,55	0,53	0,52	0,53
NORDESTE	0,60	0,59	0,58	0,58	0,57	0,57
Alagoas	0,61	0,61	0,61	0,57	0,57	0,63
Bahia	0,59	0,59	0,59	0,56	0,55	0,56
Ceará	0,61	0,59	0,57	0,58	0,58	0,55
Maranhão	0,57	0,57	0,58	0,61	0,52	0,59
Paraíba	0,60	0,60	0,57	0,59	0,58	0,56
Pernambuco	0,62	0,61	0,59	0,61	0,59	0,58
Piauí	0,60	0,62	0,60	0,59	0,59	0,60
Rio Grande do Norte	0,58	0,58	0,56	0,57	0,60	0,56
Sergipe	0,57	0,56	0,58	0,56	0,55	0,56
SUDESTE	0,57	0,56	0,56	0,54	0,54	0,54
Espírito Santo	0,59	0,58	0,56	0,55	0,56	0,54
Minas Gerais	0,56	0,56	0,55	0,54	0,53	0,53
Rio de Janeiro	0,57	0,55	0,56	0,55	0,56	0,56
São Paulo	0,55	0,56	0,55	0,53	0,53	0,52
SUL	0,55	0,53	0,53	0,52	0,52	0,51
Paraná	0,57	0,54	0,55	0,55	0,54	0,52
Rio Grande do Sul	0,55	0,55	0,54	0,53	0,52	0,51
Santa Catarina	0,50	0,47	0,48	0,46	0,46	0,46
BRASIL	0,60	0,59	0,58	0,57	0,57	0,56

Fonte: IPEADATA

TABELA A.5
Brasil
Coeficiente de Theil
2001 – 2006

ESTADOS	2001	2002	2003	2004	2005	2006
NORTE	0,67	0,67	0,59	0,60	0,57	0,55
Acre	0,81	0,81	0,63	0,71	0,67	0,67
Amazonas	0,70	0,66	0,65	0,58	0,54	0,52
Amapá	0,43	0,63	0,72	0,60	0,51	0,43
Pará	0,63	0,65	0,54	0,59	0,54	0,53
Rondônia	0,61	0,58	0,48	0,59	0,69	0,61
Roraima	0,57	0,60	0,51	0,65	0,62	0,67
Tocantins	0,86	0,70	0,68	0,64	0,56	0,54
CENTRO-OESTE	0,75	0,73	0,69	0,69	0,71	0,66
Distrito Federal	0,75	0,75	0,78	0,75	0,69	0,69
Goiás	0,70	0,63	0,56	0,66	0,76	0,54
Mato Grosso do Sul	0,69	0,65	0,59	0,58	0,56	0,58
Mato Grosso	0,67	0,69	0,59	0,55	0,53	0,62
NORDESTE	0,79	0,78	0,73	0,74	0,71	0,73
Alagoas	0,83	0,87	0,84	0,71	0,67	1,05
Bahia	0,77	0,78	0,77	0,65	0,64	0,66
Ceará	0,85	0,74	0,68	0,72	0,72	0,61
Maranhão	0,72	0,74	0,72	0,88	0,57	0,83
Paraíba	0,79	0,84	0,68	0,80	0,75	0,69
Pernambuco	0,82	0,80	0,74	0,82	0,76	0,76
Piauí	0,80	0,89	0,77	0,80	0,76	0,83
Rio Grande do Norte	0,70	0,69	0,65	0,68	0,80	0,66
Sergipe	0,63	0,61	0,67	0,61	0,61	0,65
SUDESTE	0,65	0,65	0,62	0,59	0,59	0,58
Espírito Santo	0,73	0,66	0,59	0,57	0,62	0,59
Minas Gerais	0,63	0,64	0,63	0,61	0,57	0,56
Rio de Janeiro	0,67	0,59	0,62	0,60	0,62	0,63
São Paulo	0,61	0,64	0,59	0,55	0,57	0,54
SUL	0,61	0,55	0,56	0,55	0,52	0,51
Paraná	0,65	0,58	0,62	0,64	0,59	0,55
Rio Grande do Sul	0,62	0,60	0,58	0,55	0,53	0,52
Santa Catarina	0,49	0,42	0,43	0,41	0,40	0,42
Brasil	0,73	0,71	0,69	0,67	0,66	0,64

Fonte: IPEADATA

TABELA A.6
Brasil
IDHM e IDHM – Educação
1991 – 2000

Estados/Regiões	IDHM 1991	IDHM 2000	IDHM – Educação 1991	IDHM – Educação 2000
NORTE				
Amapá	0,69	0,75	0,76	0,88
Amazonas	0,66	0,71	0,71	0,81
Pará	0,65	0,72	0,71	0,82
Rondônia	0,66	0,74	0,72	0,83
Roraima	0,69	0,75	0,75	0,87
Tocantins	0,61	0,71	0,67	0,83
CENTRO-OESTE				
Distrito Federal	0,80	0,84	0,86	0,94
Goiás	0,70	0,78	0,77	0,87
Mato Grosso	0,69	0,77	0,74	0,86
Mato Grosso do Sul	0,72	0,78	0,77	0,86
NORDESTE				
Alagoas	0,55	0,65	0,54	0,70
Bahia	0,59	0,69	0,62	0,79
Ceará	0,59	0,70	0,60	0,77
Maranhão	0,54	0,64	0,57	0,74
Paraíba	0,56	0,66	0,58	0,74
Pernambuco	0,62	0,71	0,64	0,77
Piauí	0,57	0,66	0,59	0,73
Rio Grande do Norte	0,60	0,71	0,64	0,78
Sergipe	0,60	0,68	0,63	0,77
SUDESTE				
Espírito Santo	0,69	0,77	0,76	0,86
Minas Gerais	0,70	0,77	0,75	0,85
Rio de Janeiro	0,75	0,81	0,84	0,90
São Paulo	0,78	0,82	0,84	0,90
SUL				
Paraná	0,71	0,79	0,78	0,88
Rio Grande do Sul	0,75	0,81	0,83	0,90
Santa Catarina	0,75	0,82	0,81	0,91
BRASIL	0,70	0,77	0,75	0,85

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

TABELA A.7
Brasil
IDHM – Renda e Taxa de Alfabetização
1991 – 2000

Estados/Regiões	IDHM – Renda 1991	IDHM – Renda 2000	Taxa de Alfabetização 1991	Taxa de Alfabetização
NORTE				
Acre	0,60	0,64	65,21	75,51
Amapá	0,65	0,67	80,75	87,90
Amazonas	0,64	0,63	76,18	84,50
Pará	0,60	0,63	75,61	83,23
Rondônia	0,62	0,68	79,71	87,03
Roraima	0,70	0,68	79,38	86,51
Tocantins	0,58	0,63	68,58	81,22
CENTRO-OESTE				
Distrito Federal	0,80	0,84	90,76	94,32
Goiás	0,67	0,72	81,61	88,07
Mato Grosso	0,66	0,72	80,48	87,64
Mato Grosso do Sul	0,68	0,72	83,17	88,81
NORDESTE				
Alagoas	0,56	0,60	54,68	66,61
Bahia	0,57	0,62	64,70	76,86
Ceará	0,56	0,62	62,62	73,46
Maranhão	0,51	0,56	58,57	71,61
Paraíba	0,54	0,61	58,28	70,29
Pernambuco	0,60	0,64	65,66	75,50
Piauí	0,52	0,58	58,33	69,49
Rio Grande do Norte	0,58	0,64	63,68	74,57
Sergipe	0,58	0,62	64,00	74,84
SUDESTE				
Espírito Santo	0,65	0,72	82,02	88,33
Minas Gerais	0,65	0,71	81,81	88,04
Rio de Janeiro	0,73	0,78	90,28	93,36
São Paulo	0,77	0,79	89,84	93,37
SUL				
Paraná	0,68	0,74	85,15	90,47
Rio Grande do Sul	0,70	0,75	89,88	93,35
Santa Catarina	0,68	0,75	90,09	93,68
BRASIL	0,68	0,72	79,90	87,10

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

TABELA A.8

Brasil

Taxa de Pobreza (%)

2001 – 2006

ESTADOS	2001	2002	2003	2004	2005	2006
NORTE	45,54	46,72	48,04	46,41	42,73	38,63
Acre	40,52	42,18	44,64	50,30	47,38	41,95
Amazonas	47,45	47,93	49,54	46,46	39,97	38,04
Amapá	21,63	44,21	46,00	47,41	37,88	32,83
Pará	48,05	47,65	49,84	48,55	44,71	40,64
Rondônia	37,74	32,89	35,69	33,48	37,58	31,41
Roraima	41,91	48,01	41,21	55,92	48,49	40,38
Tocantins	50,61	54,13	52,08	44,57	43,09	38,03
CENTRO-OESTE	25,25	24,12	26,00	21,67	20,56	16,13
Distrito Federal	24,24	23,42	26,74	24,51	20,01	16,51
Goiás	26,57	24,62	25,84	20,63	20,52	15,61
Mato Grosso do Sul	23,72	23,48	24,26	22,60	20,62	14,78
Mato Grosso	24,73	24,23	27,17	20,64	21,03	17,92
NORDESTE	59,98	58,93	60,52	57,75	53,66	48,17
Alagoas	64,89	65,92	67,39	65,01	60,45	56,51
Bahia	59,26	58,19	60,28	55,31	51,37	45,95
Ceará	58,00	56,36	57,24	57,24	52,19	46,43
Maranhão	64,49	64,19	65,87	63,63	59,97	55,07
Paraíba	62,29	58,38	57,29	57,38	51,13	44,02
Pernambuco	59,97	59,54	62,05	59,29	55,40	49,98
Piauí	61,08	61,66	61,80	60,03	57,05	51,01
Rio Grande do Norte	53,55	51,92	55,89	51,60	47,63	41,18
Sergipe	54,78	52,01	52,92	47,84	46,85	42,88
SUDESTE	22,58	22,05	23,60	21,79	19,08	15,51
Espírito Santo	29,10	25,43	26,12	22,62	19,50	15,45
Minas Gerais	26,66	25,92	26,24	23,52	19,80	16,27
Rio de Janeiro	23,88	20,90	24,87	22,54	21,49	17,50
São Paulo	19,53	20,31	21,60	20,58	17,77	14,39
SUL	24,49	22,84	22,95	20,42	18,82	15,95
Paraná	28,52	25,02	26,13	22,72	21,64	18,24
Rio Grande do Sul	25,44	24,87	24,27	22,11	20,61	18,10
Santa Catarina	15,52	15,21	14,83	13,23	10,50	8,01
BRASIL	35,17	34,40	35,79	33,70	30,82	26,75

Fonte: IPEADATA

TABELA A.9

Brasil

Analfabetos - pessoas 15 anos e mais - (%)

2001 – 2006

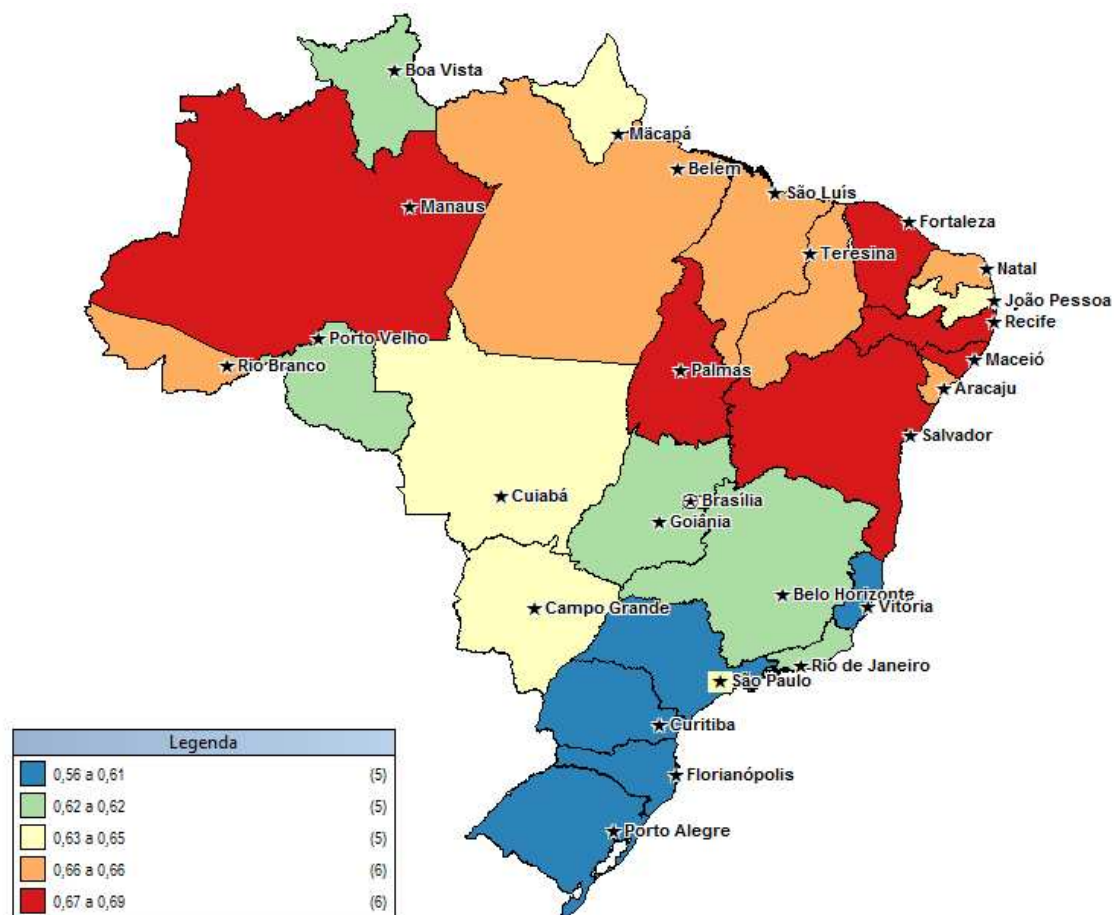
ESTADOS	2001	2002	2003	2004	2005	2006
NORTE	11,25	10,41	10,60	12,79	11,58	11,33
Acre	16,77	13,03	16,97	18,24	21,24	17,58
Amazonas	7,74	6,35	6,63	9,03	6,70	7,86
Amapá	7,06	6,13	9,24	8,37	7,25	5,04
Pará	11,17	10,77	10,71	14,14	12,74	12,53
Rondônia	10,21	8,65	8,58	10,62	9,99	10,81
Roraima	11,50	12,10	9,63	10,36	12,21	8,23
Tocantins	18,63	18,23	17,71	17,29	16,38	14,95
CENTRO-OESTE	10,25	9,69	9,49	9,24	8,93	8,29
Distrito Federal	5,53	5,71	4,51	4,23	4,68	3,76
Goiás	11,73	11,33	10,92	10,74	10,23	9,63
Mato Grosso do Sul	10,22	8,99	9,62	9,55	9,02	8,49
Mato Grosso	11,21	10,25	10,65	10,12	9,77	9,22
NORDESTE	24,31	23,43	23,20	22,48	21,96	20,78
Alagoas	30,64	31,19	30,47	29,53	29,27	26,43
Bahia	22,91	21,78	21,40	20,46	18,83	18,61
Ceará	24,88	22,67	22,73	21,85	22,66	20,67
Maranhão	23,46	22,97	23,86	23,16	23,09	22,88
Paraíba	27,15	27,22	25,23	25,39	25,25	22,72
Pernambuco	22,00	21,54	21,77	21,31	20,49	18,51
Piauí	29,63	29,82	28,57	27,47	27,52	26,42
Rio Grande do Norte	24,28	22,75	23,42	22,26	21,48	21,83
Sergipe	21,46	20,30	19,17	19,39	19,70	18,20
SUDESTE	7,49	7,16	6,80	6,60	6,56	5,98
Espírito Santo	11,48	10,74	10,24	9,48	8,67	9,50
Minas Gerais	11,70	11,06	11,05	9,91	10,07	9,05
Rio de Janeiro	5,57	5,12	4,61	4,82	4,82	4,19
São Paulo	5,97	5,85	5,40	5,52	5,42	4,97
SUL	7,09	6,74	6,37	6,27	5,91	5,69
Paraná	8,65	7,88	7,82	7,97	7,09	6,53
Rio Grande do Sul	6,26	6,32	5,76	5,49	5,21	5,24
Santa Catarina	5,97	5,52	5,01	4,80	5,19	5,09
BRASIL	12,37	11,86	11,56	11,41	11,07	10,40

Fonte: IPEADATA

FIGURA 2

Brasil

Índice de Gini 2000

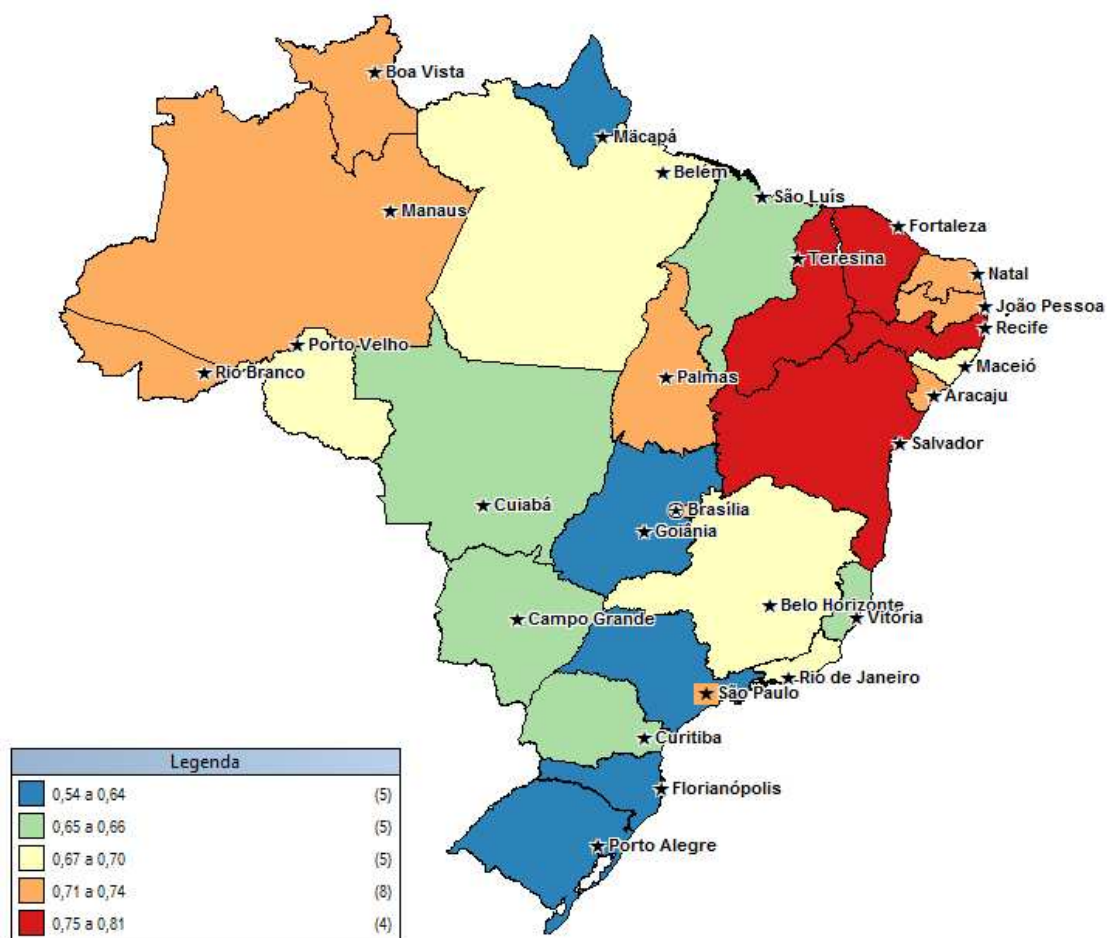


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

FIGURA 3

Brasil

Índice de Theil 1991

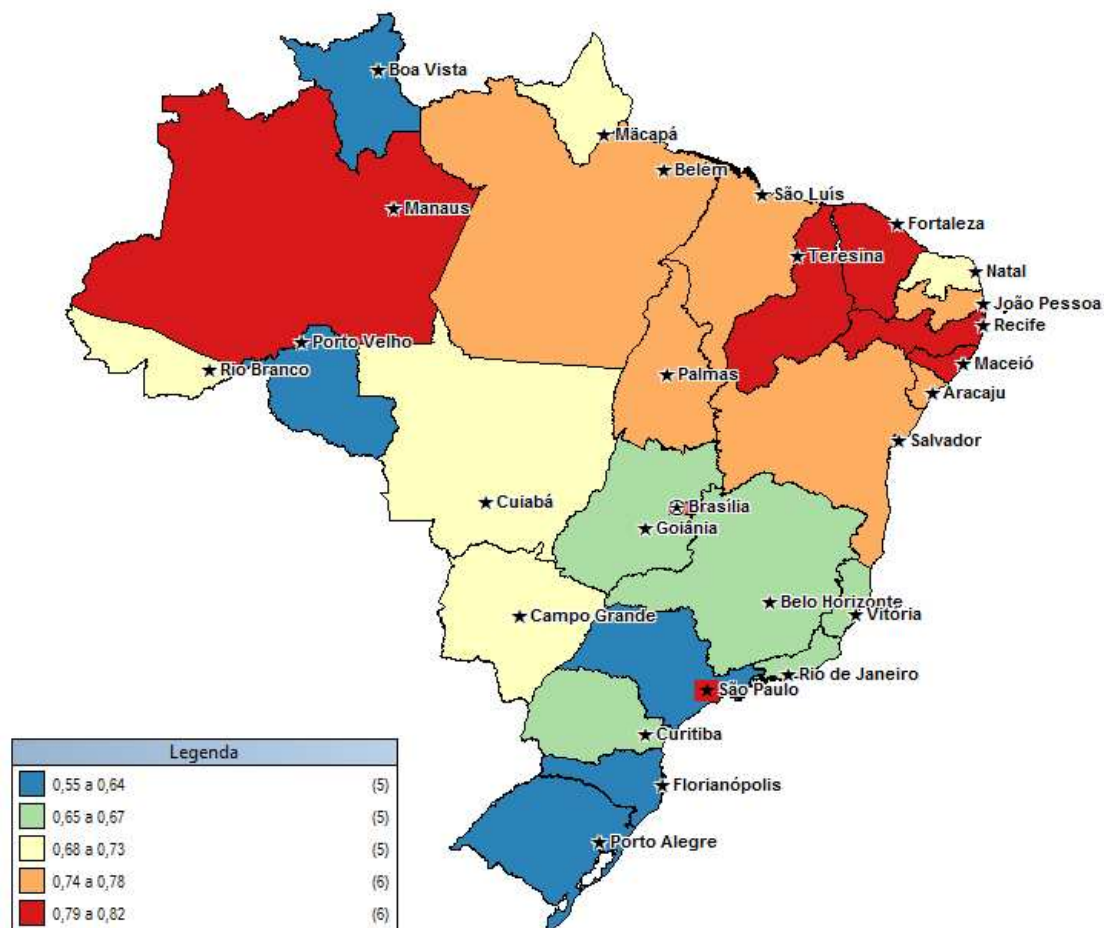


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

FIGURA 4

Brasil

Índice de Theil 2000

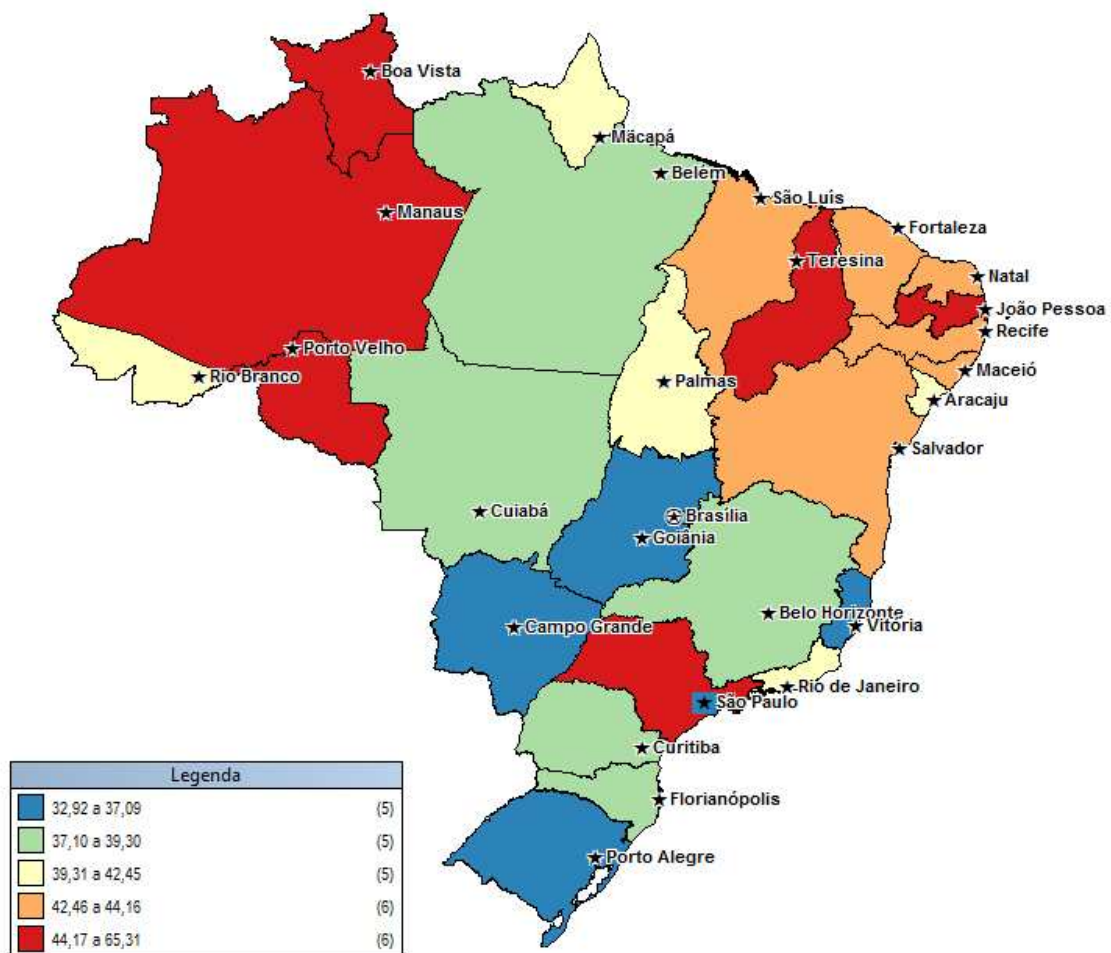


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

FIGURA 5

Brasil

Intensidade da indigência 1991

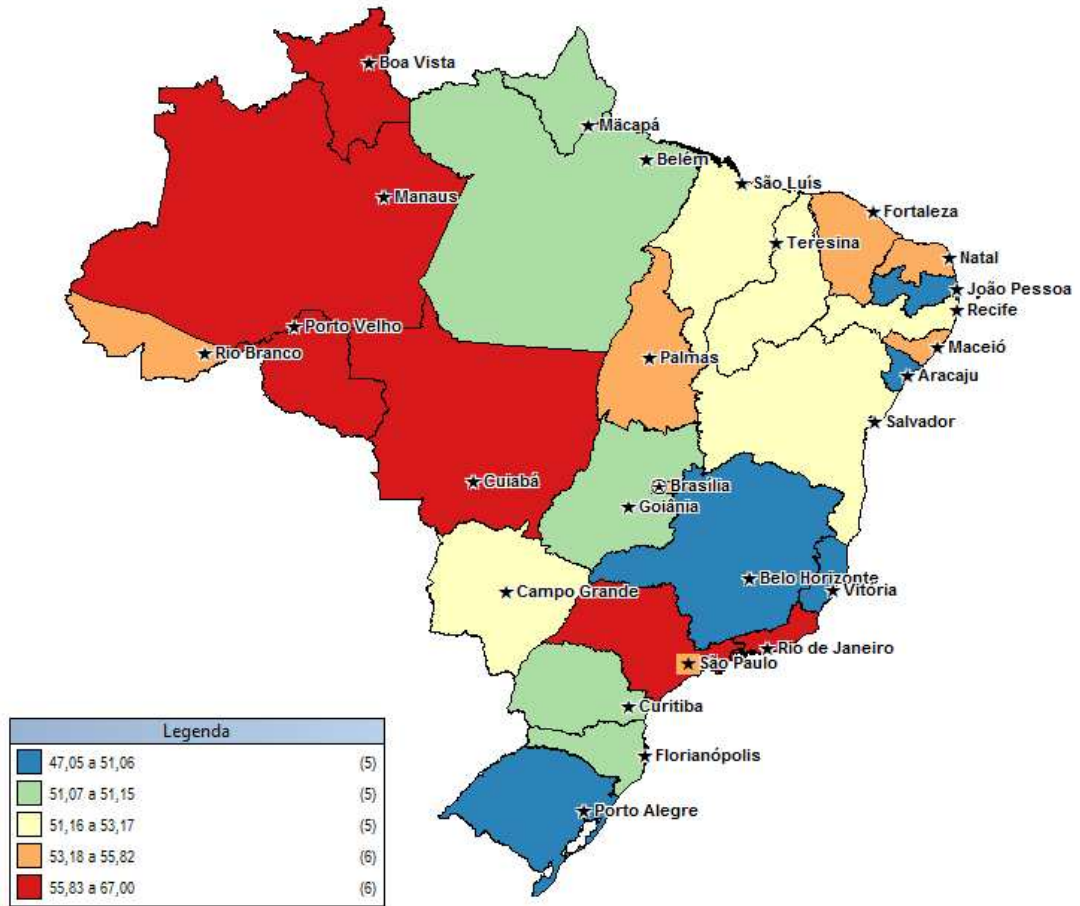


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

FIGURA 6

Brasil

Intensidade da indigência 2000

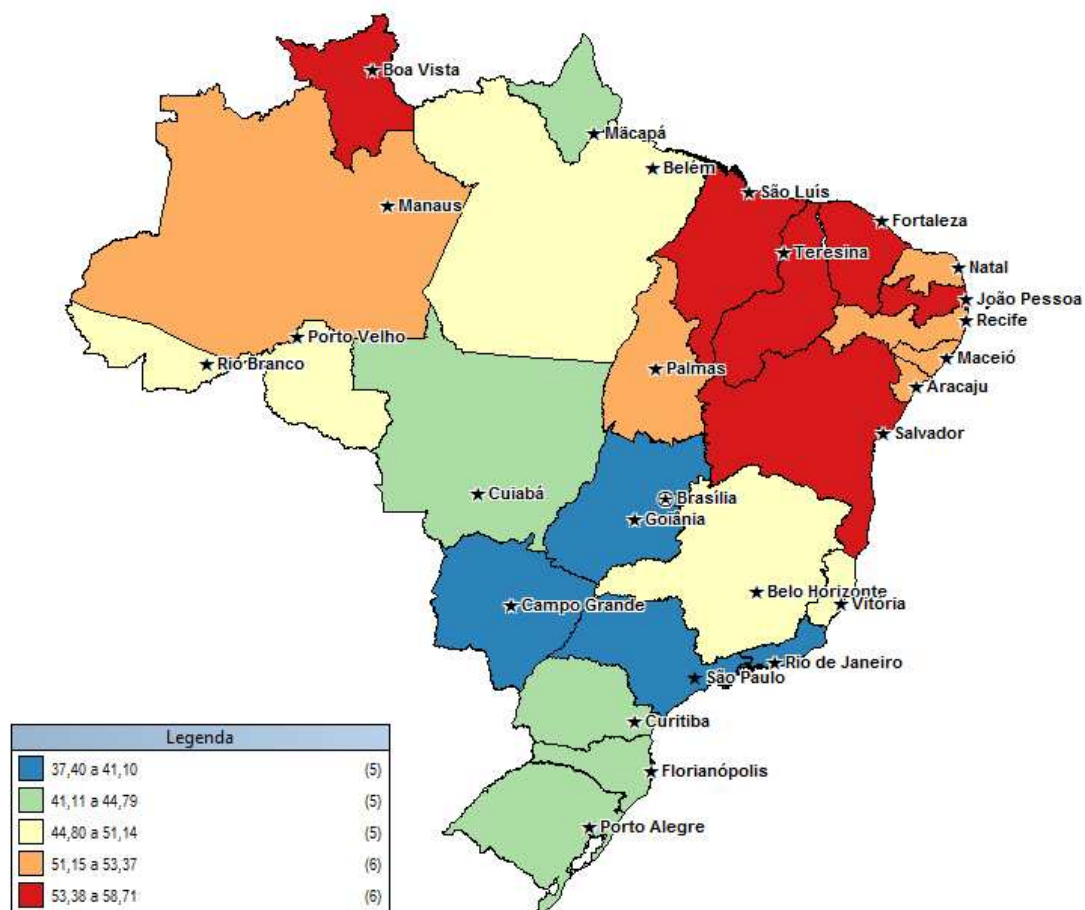


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

FIGURA 7

Brasil

Intensidade da pobreza 1991

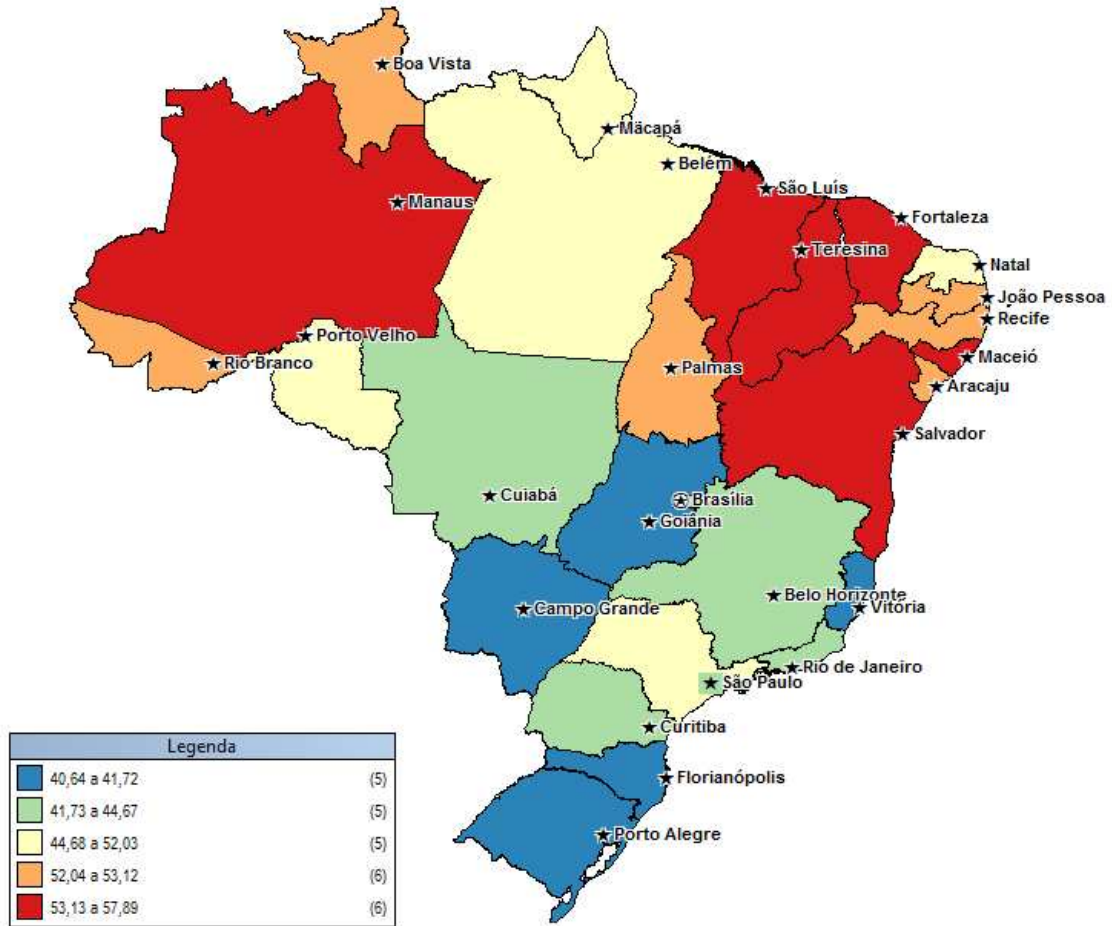


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

FIGURA 8

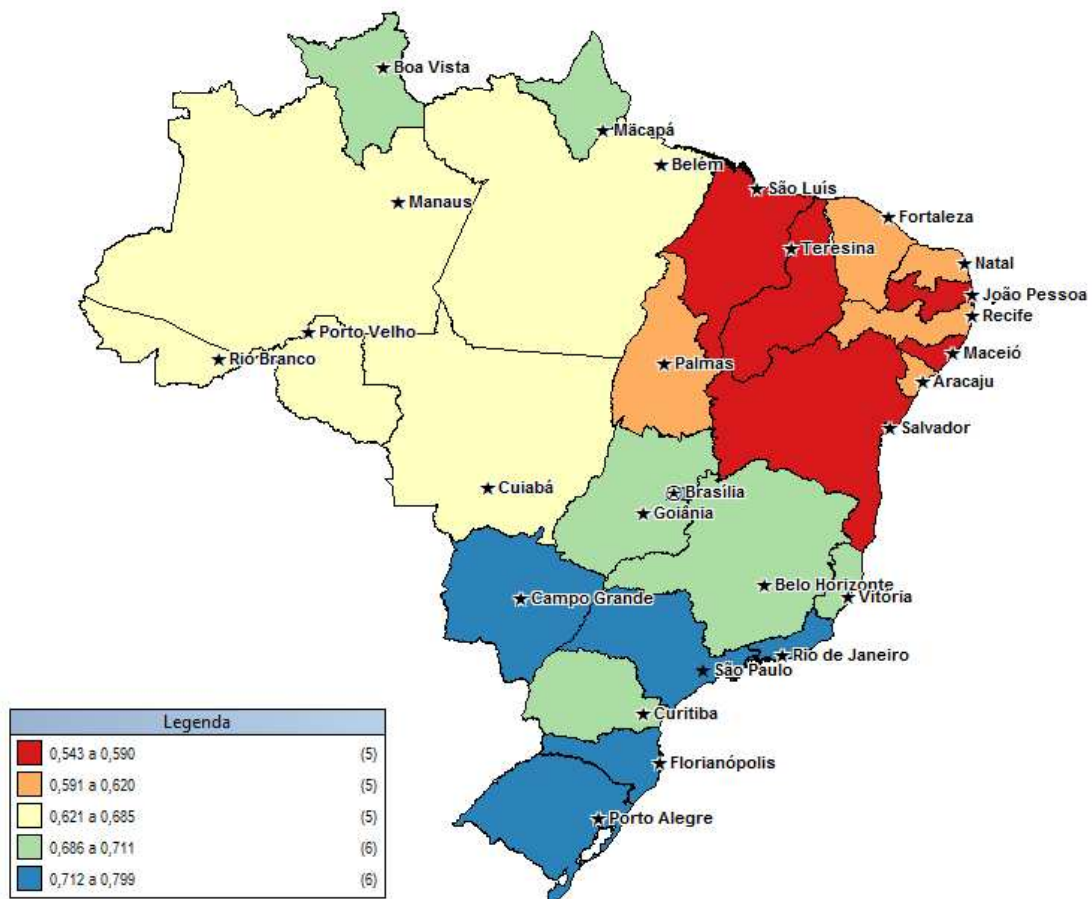
Brasil

Intensidade da pobreza 2000



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

FIGURA 9
 Brasil
 IDHM – 1991

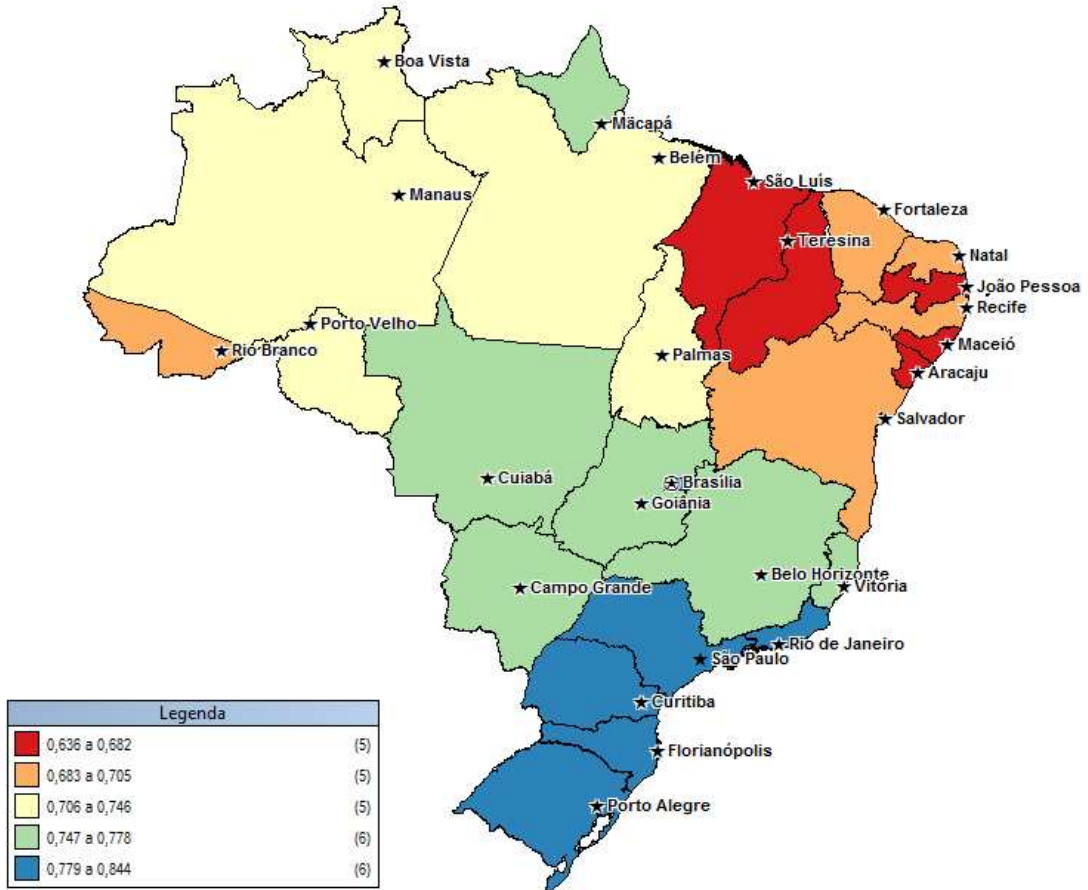


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

FIGURA 10

Brasil

IDHM – 2000

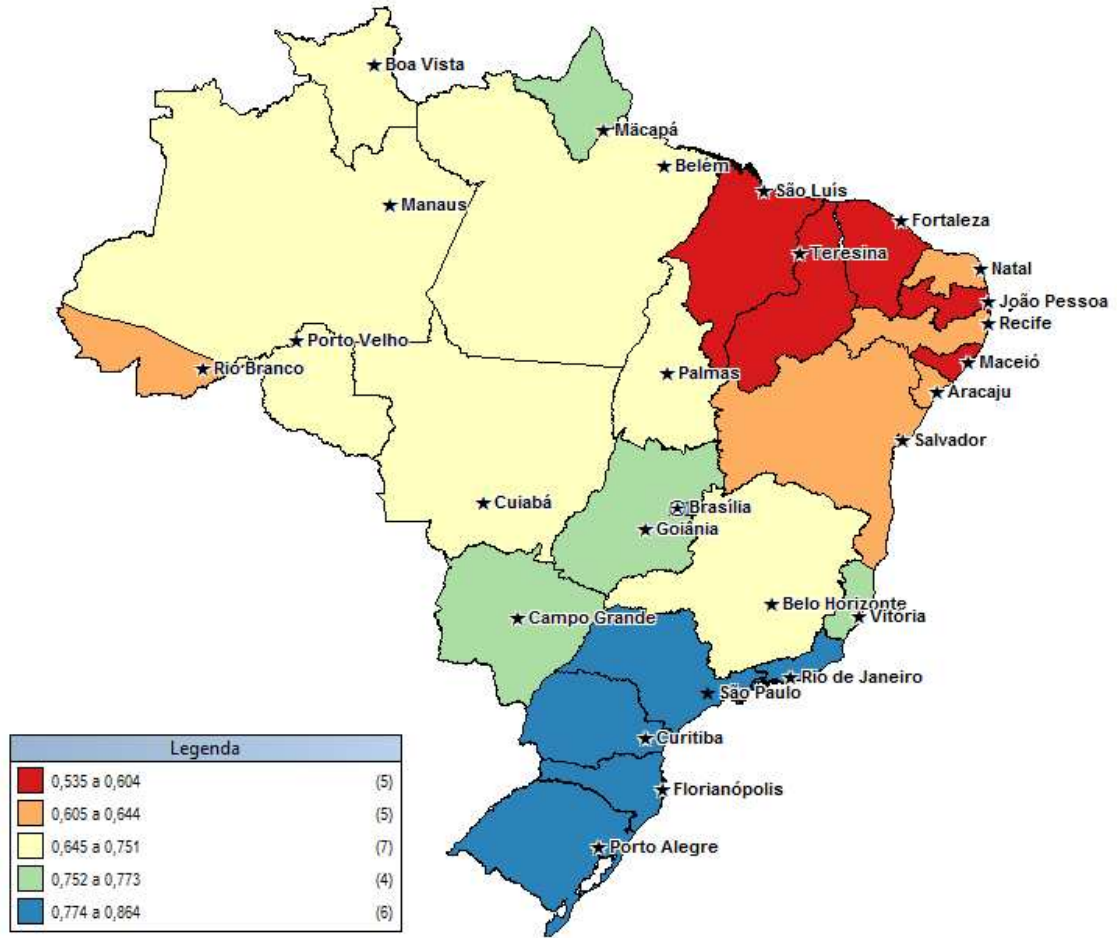


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

FIGURA 11

Brasil

IDHM – Educação 1991

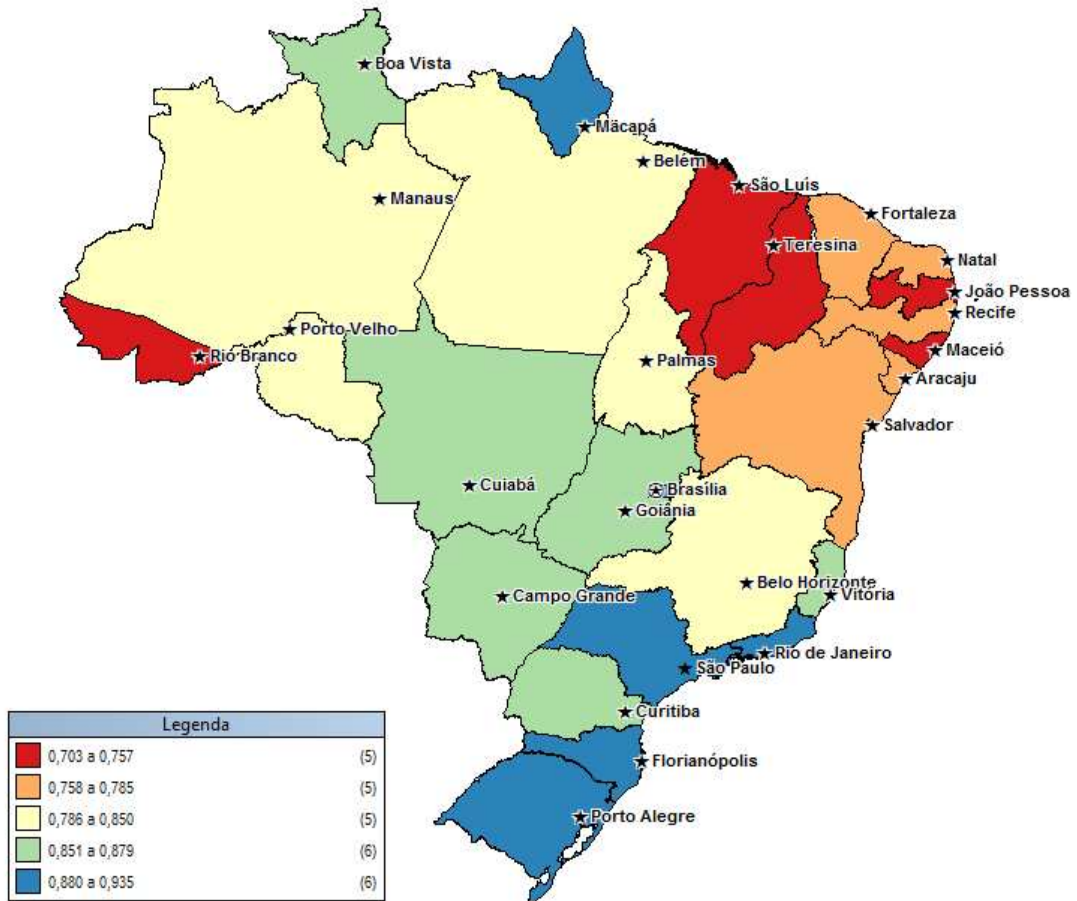


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

FIGURA 12

Brasil

IDHM – Educação 2000

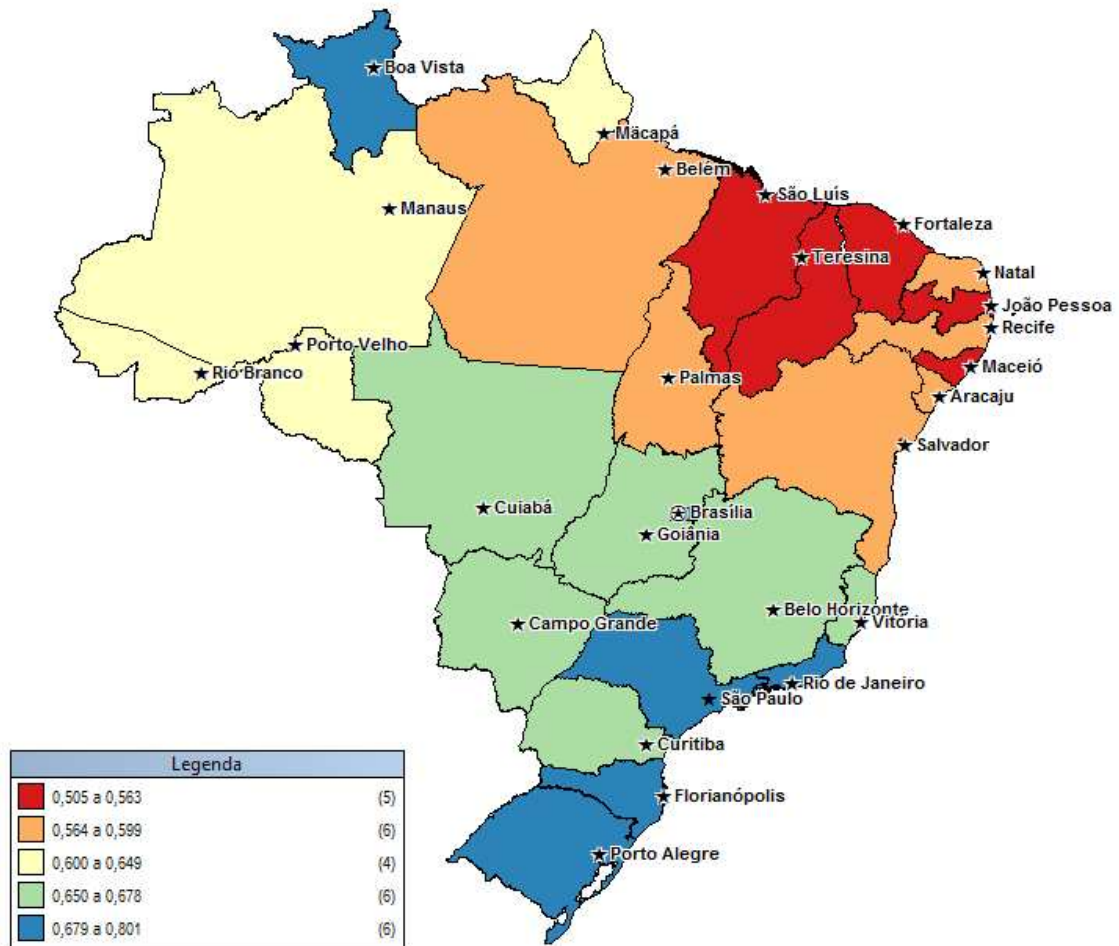


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

FIGURA 13

Brasil

IDHM – Renda 1991

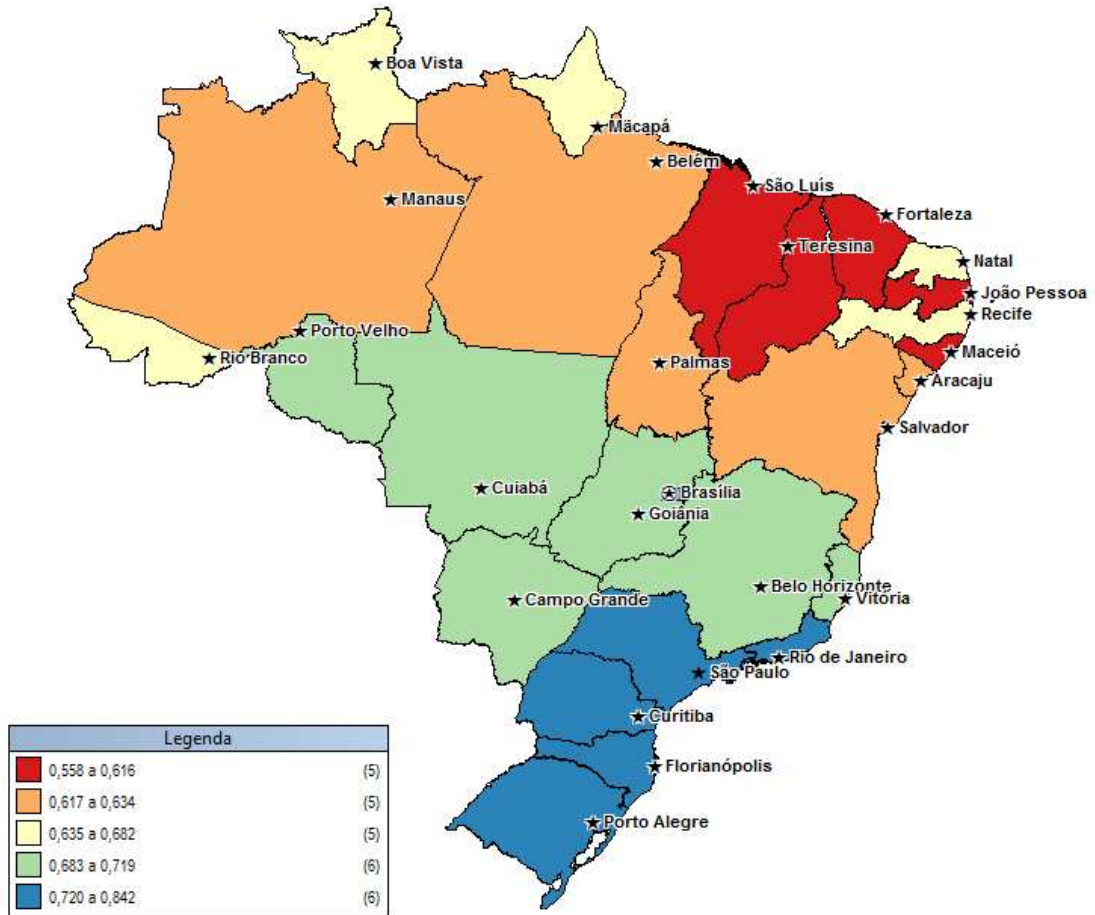


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

FIGURA 14

Brasil

IDHM – Renda 2000

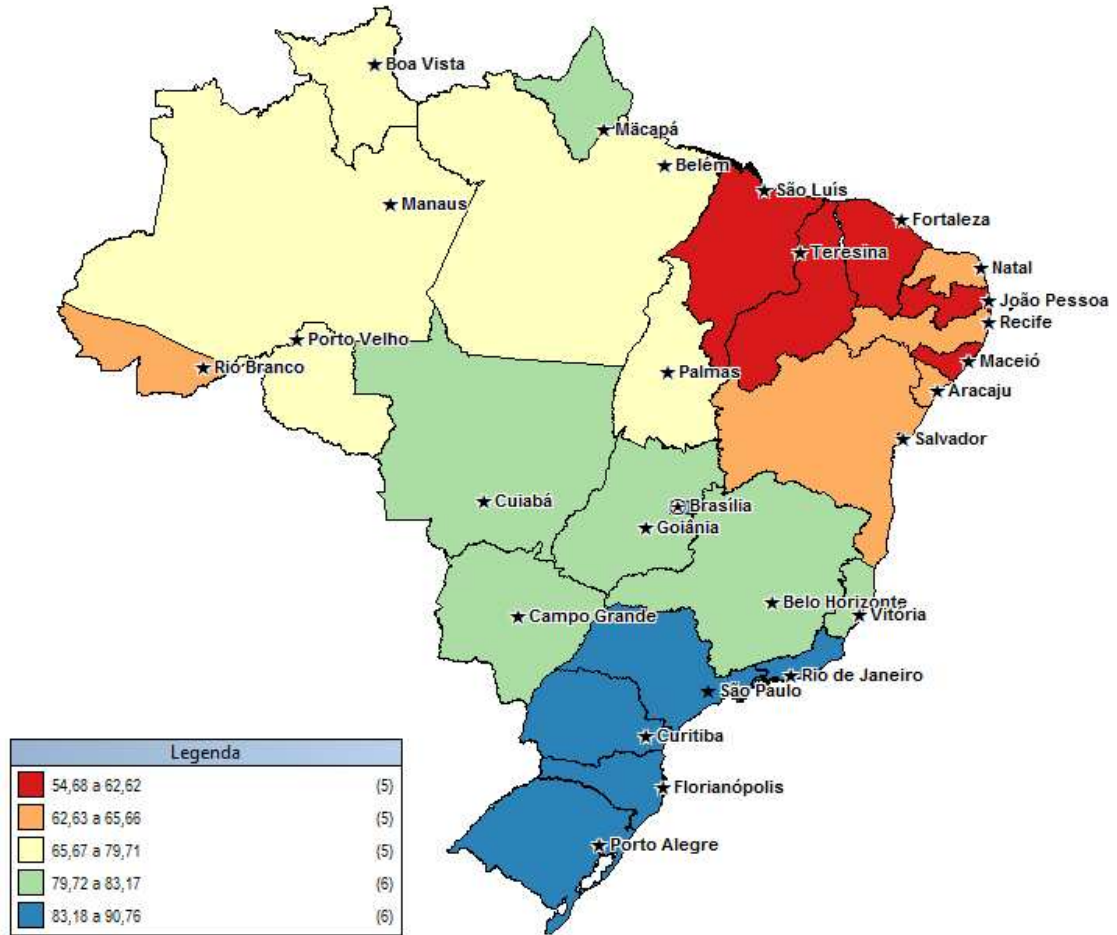


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

FIGURA 15

Brasil

Taxa de alfabetização 1991

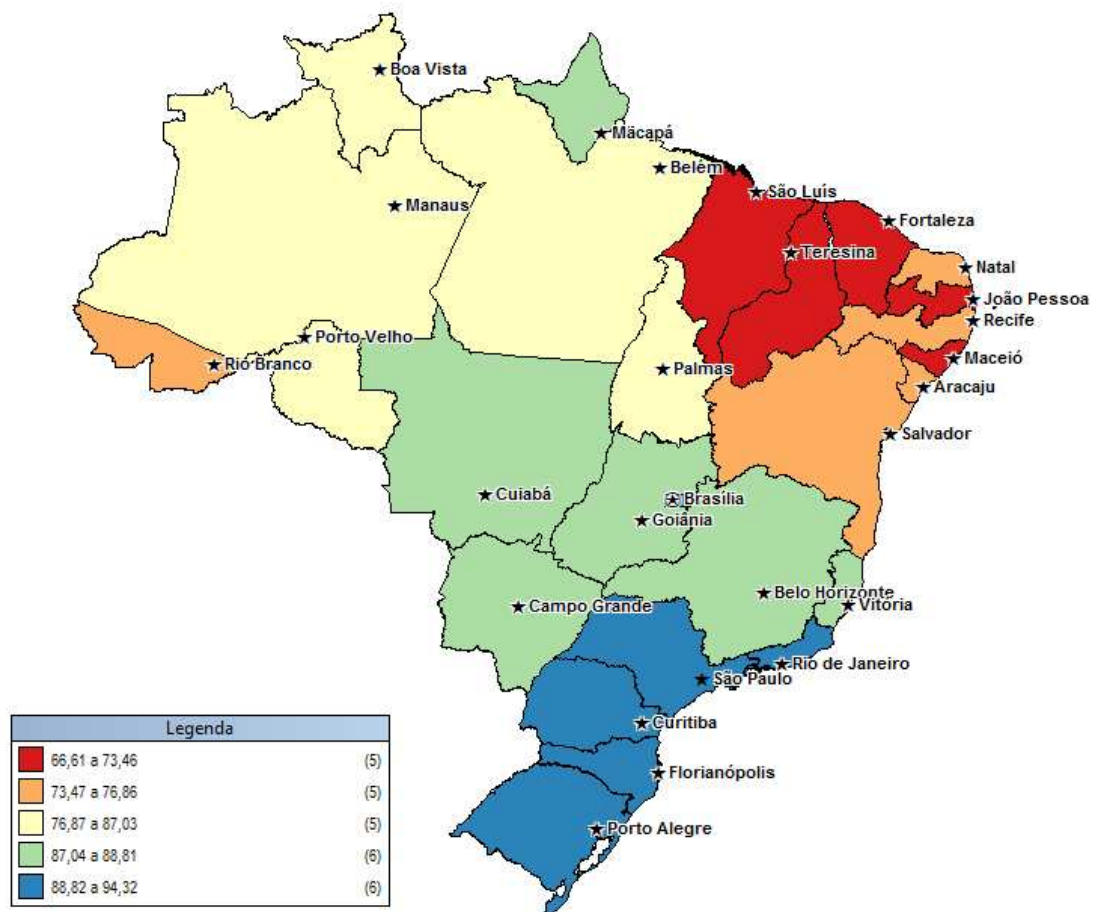


Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil

FIGURA 16

Brasil

Taxa de alfabetização 2000



Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil